



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS

FORA COOPERATIVA
TERRA PARA OS CAMPONESES

GIRLAN

RELAÇÕES DE PODER, TRABALHO,
DISPUTAS PELO TERRITÓRIO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO

VIVA COOPERATIVA
TERRA PARA OS CAMPONESES

Recife
2011

GIRLAN CANDIDO DA SILVA

RELAÇÕES DE PODER, TRABALHO, DISPUTAS PELO TERRITÓRIO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA ZONA DA MATA SUL DE
PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A USINA CATENDE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
e Doutorado em Geografia como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

RECIFE
2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S586r

Silva, Girlan Cândido da

Relações de poder, trabalho, disputas pelo território e economia solidária no contexto da zona da mata sul de Pernambuco: um estudo sobre a usina catende / Girlan Cândido da Silva. – Recife: O autor, 2011. 190 f. : Il., 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós –Graduação em Geografia, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Usina Catende. 3. Economia. 4. Conflitos trabalhistas. I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-56)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

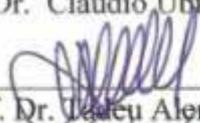
GIRLAN CÂNDIDO DA SILVA

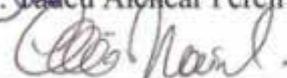
Título: RELAÇÕES DE PODER, TRABALHO, DISPUTAS PELO TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A USINA CATENDE

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: 
Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE)

1º. Examinador: 
Prof. Dr. Vitor Alencar Pereira Arrais (UFG)

2º. Examinador: 
Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

APROVADA em 08 de Abril de 2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, como jamais poderia deixar de ser, gostaria de agradecer a meu Deus Pai, criador dos céus e da terra, fonte de minha inspiração que me deu inteligência e capacidade pra chegar até aqui onde estou e que certamente me dará cada vez mais forças para galgar degraus mais altos. Também agradeço de modo especial ao meu santo protetor, Santo Expedito que colaborou mais uma vez para a concretização de mais esta etapa da minha vida.

Agradeço de maneira especial a José Cândido da Silva e a Rizolene Maria Paula da Silva, meus amados pais que mais uma vez me apoiaram em mais esta fase da minha vida, onde novamente tive que me ausentar dos problemas domésticos em muitas ocasiões para tentar levar a diante este sonho que é a conclusão do mestrado e, da parte de ambos, recebi toda a compreensão possível. Até mesmo quando eu me fechava dentro de meu mundo particular (o meu quarto) em um momento de verdadeira clausura para tentar compreender o meu objeto de estudo, em vez de reclamação e desdém como é feito na maioria das famílias, tive todo o apoio necessário dos dois que entenderam o quanto que aquilo era importante pra mim. Assim venho através destas simples porém sinceras palavras agradecer de coração aos dois pois estejam certos que sem vocês, nada disso seria possível. Meu muitíssimo obrigado.

Também agradeço ao meu orientador Claudio Ubiratan Gonçalves que mais do que um orientador, se mostrou um verdadeiro amigo, não somente respeitando meus digamos “limites pessoais” relacionados a meus vários momentos de enfermidades e problemas de cunho pessoal ao longo do período do mestrado, como também na paciência e dedicação a mim dispensado. Bira, valeu mesmo por tudo e me desculpe por qualquer coisa!

Da mesma forma, gostaria de agradecer aos professores Caio Augusto Amorim Maciel, Tadeu Pereira Alencar Arrais, Aldemir Dantas Barboza e María Franco Garcia que aceitaram fazer parte, seja atuando de maneira direta ou indireta na composição da banca de mestrado. Obrigado aos senhores.

Gostaria de agradecer aos meus companheiros de caminhada do mestrado da turma de 2009, pelo companheirismo, apoio e dedicação tanto nos momentos alegres como também nos momentos de desespero por causa da entrega de algum bendito artigo, onde tínhamos que nos reunir em caráter emergencial. Valeu mesmo por tudo e que possamos continuar sempre em frente. Entretanto, gostaria de agradecer de modo particular a Plácido Jr. e Marli Gondim, meus “companheiros de aventuras” no tocante as situações de contrastes e contradições sobre a Zona da Mata canavieira e que em muito me ajudaram a compreender tal dinâmica deste território.

Também agradeço aos companheiros do LECGeo tanto pelos momentos de seriedade acerca dos problemas ou reuniões do LEC (que diga-se de passagem quase eu não participava) bem como pelos momentos de descontração. A todos meu muito obrigado pela ajuda e compreensão, inclusive ao companheiro Robson Brasileiro, conhecido carinhosamente como “mói de coentro”, o eterno “funcionário” do LEC que sempre é o primeiro a entrar e o último a sair.

A todo o pessoal que compõe a usina Catende, trabalhadores do campo ou fábrica, principalmente a pessoa do presidente da cooperativa, o companheiro Elenildo Pena, bem como a todos os assessores e técnicos que sempre se dispuseram de seu precioso tempo a me ajudar a compreender a dinâmica do grande empreendimento que é Catende, e também ao ex-advogado da massa falida, o Sr. Bruno Ribeiro que me esclareceu muitos pontos essenciais sobre a situação atual no qual a usina tem passado.

Aos meus amigos e companheiros Herika Maria, Barbara Cibelli, Simone Bion, Diana Moura, Kézia Maia, Bruno Halley (o Vinícius de Moraes da geografia), Profa. Jaci Câmara, Profa. Maria Rosalva Santos, Pricila Miranda, Edjane Santos, Lucia Lirbório, e a tantos outros que me ajudaram, me apoiaram e me incentivaram sempre a continuar sonhando cada vez mais alto. Desculpe-me se esqueço o nome de alguém, mas sinta-se igualmente abraçado por mim e meu muito obrigado por tudo.

E a todos aqueles que contribuíram de maneira direta ou indireta na concretização de mais este sonho, meu sincero agradecimento.

RESUMO

A usina Catende surgiu no século XIX, mais precisamente no ano de 1889 a partir de um consorcio firmado por industriais ingleses e senhores de engenho da zona da mata pernambucana, antes mesmo da consolidação da cidade de Catende que surgiu mediante a firmação dos primeiros núcleos de trabalhadores que fixaram residência no entorno a usina. Entretanto, seu progresso foi tamanho que quarenta anos mais tarde, tal usina ficou sendo conhecida como a maior usina de cana de açúcar tanto em extensão, quanto em capacidade produtiva da América Latina. Contudo, devido às graves crises decorrentes no setor canavieiro, tendo como principal pico a interrupção do fornecimento de subsídios por parte do governo ao setor por parte do IAA, aquela que seria a maior usina de cana da América Latina, demitiu cerca de 2300 famílias no ano de 1993 sem que fossem fornecidos os direitos trabalhistas aos respectivos trabalhadores, situação esta que culminou em sua definitiva falência em 1995 a partir do reconhecimento da falta de legitimidade dos patrões em relação aos trabalhadores por parte do poder judiciário. De maneira a evitar uma crise maior para as 4500 famílias e um colapso nos cinco municípios que compõem a totalidade da usina Catende, no ano de 1998 foi criada uma empresa de característica autogestionada, inédita para a região da Mata Pernambucana, denominada de Cia. Agrícola Harmonia, que tinha como finalidade principal a continuidade das atividades da usina sendo que desta vez, gerida pelos próprios trabalhadores. Entretanto, desde sua falência, o poder oligárquico local sempre tentou desestruturar a cooperativa formada para gerir a usina Catende. Apesar da existência de alguns problemas de cunho administrativo por parte da gestão, mas que, de certa forma mantinha os empregos e as atividades de diversificação propostas pela nova administração, calcada no cooperativismo, o poder judiciário decide intervir nesta administração de forma arbitrária e nomeia um novo síndico a massa falida da usina Catende, o que acabou proporcionando uma completa desestruturação no território do empreendimento solidário de Catende onde, de acordo com a opinião dos próprios trabalhadores, tal situação de desestruturação foi proporcionada pela ação dos agentes oligárquicos da Zona da Mata de Pernambuco, especialmente os da Mata Meridional que agiu e influenciou para que houvesse tal desestruturação e que tentam a todo o custo a retomada do território e do poder da usina Catende.

Palavras-chave: território, economia solidária, conflitos, relações de poder.

RIASSUNTO

L'impianto Catende emersa nel XIX secolo, più precisamente nel 1889 da un consorzio firmata da British industriale e piantagioni della zona forestale di Pernambuco, anche prima del consolidamento della città di Catende scoperto da firmation dei primi nuclei lavoratori che si sono stabiliti in giro per la pianta. Tuttavia, il suo progresso è stato tale che quaranta anni dopo, questa pianta divenne noto come il più grande impianto di canna da zucchero sia in lunghezza, e nella capacità produttiva in America Latina. Tuttavia, a causa della grave crisi che sorgono nel settore della canna da zucchero, il picco principale di interrompere la fornitura di sussidi dal settore pubblico dalla IAA, quale sarebbe la canna più grande impianto in America Latina, si è dimesso circa 2300 famiglie in anno 1993, senza essere forniti i diritti dei lavoratori 'ai propri dipendenti, una situazione che culmina nella sua bancarotta finale nel 1995 del riconoscimento della mancanza di legittimità dei datori di lavoro sui lavoratori da parte della magistratura. Al fine di evitare una grave crisi per le famiglie e il 4500 un crollo del cinque contee che compongono l'intero impianto Catende, nel 1998 ha creato una società di funzione di auto-organizzata, unica nella regione di Mata, chiamato Cia. Agricola Harmonia, che aveva come scopo principale la continuità delle attività della pianta e questa volta gestita dai lavoratori stessi. Tuttavia, poiché il suo fallimento, il potere oligarchico locale ha sempre cercato di interrompere la cooperativa costituita per la gestione del Catende pianta. Nonostante l'esistenza di alcuni problemi di natura amministrativa da parte del management, ma che in qualche modo avevano un lavoro e la diversificazione delle attività proposte dalla nuova amministrazione, sulla base di una cooperativa, il potere giudiziario in questa amministrazione decide di intervenire in modo arbitrario e alla nomina di un nuovo rappresentante dello stabilimento di proprietà Catende, che alla fine fornendo una completa distruzione dell'impresa nel territorio della solidarietà Catende dove, secondo il parere degli stessi lavoratori, questa situazione di disgregazione è stata fornita dalla azione degli agenti dell'oligarchia Zona da Mata Pernambuco, in particolare il sud della zona che ha agito e ha influenzato in modo che ci fosse una rottura e cercando a tutti i costi il ritorno del territorio e del potere centrale Catende.

Parole-chiave: il territorio, la solidarietà economica, il conflitto, i rapporti di potere.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Localização de Rochedale no Reino Unido - Europa	53
Figura 02: Localização do Recôncavo Baiano – BA da RMR e Zona da Mata de Pernambuco - PE	85
Figura 03: Limites da Mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco	87
Figura 04: Localização das Microrregiões da Mata Meridional, Setentrional e de Vitória de Santo Antão na Mesorregião da Mata Pernambucana	88
Figura 05: Representação física de um engenho onde estão delimitadas a fábrica, a capela, a casa grande e a senzala	90
Figura 06: Distribuição Hierárquica de um Engenho	95
Figura 07: Número de Usinas na Área Canaveira de Pernambuco – 1910 a 1933	105
Figura 08: Área de domínio da cana-de-açúcar na região correspondente a Zona da Mata do Estado de Pernambuco – 1981	106
Figura 09: Número de Usinas na Área Canaveira de Pernambuco – 1934 a 1982	108
Figura 10: Crescimento da Agroindústria Açucareira por Cana Produzida	109
Figura 11: Espacialização das principais unidades produtoras de cana-de-açúcar na Mesorregião da Mata Pernambucana - 2009	110
Figura 12: Localização do Município de Catende no Estado de Pernambuco, na Mesorregião da Mata Pernambucana e Microrregião da Mata Meridional	114
Figura 13: Município de Catende e seus limites municipais	115
Figura 14: Município de Catende	116
Figura 15: Localização da Usina Catende no município de Catende - PE	123
Figura 16: Municípios que formam o complexo da Usina Catende	127
Figura 17: Representação de Catende Segundo o Corpo Humano	134
Figura 18: Viveiro de peixe no Engenho Monte Alegre. É em viveiros como este que são cultivados os peixes da espécie tilápia, onde nos períodos em que há excedentes, ou em tempos festivos como a quaresma, a população, além de usufruir, também comercializa	142
Figura 19: Trabalhador em uma das poucas áreas destinadas ao cultivo do Café do tipo conilon	143
Figura 20: Aspecto do antigo maquinário da usina Catende. Em alguns casos, existem peças datadas do início das atividades da usina, no final do século XIX	148
Figura 21: Aspecto do antigo maquinário da usina Catende visto de outro ângulo	148
Figura 22: Situação da usina Catende no dia 17/07/2010	167

LISTA DE SIGLAS

a. C: antes de Cristo

ABRINQ: Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BANDEPE: Banco do Estado de Pernambuco

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo

CEASA: Central de Abastecimento

CENTRU: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

CONAES: Conferencia Nacional de Economia Solidária

CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONDEPE-FIDEM: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPLAN: Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

EUA: Estados Unidos da América

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FETAPE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de PE

IAA: Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Lat. S: Latitude Sul

Long. W. Gr.: Longitude a Oeste de Greenwich

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério de Desenvolvimento Social

mm: milímetros

MST: Movimento Sem Terra

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OGU: Orçamento Geral da União

ONG: Organização não Governamental

PAC: Projetos Alternativos Comunitários

PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos

PLANALSUCAR: Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar

PNAD: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

PPA: Plano Pluri-Anual

PROÁLCOOL: Programa Nacional do Alcool

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCA: Sistema de Cooperativista dos Assentados

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SINDIFISCO: Sindicato dos Auditores Fiscais

SNCR: Sistema Nacional de Cadastro Rural

TCU: Tribunal de Contas da União

TDA: Títulos da Dívida Ativa

TJPE: Tribunal de Justiça de Pernambuco

UNICAFES: União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

CRONOLOGIA

1993	<ul style="list-style-type: none"> • Demissão de mais de 2300 famílias por parte dos antigos proprietários da usina Catende • Golpe dos antigos proprietários na tomada das terras mais férteis, além da hidrelétrica no chamado “Golpe contra Credores”
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto da falência da usina Catende • Decisão a partir da junção dos sindicatos e forças sindicais para a elaboração de uma cooperativa • Indicação de Mario Borba como síndico da massa falida
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Companhia Agrícola Harmonia sobre a massa falida
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Saída de Mario Borba do cargo de síndico em substituição a Marivaldo Andrade
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira enchente que se abateu sobre a usina, destruindo o parque industrial
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Incêndio que atingiu o principal gerador de energia, proporcionando um prejuízo de mais de R\$ 4 milhões
2003	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do governo Lula, houve a compra antecipada da produção de açúcar pela CONAB • Primeira liberação dos recursos do PRONAF
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Início das atividades da Cooperativa Agrícola Harmonia criada para o fortalecimento da produção da cana • Retorno do plantio da cana desta vez por parte dos trabalhadores
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Retomada das terras por parte dos trabalhadores que haviam sido tomadas pelos antigos proprietários a partir da assinatura de uma ação revogatória • Desapropriação das terras de Catende por parte do INCRA • Substituição do Juiz da vara da falência, o Dr. Ossamo pela entrada do Dr. Sílvio Beltrão que começa a não atender as solicitações junto ao síndico da usina, o Sr. Marivaldo Andrade • Embargo pelo juiz da produção, venda e moagem da cana • Após reivindicações dos trabalhadores, foi expedida liminar que autorizava a moagem = início da richa entre o juiz com o síndico e o advogado da massa falida
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação de irregularidades por parte do juiz sobre a administração do síndico da usina e sua substituição pelo atual síndico = início do processo da crise
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso no pagamento de salários, PRONAF e CONAB • Segunda enchente cujas proporções foram mais catastróficas que a primeira e paralisação das atividades do segundo semestre do ano • Início da moagem com mais de cinco meses de atraso: Dezembro de 2010

2011	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="499 230 1412 331">• Novas reivindicações dos trabalhadores que exigem a saída imediata do atual sindicato com o fechamento de importantes vias locais como a BR 101
-------------	---

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
1 TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDARIA: BASES CONCEITUAIS	23
1.1 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: UM ENSAIO SOBRE SUA CONCEITUALIZAÇÃO	23
1.2 O TERRITÓRIO E SUA REPRESENTATIVIDADE PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA	31
1.3 TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES E NOVAS TERRITORIALIDADES: O “DESTRINCHAR” DO CONCEITO DE TERRITÓRIO	34
1.4 O TERRITÓRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR: TERRITÓRIO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE PODER	36
1.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CONCEITO AINDA EM CONSTRUÇÃO	37
1.6 BASES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MARCOS DE UM NOVO MODELO NO SISTEMA CAPITALISTA	46
1.7 ROCHDALE: A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO CALCADO NOS IDEAIS SOLIDÁRIOS	51
1.8 AS COOPERATIVAS NO BRASIL	56
1.9 A COOPERATIVA AGRÍCOLA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS	68
2 O TERRITÓRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR: HISTORICIDADE E ATUALIDADES	76
2.1 A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNDO E SUA OCUPAÇÃO NO BRASIL	76
2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA NORDESTINA	83
2.3 A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO	86
2.4 A FASE DOS ENGENHOS BANGÜÊS	89
2.5 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO: DOS ANTIGOS ENGENHOS BANGÜÊS AOS ENGENHOS CENTRAIS	96
2.6 OS ENGENHOS CENTRAIS: A GÊNESE DO FORMATO USINA	97
2.7 O PERÍODO DAS USINAS	99
2.8 O CRESCIMENTO DAS USINAS NO BRASIL E SUA DECADÊNCIA EM PERNAMBUCO	107
3 CATENDE: UM COMPLEXO PALCO DE CONTRASTES, CONFLITOS, RELAÇÕES DE PODER E CONTRADIÇÕES	113
3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	113
3.2 CONDICIONANTES FÍSICOS	117
3.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO	119
3.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	120
3.5 HISTÓRICO E GESTAÇÃO DA CRISE NA USINA CATENDE	121
3.6 A FORMAÇÃO E O PROCESSO DE SOLIDARIEDADE NA USINA CATENDE	128
3.7 A ATUAL SITUAÇÃO DA COOPERATIVA HARMONIA E A ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS	153
3.8 A CONSOLIDAÇÃO DE UMA CRISE	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERENCIAS	184

APRESENTAÇÃO

Por que se estudar Catende?

Meus familiares do lado paterno tem uma relação bem mais íntima com a usina Catende, sempre com primos, tios, pai e avós trabalhando naquele território da cana. Sempre me relatavam sobre as dificuldades enfrentadas pelos que precisavam trabalhar no corte da cana, em sua árdua atividade diária onde se tinha horário de “pegar”, porém não se tinha horário de “sair”. Foi a partir desta vivência e relatos familiares que despertou em mim o fascinante interesse em compreender a dinâmica da produção e dos trabalhadores locais, tendo como parâmetro inicial, os relatos dos meus próprios parentes acerca do assunto.

A black and white photograph of a wall. The upper portion of the wall is made of corrugated metal, showing signs of wear and rust. Below the metal is a concrete wall with two lines of graffiti in large, bold, black letters. The first line reads "VIVA COOPERATIVA" and the second line reads "TERRA PARA OS CAMPONESES". The wall is set against a light-colored, textured background, possibly a sidewalk or pavement.

VIVA COOPERATIVA
TERRA PARA OS CAMPONESES

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A motivação da presente pesquisa surge de reflexões acerca da importância da própria usina Catende no território da Zona da Mata de Pernambuco. Na década de 20 do século passado, a mesma era considerada como a maior usina de cana-de-açúcar da América Latina tanto em capacidade e volume de produção bem como em extensão territorial, uma vez que a mesma engloba porções territoriais de cinco municípios da Zona da mata, totalizando 26 mil hectares de terra. Para uma usina é um território consideravelmente vasto para uma produção exclusiva de cana naquele período.

Uma usina deste porte chegou ao seu limite a partir do pedido de falência por parte dos antigos donos e conseqüentemente a demissão dos proletariados no ano de 1993. A partir daí uma gama considerável de trabalhadores, totalizando cerca de 2.300 famílias, ficaram em precárias condições de vida, impactando também a economia dos municípios que dependem direta ou indiretamente desta única indústria para sobreviver.

Contudo, foi a partir deste processo de falência, que os trabalhadores das associações de moradores dos engenhos, os quais fazem parte de Catende, resolveram entrar na justiça como forma de não perder seus direitos trabalhistas uma vez que não era de interesse do antigo proprietário pagar tais débitos como acontece na maioria das usinas de cana-de-açúcar que fecham suas portas nessa região. Num feito inédito, transformaram esta usina que tinha como destino certo o encerramento de suas atividades, naquela que seria a primeira usina de cana-de-açúcar, calcada no modelo de cooperativa não somente da região da Zona da Mata Pernambucana como também de todo o país. O que antes era apenas um trabalhador da cana se transformou em assentado e principalmente em dono do meio de produção no qual trabalhou anteriormente.

No senso comum, a noção de complexidade significa qualidade daquilo que é complicado, ou seja, em outras palavras trata-se da complexidade de uma situação. No meio científico, complexidade é um conceito que pode ser utilizado em várias ciências, tais como a filosofia, a epistemologia, à física, a biologia, a sociologia

dentre outras, que pode assumir vários significados dependendo da área do conhecimento a ser estudado. Sendo assim, pode ser aplicado não somente no meio tecnológico, mas também no meio filosófico, ou seja, podendo explicar desde os sistemas mais complexos, da teoria do caos e do comportamento dos sistemas, por exemplo, até os processos de sua auto-organização.

Para a captação de um sistema complexo sobre um dado problema, deve-se compreender que este referido sistema é formado por um conjunto de elementos (terra, gramínea da cana de açúcar, homem, trabalho, etc.) nos quais são ligados uns aos outros e que atuam interagindo entre si, transformando-se de forma recíproca. Assim, o sistema não pode ser rotulado apenas pelo somatório dos elementos, mas sim através de uma característica que é formada a partir do seu funcionamento (o açúcar, por exemplo). Com isso, não se compreende a totalidade da complexidade de um sistema apenas estudando tais elementos de maneira separada, sendo, conseqüentemente necessária a sua compreensão de um modo interativo para que se compreenda a totalidade da questão.

Deste modo, para que possamos entender um pouco da complexidade e do sistema complexo relativo à dinâmica atual existente em Catende, faz-se necessária a análise dos elementos que existem nas relações entre a cana e o homem no contexto territorial da Zona da Mata. Ou seja, a sua relação entre os modos de produção (de um modo artesanal para um modo mecânico-industrial), os modos de vida entre as duas fases que compõem a evolução do processo de produção da cana em açúcar referente no modo engenho (relação patriarcal) e no modo usina (relações subjetivas) e suas relações entre os patrões e os trabalhadores. Também enfocaremos as relações entre o homem e o território e de que maneira este território pode ser modificado pela ação do mesmo, como por exemplo, mediante a tentativa de criação de um modelo econômico-solidário de convivência entre si e de sobrevivência econômica.

Para se compreender esta referida complexidade de Catende, abordaremos a atuação dos agentes internos que compõem o cenário bem como a recente atuação dos agentes externos, representados pelas oligarquias locais tais como políticos, poder judiciário, e usineiros interessados no patrimônio de Catende.

A priori, o foco do objeto de estudo desta dissertação trataria de uma análise sobre a questão das relações de trabalho no interior do território da cana que tinha como principal objetivo o formato da economia solidária como modelo, fazendo um comparativo apenas com a realidade existente no período em que a usina era gerida por um proprietário, que como se sabe, sempre tratou trabalhador da cana-de-açúcar como um subalterno, sem que tivesse seus direitos respeitados como manda a consolidação das leis do trabalho, a CLT.

No entanto, a região da Zona da Mata do estado de Pernambuco apresenta como principal característica os conflitos e as relações de poder proveniente da questão do domínio territorial, que por sua vez é empregada pelas forças oligárquicas dominantes neste mesmo território. Assim, tomando como objeto de estudo a usina Catende sob o modelo de cooperativa, este estudo se propõe a fazer uma análise sobre o referido formato autogestionado que é empregado em Catende, no território da cana-de-açúcar, tomando como base para a sua compreensão os conceitos de território e de economia solidária, bem como discorrer sobre de que forma as oligarquias dominantes no contexto da região da zona da mata atuam na disputa e controle do território de Catende que até então é pertencente ao trabalhador, de forma a compreender as ações oligarquias e denunciar contribuindo para mostrar as várias dimensões deste território.

Tal conflito entre oligarquias locais e trabalhadores pela disputa do território, bem como a tentativa desenfreada de desestruturação dos moldes da cooperativa fica clara ao observarmos a própria capa que ilustra este trabalho, que denota a atual realidade conflituosa encontrada naquele território, onde alguns trabalhadores, porém agora defensores dos gestores atuais ligados as oligarquias, ou seja, do sindicato, escreveram na parede do antigo cineteatro da cidade de Catende os dizeres “Fora Cooperativa. Terra para os camponeses” enquanto que os defensores dos moldes cooperativos reescreveram por cima da escrita anterior os dizeres “Viva Cooperativa. Terra para os camponeses”. Neste sentido, fica clara a rivalidade entre tais agentes modificadores do território, demonstrando assim o clima de disputa que acontece atualmente.

A partir destas observações, surgiram indagações quanto a problemática do trabalho a ser pesquisado. Referente a questão da economia solidária, empregado como modelo em Catende, será que a economia solidária foi empregada na prática conforme seus preceitos metodológicos e conceituais? Será que realmente a economia solidária em Catende deu certo? De que forma atuam os agentes que servem como mediadores no processo de autogestão em Catende? Qual o futuro da cooperativa agrícola harmonia após a tentativa de desestruturação por parte das oligarquias locais?

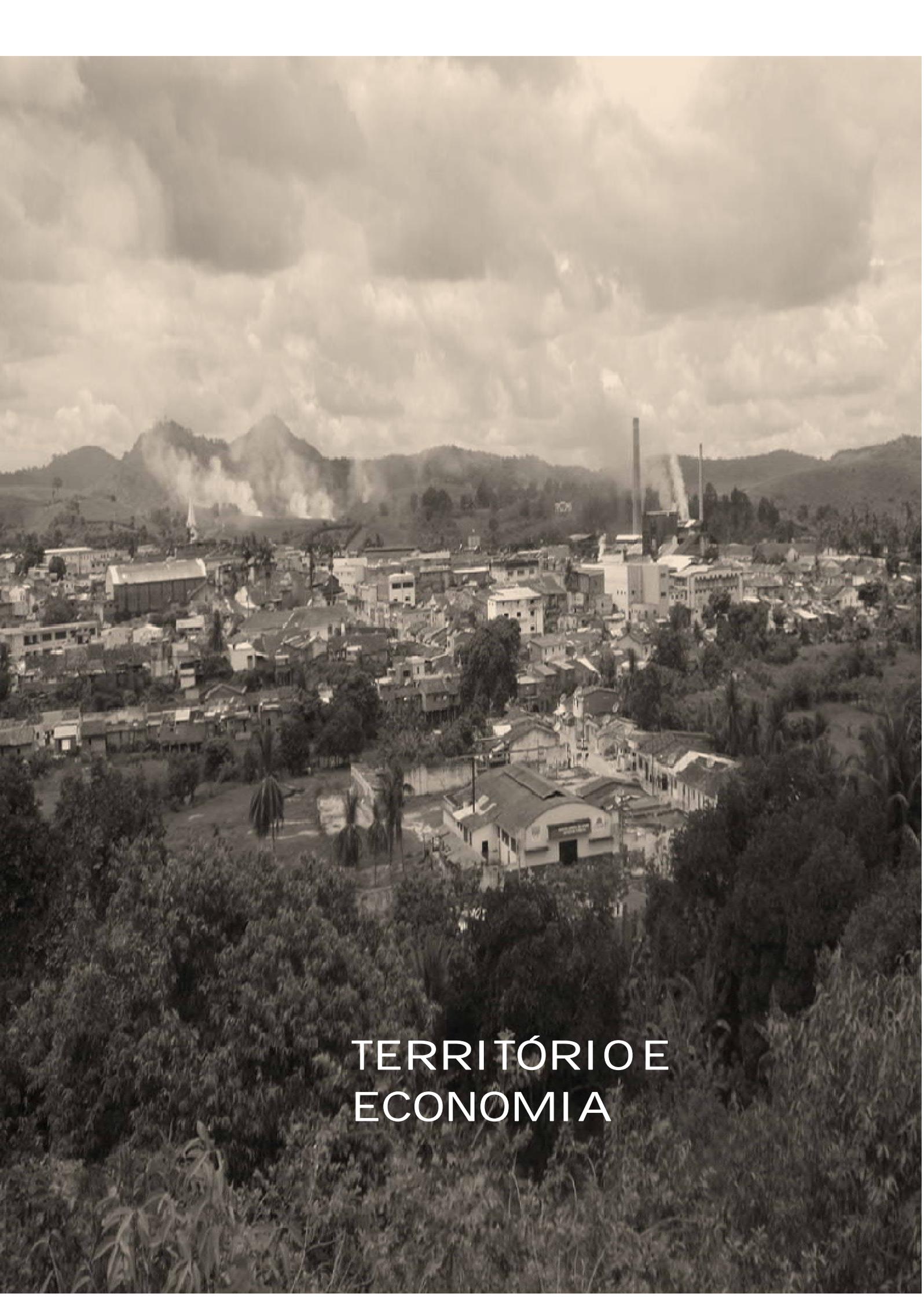
Quanto à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho e tomando como parâmetro a natureza das atividades a serem desempenhadas, o estudo foi dividido em duas etapas. No trabalho de gabinete foi efetuado um vasto levantamento bibliográfico no que diz respeito a conceitualização de território, da economia solidária, bem como a busca pela compreensão histórica sobre a realidade da zona da mata de Pernambuco. Da mesma forma foi feito um levantamento de dados estatísticos, bem como sua análise e interpretação a partir da elaboração de gráficos, tabelas, mapas dentre outros. Também foi efetuada consultas através da Internet em sites especializados, Confederação Nacional dos Municípios, Sistema de Dados Agregados, Cidades do IBGE, além de outras fontes como a fundação Joaquim Nabuco, o CONDEPE-FIDEM e a Cooperativa Catende Harmonia. Também foram feitas sete visitas ao campo objeto de estudo onde foram efetuadas entrevistas com os coordenadores da cooperativa agroindustrial Catende Harmonia bem como os técnicos, trabalhadores da usina e lideranças sindicais.

Assim, para explicar a complexidade encontrada na usina Catende, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro intitulado “Território e Economia Solidária: bases conceituais”, realiza revisão da literatura especializada acerca destes dois conceitos e que nos ajuda a compreender um pouco sobre a realidade anterior e atual encontrada em Catende ou seja, sobre as bases territoriais e do meio econômico solidário.

O segundo capítulo discorre sobre “O Território da Cana-de-Açúcar: Historicidades e Atualidades”, onde nos mostra, dentro de uma perspectiva histórica, a realidade e a trajetória da ocupação da cana que sempre foi o principal carro-chefe no tocante a

questão econômica e que fez regular a vida social dos municípios canavieiros da região Nordeste. Particularmente na região da Zona da Mata Pernambucana, modificou a paisagem natural da região, tendo a mesma que se adequar as suas necessidades e sujeitando grande quantidade de trabalhadores rurais a sua vontade, explorando, humilhando, esfomeando em contrapartida do enriquecimento, ganância e poder de alguns senhores ávidos por riqueza, em nome de um desenvolvimento econômico altamente injusto e desproporcional. Este capítulo também faz um apanhado sobre o crescimento das usinas no país e a decadência na região Nordeste.

O terceiro capítulo “Catende: um Complexo Palco de Contrastes, Conflitos, Relações de Poder e Contradições”, trata sobre a pesquisa empírica na área de estudo e apresenta resultados de pesquisa, demonstrando a realidade encontrada pela usina Catende, a partir da investigação de sua história para se compreender a atual crise, que se impôs mediante a articulação das oligarquias locais, que tentam a todo custo desestruturar a usina, calcada desde a década de 90 do século passado nos moldes cooperativos, e para que a mesma deixe de pertencer aos trabalhadores que assumiram a autogestão. Também são mostrados neste mesmo capítulo, quais os artifícios utilizados pelos oligárquicos para que o território de Catende seja retomado pelos mesmos e pelos industriais usineiros da zona da mata e em contrapartida de que maneira o trabalhador está atuando para que a usina não recaia novamente nas mãos dos usineiros.



TERRITÓRIO E ECONOMIA

CAPITULO 1 TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDARIA: BASES CONCEITUAIS

Neste capítulo versaremos sobre os conceitos de território e suas variáveis, o pensamento do conceito de acordo com alguns autores tais como: Haesbaert, Ratzel, entre outros, bem como sobre o contexto da economia solidária, suas bases iniciais e de que maneira surgiu e vem atuando aqui no Brasil.

1.1 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: UM ENSAIO SOBRE SUA CONCEITUALIZAÇÃO

A palavra Território é originária de *Territorium* que por sua vez é proveniente do latim, derivado de terra, e que apresenta como significado um pedaço de terra apropriado, terra pertencente a alguém, sem que este termo seja essencialmente ligado a propriedade (no sentido de posse) da terra, mas sim a apropriação (no sentido de ocupação) desta terra. (ALBAGLI in LAGES, 2004; CORREA, in SANTOS, 1998).

Para Corrêa, esta apropriação pode ter dois significados distintos, ou seja, por um lado, este significado é relacionado ao controle efetivo e às vezes legitimado pelas instituições ou grupos sobre um referido segmento do espaço e por outro lado, pode assumir uma conotação de afeto que deriva de práticas, dentro do espaço por alguns grupos distintos e definidos a partir da renda, das raças, religião, sexo, idade e outros (CORREA, in SANTOS, 1998). Ou seja, pode-se dizer que a esta apropriação relacionada às formas de estratégia de controle do território ou de conotação afetiva com o mesmo tem a ver com a territorialidade.

Sendo assim, para Haesbaert, o contexto de território surge com uma dupla conotação “material e simbólica”, pois pode ter sentido como “*terra – territorium*” bem como de “*terreo-terror* (terror, aterrorizar)”. Ou seja, o território

“Tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar” (HAESBAERT, 2005 p.6774).

Dentro de um contexto histórico, o conceito de território teve um considerável avanço em termos de evolução. Embora seja uma categoria de análise geográfica, outras ciências fora do contexto da geografia utilizavam-se da mesma para explicar

fenômenos característicos destas ciências, como por exemplo, a geografia que tem como ênfase a sua materialidade, as ciências políticas que tem como base as relações de poder e estas analogias referentes ao ponto de vista do Estado, a economia que o caracteriza como um fator de localização ou apenas um embasamento da produção, a sociologia que a considera através da sua ligação em associação as relações sociais, a psicologia que a considera através da identidade própria até a escala de indivíduo (HAESBAERT, 2004).

Entretanto, de acordo com Andrade, a expressão território teve inicialmente seu uso nas ciências sociais e naturais, onde dentro do contexto das ciências naturais como sendo a “área de influência e domínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, defendendo seu território de forma mais intensa no centro e perdendo esta intensidade ao se aproximar da periferia” (ANDRADE, 1995. p. 19), ou seja, o território era definido como sendo um espaço, regido apenas pelas leis naturais e resumindo-se apenas a um conjunto de ecossistemas; e dentro das ciências sociais, pelos geógrafos desde o século XIX, tais como Ratzel, onde suas indagações se centravam no papel do Estado como controlador do território, bem como Reclus onde procurava as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado. Ou seja, para as ciências sociais, o território era compreendido apenas sob o ponto de vista das relações entre atores, desconsiderando por completo as relações com a materialidade do ambiente natural construído, tendo como foco apenas o ambiente político, tendo como principal defensor deste conceito que liga território ao solo a figura de Ratzel (ANDRADE, 1995; DEMATTEIS in SAQUET, 2007).

Contudo para a ciência geográfica, o conceito de território vai além desta visão simplória vista pelas outras ciências.

Para que se compreenda o atual significado do conceito de território, faz-se por sua vez necessária a compreensão do que vem a ser território a partir da escala histórica.

De acordo com Gottmann, a idéia de território era proveniente do século XV, sendo ela ligada às questões de cunho político existentes na ocasião, ou seja, a partir da

dominação de faixas de terra como ocorridas em cidades da Grécia e romanas, como expansão territorial, transformadas em cidade-estado (SAQUET, 2007).

Raffestin também nos mostra que outro acontecimento ocorreu e que foi importante na transformação dos territórios, foi à crise agrícola que ocorreu entre os séculos XIV e XV, o que provocou e que propiciou graves consequências na estrutura dos territórios.

Um dos exemplos consideráveis desta consequência, conforme cita Raffestin, aconteceu na Inglaterra onde:

A depressão agrícola provocou a passagem das culturas de cereais à criação de ovelhas [...]. Como resultado, as pastagens ocuparam o lugar das áreas cultivadas provocando o desaparecimento de vilas inteiras, destruídas para a criação de extensas áreas de pastagens para ovelhas. [...]. Van Bath revelou, pontualmente, as consequências desse fenômeno sócio-econômico-territorial: reunião de pedaços esparsos em *openfield* em superfícies agrárias unitárias, circundadas por tapumes, reconversão de terrenos cultiváveis em pastagens, aumento das grandes propriedades através da fusão de diversos negócios e a expulsão dos seus habitantes, o confisco de terrenos incultos comuns (the common waste) por parte de grandes proprietários e, ao mesmo tempo, a diminuição ou eliminação total dos direitos dos 'comunistas' ou, noutras palavras, de todos os outros agricultores (RAFFESTIN in SAQUET & SPOSITO, 2009).

Já no século XVI, acabou-se por se intensificar a propagação de doutrinas políticas, reforçando a noção de soberania como característica de Estados e reinos e assim, o significado de território passa a ter um sentido referente a república e a polis, fundamentada nas teorias de Platão. Ainda no século XVI, a partir das teorias de repartição política dos lugares e a formação dos Estados, proposta por Machiavelli, institucionalizou-se uma nova fase no pensamento europeu, propiciada pela ocupação de novos territórios no novo mundo e que trazia para a classe dominante novos territórios para domínio e exploração, o que contribuiu para uma nova interpretação do conceito de território. Ou seja, o território passa a ser compreendido e experimentado para "além do habitat do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente no decorrer dos séculos XVII e XVIII" (SAQUET, 2007 p.28).

Ainda em concordância com Saquet, neste período da história, um dos grandes pensadores que influenciou na questão da experiência do território foi o Niccolò Machiavelli, cuja obra *O Príncipe*, descreve, de forma detalhada, a maneira como se devia conquistar e produzir território:

O Príncipe faz uma descrição detalhada sobre as formas, a constituição, a conquista e o governo de principados, que podiam ser *hereditários* ou *novos*; os novos podiam ser inteiramente novos ou anexados a um hereditário de um príncipe (SAQUET, 2007 p.28).

E ainda descreve que a obra de Machiavelli:

É um marco, entre outros aspectos, por sua contribuição à compreensão das relações de poder, socialmente instituídas e efetivadas na vida cotidiana. Ensina como conquistar os principados e como se manter no poder, relações que ainda estão muito presentes na dinâmica de dominação social (SAQUET, 2007 p.28).

Os pensamentos de Machiavelli, materializados em sua obra *O Príncipe* foi quem mais influenciou os conceitos sobre território nos séculos XVII e XVIII, o que para muitos pensadores, foi o primeiro a refletir sobre a questão do Estado, pois sua narrativa demonstra como se representava e se evidenciava as formas do poder como relação de autoridade, como ocupação, apropriação e administração destes lugares associadas à cultura (tribos, tradições, princípios e outros) o que, para Saquet nada mas seria do que a representação da sociedade em relação aos componentes dos mercados, expansão de áreas na época, além da reprodução do domínio cultural e político pelas forças dominantes.

Esta força dominante, por sua vez, deveria se caracterizar como o gerenciador dos mais fracos e estabelecer-se diante dos poderosos em um determinado território, seja através do uso da força ou não, que seria representado pela guerra. Este território deveria ser uma área com estrito controle, que essencialmente não deve fugir do seu domínio e cujo poder seria exercido a partir da apropriação e da dominação (SAQUET, 2007).

Assim sendo, o Estado proposto por Machiavelli seria configurado na forma de principados. Amiúde, os elementos centrais defendidos por Machiavelli estão

calçados nas relações de domínio entre os homens, associando a um processo de conquista e de permanência na gerência de um principado (leia-se área ou território) e que se fez presente na expansão territorial principalmente a partir dos séculos XVIII e XIX, no contexto da formação dos Estados-nações, com o colonialismo e o imperialismo. A partir daí, são instituídas dentro das ciências, neo-formas de configuração social e tanto de apropriação quanto de dominação territorial, conforme demonstração de Gottmann, onde já na revolução americana e francesa, ocorre uma definitiva ligação entre Estado e nação, reforçando um sistema de mercado estabelecido sobre o território nacional que por sua vez é cada vez mais integrado ao internacional.

É a partir deste progresso tecnológico que finalizasse a funcionalidade de abrigo e de proteção da soberania territorial do Estado, pois os meios informacionais e invenções acabam por convencionar outra ordem global, porém sem eliminar o território, tampouco o Estado, colocando um novo significado ao território, sendo ele justaposto através de fronteiras e com relação direta com a política e a geografia internacional, processo este que se tornou um ponto central no século XX (idem).

E é voltado neste processo que se caracteriza, no século XVIII, o caráter da geografia que está unido ao Estado e ao pensamento da burguesia da contemporaneidade. É uma geografia que, segundo Dematteis, “identifica o objeto de seu estudo não com o território, mas com a superfície terrestre e suas regiões naturais, como entidades que existem antes do Estado e independentemente de cada forma de domínio” (DEMATTEIS, 1985, P.68 in SPOSITO, 2007).

A partir da consolidação dos conceitos modernos de Estado-Nação, já no século XIX, o conceito de território passa a ter uma importância maior para as demais ciências, e de maneira específica para a geografia, contribuiu de forma política e ideológica a partir de uma necessidade de construção na estrutura social através da escolarização em massa, uma consciência nacional e um sentimento de pertencimento territorial (ESCOLAR, 1996 p.65 in TERRA, 2009), contexto esse que fortaleceu a geografia moderna da época aliada aos interesses do Estado e aspirações da classe burguesa (SPOSITO, 2007).

Neste contexto, as idéias desenvolvidas pelos geógrafos contemporâneos tais como: Friedrich Ratzel que se apropria do conceito de território e entendendo-o como sendo o papel desempenhado pelo Estado no controle do território foram as mais difundidas. Para Ratzel, o território corresponde ao espaço no qual acontece à soma dos elementos naturais, associado aos elementos humanos que se apropriam deste determinado espaço e o ocupa sob configuração de um grupo social ou pelo próprio espaço (SOUZA, 2008).

Esta visão ratzeliana de associar o espaço natural (caracterizado por uma corrente de pensamento naturalista) e o social (através de uma corrente de pensamento sociológica), onde sua busca conceitual foi proveniente das ciências naturais, da etnografia, da sociologia e da história fora marcada pela sua formação e influência.

Como cita Raffestin, Ratzel foi “influenciado por historiadores como Curtius e Mommsen, por geógrafos como Ritter e Reclus, mas igualmente por um homem como Spencer, que o fez descobrir a lei do desenvolvimento, à frente retomada por Darwin” (RAFFESTIN, 1993).

Neste sentido, afirma ainda Raffestin que “o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico” (idem).

Assim, para Ratzel o território serve como pilar principal para sustentação do Estado, pois o Estado não existiria sem o território visto que nele estão os recursos naturais que servem como suporte para a sociedade. Neste sentido, faz-se importante demonstrar a sua preocupação com a natureza exterior ao homem, condicionando-a a expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social que implica na formação do Estado como sendo a principal forma de controle e poder, assumindo assim, a natureza e o Estado à centralidade na argumentação ratzeliana na compreensão do conceito de território (SOUZA, 2008; SPOSITO, 2007).

Em seus estudos, embora existissem algumas relações de conflito na sociedade quando a atuação do Estado, Ratzel acaba por neutralizar o povo e o território, interligando ao Estado-Nação e tendo o solo como elemento fundamental do Estado, ou seja, para Sposito, na visão de Ratzel, o território “é entendido como

substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado)” (SPOSITO, 2007).

Assim sendo, ele agora faz uma tentativa de interligar o homem ao solo, apontando para uma questão além do sentido geopolítico através de outros elementos tais como cultura e economia, buscando uma unidade cultural para o Estado Alemão a fim de servir aos anseios de expansão territorial da Alemanha, sem, contudo, sair da visão naturalista no qual trabalhava. Sendo assim, ele passa a compreender o território, num sentido mais geográfico, postulada também pelos cientistas da época, como uma parte do espaço com delimitações onde pode ou não existir a presença do homem bem como com ou sem modificações promovidas pelos povos e também com ou sem a presença do Estado (SPOSITO, 2007; TERRA, 2009).

Nos anos seguintes, a partir do surgimento da corrente teórico-quantitativa ou também denominada de Nova Geografia, que tinha como principal filosofia a linguagem matemática por ser legítima como instrumento de conhecimento visto que, como afirma os pensadores desta corrente, ela sabe restringir sua importância aos limites impostos pela lógica, trazendo uma visão sistêmica.

Deste modo, na Geografia que tinha como princípio a utilização de modelos e a submissão a lógica matemática, sendo esta influenciada pela escola possibilista francesa, o conceito de território acabou sendo ignorado a partir do surgimento de novos conceitos que fazem parte do contexto da geografia teórica, tais como o de organização espacial, fazendo que o conceito de território permanecesse sendo o tradicional visto na corrente da geografia clássica.

Entretanto, somente a partir do surgimento da Geografia Crítica, que tem como base o materialismo histórico-dialético e as idéias marxistas é que o conceito de território volta a ser trabalhado a partir de uma preocupação em entender as contradições sociais, as transformações tanto de cunho econômico quanto político e associado a isto a reorganização territorial do espaço mundial, ou seja, o território assume dentro desta corrente, diversos significados a partir de variadas territorialidades, o que marca a redescoberta do conceito de território a partir de novos olhares e novas

leituras e de interpretação, mudando de significados conforme há alterações na compreensão das relações de poder. Assim, conforme Saquet, a forma de apropriação política decorre por meio do Estado e a partir dos movimentos sociais, como “comportamento coletivo” de resistência e organizado territorialmente (SAQUET, 2007; TERRA, 2009).

Este novo conceito difere do que foi elaborado inicialmente por Ratzel, pois não apresenta mais relações entre o conteúdo geopolítico de sua definição primeira de Estado-nação.

Assim então, podemos conceituar o Estado como sendo uma forma de organização política, social e jurídica que ocupa um território delimitado e que possui leis próprias, sendo o mesmo regido por um líder ou governante.

O conceito agora apresentado está mais relacionado às mudanças sócio-espaciais e político-institucionais do capitalismo a partir do pós-fordismo, ou seja, refere-se aos efeitos da reestruturação do processo de produção que se recompõe e afeta territórios e localidades como projeção em um determinado espaço. Assim sendo, ele emerge a partir de um processo globalizado em que as neodinâmicas econômicas e de produção ficam diretamente ligadas e dependentes de iniciativas que são vinculadas em função do território, isto é o conceito acaba por ressurgir dentro da ciência geográfica em um perfil marcado pelo processo de “ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional” (TERRA, 2009).

Tal conceito de território, como podemos observar no contexto acima, sofreu várias transformações a partir do momento histórico vivenciado. Entretanto, atualmente, o conceito pode ser definido sob os mais variados pontos de vista, o que, como já citado, nos permite interpretá-lo de acordo com as mais variadas ciências, como por exemplo, os cientistas políticos que consideram os aspectos políticos, geopolíticos e relações internacionais com países vizinhos; para os antropólogos e historiadores onde o território é visto como uma unidade repleta de diversidades étnicas, culturais e sociais, inscrito num campo de forças e relações de poder, seja ele econômico, político e cultural (MOTTA, 2005).

Mas, qual o conceito difundido a partir da nossa ciência em questão, a geografia?

É este conceito que tentaremos expor a partir deste instante.

1.2 O TERRITÓRIO E SUA REPRESENTATIVIDADE PARA A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Em linhas gerais, o conceito de território para a ciência geográfica é a apropriação e o domínio de um espaço geográfico, sendo este definido e demarcado pelas e a partir das relações de poder. Ou seja, o território somente existe se houver a apropriação, seja ela concreta ou simbólica, através de conflitos ou não, de uma área territorial que pode ser representado pelo espaço, a partir da informação a outros dos seus limites e fronteiras e sendo produzido através da exploração ou da utilização por formações sociais opostas, com próprias dinâmicas e cheias de contradições ou desigualdades. Associado a isto, dentro de suas fronteiras, devem estar também representadas as características de cada região onde se leva em consideração a dinâmica da sociedade, as especificidades de cada lugar bem como a cronologia histórica (MOTTA, 2005; SOUZA in CASTRO ET AL, 2008).

Assim sendo, para Haesbaert, o território, em qualquer sentido, tem a ver com as relações de poder no sentido concreto de dominação que não fica somente restrito a dimensão política, mas ao sentido mais simbólico, de apropriação. Utilizando o pensamento Lefebvrino, Haesbaert diferencia a apropriação como sendo um processo mais simbólico, carregado de “marcas do ‘vivido’ e do valor de uso” enquanto que a dominação seria uma forma “concreta, funcional e vinculado ao valor de troca”, além da sua relação funcional, seja como fonte de recursos naturais, fornecedor de matérias-primas, seja como proteção ou abrigo, como lar para repouso (HAESBAERT, 2005 p. 6776).

Esta apropriação por sua vez também pode representar um papel de dimensão afetiva, que deriva de práticas espacializadas que provém de grupos “em concordância com a renda, raça, religião, sexo, idade e de outras propriedades, vinculando o conceito de território a uma geografia que acaba por privilegiar sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares” (CORRÊA in SANTOS ET AL, 1998).

Neste sentido, a percepção da apropriação está diretamente ligada a “identidade de grupos e a afetividade espacial” (idem).

E a partir das relações de poder, da sociedade e esta ligação com o espaço, ou seja, no sentido de apropriação deste espaço que faz com que o território seja associado a uma categoria geográfica de análise para que haja corretamente a sua compreensão, conforme cita Santos:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS 2002. p. 9 In: FERNANDES apud SAQUET & SPOSITO, 2009).

O conceito de território não deve ser confundido com os conceitos de espaço e lugar uma vez que o conceito de espaço é anterior ao território, sendo o território formado a partir da concepção de espaço e onde, devido ao resultado da ação de atores (Estado, homem, etc.) que, ao se apropriar deste espaço, seja ele de forma concreta ou representativa, o ator em questão acaba por territorializá-lo.

Sendo assim, para Raffestin, o espaço é a “prisão original” enquanto que o território é a “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993 p. 144). Correia vai mais além afirmando que o território, difere do conceito de espaço porque ele é “um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, a organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORREA, in SANTOS, 1998).

Entretanto Medeiros nos lembra que tanto o espaço quanto o território não podem ser dissociados porque o espaço “se faz necessário para demarcar a existência” do território enquanto que o território “é a condição para que o espaço se humanize” (MEDEIROS in SAQUET & SPOSITO, 2009).

Para Medeiros, o território é “um espaço de identidades ou espaço de identificação” onde “o sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável”. Assim sendo, o território *a priori* passa a assumir um papel de maior identidade em relação àqueles que o compõem, configurando relações mais estreitas entre ambas as partes, ou seja, o território assume um papel de “espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento” (MEDEIROS in SAQUET & SPOSITO, 2009).

Estas identidades, estas identificações por sua vez, correspondem a vínculos de pertencimento que se constituem tanto pelas tradições, configuradas em raízes, heranças, passado, memórias, bem como pelas traduções, configuradas pelas estratégias de futuro, rotas, rumos e projetos, estando sempre em um constante processo de construção e transformação, tanto dos significados sociais quanto culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou grupo (CRUZ in ARAÚJO & HAESBAERT, 2007).

Assim, para Cruz, a identidade assume vários papéis dentre os quais, podemos destacar: a) identidade como sendo relacional e contrastiva, ou seja, as identidades são insuficientes quando há relação com o outro, sem auto-suficiência, sendo construídas pelas diferenças; b) identidade sendo material e simbólica, ou seja, a identidade sendo construída de maneira subjetiva, sendo fundamentada nas representações, discursos e sistemas de classificação simbólicas onde não é possível pensar de forma dissociada os símbolos e a subjetividade (as representações) da experiência social em sua materialidade; c) a identidade como sendo estratégica e posicional onde as relações entre o cultural e o político se imbricam num laço que constitui a construção de identidades e estes sistemas de símbolos que, quando se organizam, fornecem uma representação e um sentido tanto as diferenças culturais quanto as desigualdades sociais em relação à construção destas identidades; d) identidades podendo ser hegemônicas e subalternas, estas construções podem tanto servir para a manutenção como também para a legitimação de relações de poder de maneira hegemônica ou subvertida (ou subalterna) (idem).

1.3 TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES E NOVAS TERRITORIALIDADES: O “DESTRINCHAR” DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Vimos anteriormente que o conceito de território está diretamente ligado a um espaço apropriado em que as dimensões política, natural, econômica e cultural estão atreladas com a questão da formação das identidades regionais, sendo este território o espaço revestido de dimensão política, afetiva ou de ambas, embora o conceito de território esteja subordinado a outro conceito mais amplo que é o de espaço que assume a forma de organização espacial. Portanto, território e espaço assumem categorias distintas de análise dentro do contexto geográfico.

O mesmo acontece dentro de algumas definições provenientes do termo território, tais como territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades, que embora derivem do mesmo conceito de território, assumem distintas características.

Para Corrêa, a territorialidade pode ser definida como “o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORREA, in SANTOS, 1998). Ou seja, os indivíduos acabam vivenciando tanto o “processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” onde quer um quanto outro corresponde a “relações de poder” (RAFFESTIN, 1993).

Sendo assim, pode-se afirmar que a territorialidade, apesar de adicionar uma dimensão política, também diz respeito às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Ou seja, a territorialidade assume um caráter pessoal onde está refletida a dimensão do vivido territorial a partir da visão dos indivíduos que compõem a coletividade, fornecendo a estas pessoas o sentimento de participação e provocando um sentimento de confraternização entre elas (SACK in HAESBAERT, 2005; RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1995).

A desterritorialidade por sua vez é compreendida como sendo a perda do território que foi apropriado e vivido por consequência dos diferentes processos ocorridos a partir das contradições que são capazes de fragmentar o território. Este processo é reflexo da globalização que tem como finalidade desenraizar as coisas, pessoas ou mercadorias, além dos grupos étnicos, fidelidades, ideologias e movimentos de cunho político que tendem a atuar de maneira crescente em modelos capazes de transferir fronteiras e identidades territoriais específicos, manifestando-se tanto economicamente como politicamente e na esfera cultural (CORRÊA in SANTOS, 1998; NEVES in SANTOS, 1998).

Assim Souza (2000) interpreta que o processo de desterritorialização tem como consequência a exclusão de um grupo que se adequava em um espaço característico enquanto que na visão de Santos (1998) a desterritorialização é fruto da não adequação do indivíduo, ou grupos de indivíduos a um determinado lugar.

Entretanto alguns autores tais como Haesbaert tentam desconstruir o conceito de desterritorialização como em sua obra “O Mito da Desterritorialização” onde há o aprofundamento da proposta de multiterritorialidade como forma de resposta ao conceito de desterritorialização, ou seja:

mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re) territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (HAESBAERT. 2005).

Sendo assim, para Haesbaert, o sentido de multiterritorialidade não se configura uma novidade se tomado como base o conceito de território e no processo de territorialização já discutido anteriormente:

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios (idem).

Outro termo derivado do conceito de território é o conceito de novas territorialidades ou re-territorialidades como defendidas por diversos autores. Assim sendo, para Correa (in SANTOS, 1998), as novas territorialidades corresponde “à criação de novos territórios seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território”.

Se formos tomar como base a questão da reconstrução de velhos territórios em novos territórios, podemos sim, falar que a questão da diversificação agrícola no município de Catende tem a ver com o conceito visto que, algumas áreas que hoje pertencem exclusivamente ao plantio da cana de açúcar antigamente estas foram áreas de cultivo de agricultura familiar. Seria, portanto uma reestruturação do território, a partir da criação de novos territórios através da reconstrução parcial de velhos territórios, caracterizado pela agricultura familiar no domínio da cana, utilizando-se do conceito de novas territorialidades.

Portanto, estes novos territórios estão sempre sendo formados e transformados em vários lugares, sobre as ruínas, os resquícios das desterritorialidades, das lutas de classe ou das novas configurações espaciais voltadas para a produção de mercadorias (NEVES in SANTOS, 1998)

Assim sendo, o processo de desterritorialização também denota o de reterritorialização que por sua vez faz referencia a fusão de novos territórios e assim a construção de uma nova territorialidade para o grupo ora desterritorializado (TERRA, 2009).

Para Santos (1997) este processo de reterritorialização configura além da alteração do sentido do território, pois ao mudar estas formas, também mudam as funcionalidades bem como o próprio homem sofre transformações.

1.4 O TERRITÓRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR: TERRITÓRIO DE CONFLITOS E RELAÇÕES DE PODER

A cana-de-açúcar sempre teve uma importância fundamental no tocante à questão econômica e que fez regular a vida social dos municípios canavieiros da região

Nordeste, particularmente falando na região da Zona da Mata Pernambucana. Entretanto, como cultura “individualista”, dominante no seu território, a cana-de-açúcar modificou como pôde a paisagem natural da região, adentrando as áreas mamelonares do relevo característico desta localidade, tendo o mesmo que se adequar a sua necessidade esgotou, todo o nutriente dos solos, propiciou a poluição das águas dos rios que cortam seus domínios, bem como devastou praticamente toda a mata nativa existente na região e, ainda não satisfeita, escravizou, humilhou, esfomeou e matou uma gama de trabalhadores rurais em contrapartida do enriquecimento, ganância e poder de alguns senhores ávidos por riqueza, em nome de um desenvolvimento econômico altamente injusto e desproporcional, que perdura ainda nesta região e em várias outras regiões do país.

Sem falar que as formas de dominação por parte dos detentores destes territórios eram e ainda são muito cruéis, fazendo com que aquele que não seja detentor seja um subordinado aos caprichos daqueles que pertencem o território, seja na forma de conflitos, seja no formato de violência patronal, seja no formato das relações de poder exercido pelas velhas oligarquias dominantes aos menos favorecidos.

Assim para que haja mudanças na configuração deste conflituoso modelo contemporâneo de território, surge à economia solidária como uma alternativa no que tange as modificações tanto das relações entre os homens quanto também nas relações econômicas e que, sendo empregada de maneira correta, pode influenciar numa reconfiguração territorial, tornando-a muito mais justa e digna.

Entretanto, o que é de fato uma economia solidária? Como surgiu? Quais os principais pensadores e de que maneira atuaram para que haja o seu fortalecimento? São estes pontos que tentaremos demonstrar a partir de agora.

1.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CONCEITO AINDA EM CONSTRUÇÃO

O sistema capitalista é caracterizado por três fatores: pela economia de mercado que por sua vez torna-se a cada dia mais competitiva e que, segundo o ponto de vista de Singer (2010. p.07), pode apresentar, até certo momento, um lado positivo, ou seja, permitindo que os consumidores possam escolher um produto que melhor

satisfaça as suas necessidades por um preço mais baixo, bem como a competição faz com que sempre vença o melhor, mas que independentemente destas “virtudes” esta concorrência exacerbada tem sido muito criticada, sobretudo devido aos efeitos sociais impostos por este sistema, que se caracteriza pela sociedade dividida em classes sociais (a dos trabalhadores ou proletariado, categoria esta cada vez mais explorada e a dos burgueses ou patronato, cada vez mais exploradora) e pela apropriação particular sobre os meios produtivos, sendo o principal objetivo deste referido sistema a geração e obtenção de lucros cada vez maiores.

Estas características acabam por explicar o porquê o capitalismo, também associado de outras circunstâncias, é a principal causadora de uma crescente desigualdade social provocada pela significativa diferenciação entre aqueles que ganham (por exemplo, os patrões) sobre aqueles que perdem (os empregados).

Pode-se dizer então que a economia solidária é uma forma de “sobrevivência” ao sistema capitalista visto que se apresenta como uma importante saída (desde que seja feita de uma maneira transparente) para as constantes crises decorrentes do modelo econômico baseado no capitalismo.

Em outras palavras a economia solidária é uma maneira coletiva encontrada para fugir das regras do capitalismo, onde há a negação da “separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER in SANTOS, 2002. p.83) e que apresenta certo grau de democracia para que seja consolidada a inclusão social. Também é vista como uma alternativa que possibilita a geração tanto de trabalho quanto de renda, associado a uma vasta gama de práticas econômicas e sociais que são organizadas sob o aspecto de cooperativas, associações, redes de cooperação, empresas autogestionadas e outras, cuja gestão é basicamente formada por trabalhadores, promovendo práticas de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo, consumo solidário e a manutenção da quantidade e qualidade do trabalho. Ou seja, “a economia solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE/SENAES, 2003; NASCIMENTO, 2004).

De acordo com o professor Euclides Mance em sua palestra proferida no VI Seminário de Sensibilização ao Associativismo e Cooperativismo ocorrida em Recife, pode-se afirmar que houve três elementos importantes que fizeram reforçar as práticas de economia solidária não somente no Brasil como também em todo o mundo:

O primeiro ponto foi à deterioração da condição de vida das pessoas: onde existem mais de bilhões de pessoas no mundo passando fome e que encontraram na economia solidária uma forma de manter trabalho e renda para essas pessoas

O segundo ponto é o sentido humano de nossa existência: a partir da redução das pessoas em mercado consumidor, ha uma busca em recuperar esta dignidade e a qualidade do ser humano no sentido de sua existência

O terceiro ponto é a degradação ecológica a partir da própria destruição do planeta e que acaba resultando nas catástrofes natural tais como os furacões, os vendavais sendo tudo isso resultado do aquecimento global em todo o planeta.

Assim vão surgindo formas econômicas de enfrentar esta realidade. E partir disto é que surge a economia solidária que se caracteriza na autogestão, na cooperação, nos movimentos comunitários, no satisfazer as necessidades das pessoas, na justiça social, na não discriminação de gêneros, raças e garantir o bem viver das pessoas e preservando os recursos naturais. E como meio de produção, os bens e serviços produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento, ou seja, a propriedade dos meios de produção não é do capital, mas também a propriedade não é do Estado e sim dos trabalhadores que assumem o controle do empreendimento, tomando decisões de maneira democrática sobre o que vai ser produzido, como vai ser produzido e como serão distribuídos os resultados, onde todos terão igualdades e oportunidades de direito.

Por sua vez, a autogestão pode ser conceituada como uma forma de administração, um novo modo de produção de uma empresa ou organização solidária a partir da empregabilidade da força de trabalho dos próprios trabalhadores envolvidos em práticas participativas, nas definições dos empreendimentos, do comando e

organização característicos do processo autogestionário, devendo ser democrática devido à forma de dar a possibilidade às pessoas sobre o poder na tomada de decisões em áreas do próprio interesse, sem que haja a interferência de apoio externo no sentido de impedir à ação dos associados no tocante a assistência tanto técnica quanto gerencial, bem como na capacitação e em assessorias. (MTE, 2003; SILVA, 2008).

A autogestão também se faz presente em nossas vidas em todos os momentos. Pode ser averiguada a partir da própria sociedade em que vivemos como forma de participação em variados aspectos: sociais, políticos, econômicos e etc., bem como no ambiente de trabalho, a partir da participação no âmbito de produção, administração (como nos processos de decisão), e também nas próprias resoluções trabalhistas. Neste sentido empresarial, pode-se afirmar que uma empresa é autogestionada quando os trabalhadores labutam sob os moldes associativos ou cooperativos, sem que haja qualquer outro vínculo de trabalho ou de investimento por parte destes operários (SINGER, 2003).

Proudhon (*apud* SCHÄFERS 2007) afirma que “quando os trabalhadores são associados, eles são iguais...” Assim, a empresa que atua de maneira autogestionada trabalha de forma igualitária com seu corpo de empregados, ou seja, os trabalhadores atuam em conjunto participando do processo de decisão organizacional da empresa (trabalho, investimentos, salário, etc.) como qualquer outro funcionário, com os mesmos direitos e deveres o que, neste ponto de vista, atribui-se a tal empresa uma gestão democrática. Sendo assim podemos afirmar que autogestão e democracia são termos equivalentes dentro deste contexto.

Como podemos notar tanto a economia solidária quanto a autogestão são palavras associadas, que tem um forte significado entre si.

De acordo com Nascimento, pode-se afirmar que “não há autogestão, sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão” (NASCIMENTO, 2004).

Todavia, o contexto da autogestão está intimamente ligado ao conceito de economia solidária, porém devemos ainda ressaltar que existe outro conceito que difere do conceito de autogestão, mas que também pode ser empregado no sentido gestor de uma determinada empresa que é a co-gestão. Diferentemente da autogestão, a co-gestão é uma maneira de integrar o trabalhador com o processo de produção apenas com a finalidade de se obter um aumento na produtividade e também na mais-valia, permitindo a participação dos operários somente no processo produtivo, nos meios e não nos fins. Assim, neste formato de gestão, não são os trabalhadores que efetivamente desempenham o papel de decidir sobre a organização da empresa e na maioria dos casos, não participa das assembleias, sendo o mesmo representado por assessores técnicos que os representam e que por sua vez definem a aplicabilidade dos recursos e de outras decisões (GUILLERM E BOURDET, 1976 apud VIANA, 2003).

Um bom exemplo a ser dado sobre este formato seria os empregados na Usina Catende que será vista mais adiante.

Também dentro deste discurso, não podemos falar do contexto da economia solidária sem antes nos referir sobre o que vem a ser o cooperativismo.

O cooperativismo se trata de uma doutrina econômica que tem como princípio sustentar a livre e autônoma associação de pessoas organizadas em prol de uma finalidade em comum e promovendo, de maneira solidária e em conjunto, a concretização destas aspirações bem como a satisfação das necessidades individuais a partir da efetivação dos objetivos e necessidades do coletivo, sendo esta uma organização dinâmica e racional fundamentada nos princípios da livre e voluntária adesão, da gestão democrática e solidária, da participação de todos de maneira responsável, da limitação de quotas para cada associado, da distribuição equitativa dos resultados finais, da honestidade, confiabilidade, transparência e ajuda mútua. (SHALLENBERGER, 2005; ANTEAG, 2005).

O modelo prático do cooperativismo está traduzido nas cooperativas que juridicamente se constituem em uma sociedade civil, estruturada de maneira

organizada, tendo como objetivo principal os interesses e a promoção tanto econômica quanto social dos associados.

Seu conceito foi divulgado a partir do Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, que ocorreu na cidade de Manchester, Inglaterra, no ano de 1995, assim descrito: “É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (SHALLENBERGER, 2005).

No Brasil, a definição de cooperativas provém da Lei nº 5.764, de 16/12/1971 (a chamada Política Nacional do Cooperativismo) que as define como sendo uma “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas as falências, constituídas para prestar serviços aos associados”.

Deste modo, tendo como parâmetro o conceito formado pela SENAES, a economia solidária é:

Compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (SENAES, 2006).

Complementando com o conceito do SENAES, a economia solidária vista pelo ângulo do MTE seria conceituada como:

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (idem).

Sendo assim, apresenta como valores principais a democracia, a cooperação, a solidariedade, a autogestão, o respeito à natureza, a promoção da dignidade e valorização do trabalho humano (MTE, 2006).

Dentro do âmbito de um discurso mais centrado do que vem a ser a economia solidária, ainda encontra-se divergências sobre o seu conceito podendo o mesmo apresentar diferentes interpretações que podem se confundir mediante os diversos

contextos locais, por exemplo, na Europa que pode se apresentar sobre a forma de Economia Social, na América Latina sobre a forma de Economia Popular (a partir da resistência dos setores populares) e nos EUA, como terceiro setor, porém em quaisquer situações, o contexto sempre se refere a um modelo solidário e democrático que preza pela socialização da riqueza e dos ganhos distribuídos de maneira geral entre os associados bem como a gestão compartilhada por todos, assumindo com isso um caráter associativo e autogestionado, comum para o discurso da economia solidária.

Ainda assim, vários autores versam sobre a economia solidária como sendo além de apenas uma necessidade material, mas também como uma opção política, tendo como parâmetros diversos pontos de vista como, por exemplo, de que a economia solidária é uma resposta da tradição socialista. Outros já versam que a economia solidária é um modelo econômico alternativo ao capitalista, ou que corresponde a um modelo opositor ao capitalismo por incluir mais os setores do trabalho do que do capital. Já outros autores acreditam que suas contradições internas se baseiam no individualismo e nas desigualdades o que não faz da economia solidária um modelo que se contrapõe ao sistema capitalista enquanto que outros autores defendem que a mesma seria apenas uma parte da economia voltada para os setores populares, sendo inclusive chamada de Economia Popular Solidária.

De acordo com Arcoverde, até mesmo os principais pensadores voltados ao estudo da economia solidária no Brasil a conceituam de maneira diferenciada. Geiger por exemplo interpreta a economia solidária como o formato de germinação de uma nova forma social de produção específica. Já o professor Paul Singer a concebe como um fenômeno de cunho econômico, reconhecendo-a como um modo produtivo; para Boaventura de Souza Santos, a economia solidária seria um processo não capitalista. Ainda existe o pensamento de Souza e Laville que reconhecem nos moldes econômico-solidários formas de iniciativas econômicas com claros objetivos ligados ao social e a cidadania.

Assim, estes autores acabam por nos mostrar que o conceito e o objeto da economia solidária ainda transcorrem de diversas controvérsias conceituais (ARCOVERDE, 2009).

Apesar de ainda ser um debate ainda em construção, Arcoverde (2009) destaca seu rumo para três correntes distintas de pensamento acerca da economia solidária:

a) a corrente política: onde se observam os empreendimentos solidários como aqueles que tentam suprir os problemas de exclusão social bem como as crises no tocante ao trabalho assalariado, configurando ações que vão além das práticas econômicas e sociais;

b) a corrente econômico-ideológica: onde se observa as organizações de cunho econômico-solidário como uma nova forma de relação de produção; e

c) a corrente sócio-cultural: onde afirma que os empreendimentos voltados ao desenvolvimento de uma prática solidária respondem a crise dos padrões dominantes do capitalismo, difundindo valores instrumentais como o individualismo, o comunismo e a competitividade e alicerçando a busca pela constituição de organismos novos orientados por novos valores e modelos (ARCOVERDE, 2009).

Em linhas gerais, a estrutura de um empreendimento solidário basicamente é composta por trabalhadores que são proprietários desta referida empresa. Sendo assim uma cooperativa apresenta como principal finalidade a manutenção da quantidade e da qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus cooperativados, sem com isso se preocupar com a maximização de lucros visto que, de acordo com Singer, “nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital”, fator este que difere as empresas cooperativadas das empresas de cunho capitalista. (SINGER in SANTOS, 2002).

O capital da empresa de cunho solidário pertence a todos os trabalhadores - e somente a eles - e sua propriedade é dividida igualmente entre a totalidade dos trabalhadores para que os mesmos, sem exceção, possam ter o mesmo poder decisório sobre ela¹.

¹ Assim, todas as resoluções sobre quaisquer que sejam os assuntos pertinentes a cooperativa, deve-se antes passar pelo crivo dos cooperativados, ou seja, as pautas são postas em assembléias, votadas e se assim forem aprovadas, são executadas.

Quando acontece o excedente de capital que por sua vez pode ser denominado de “sobras” pela empresa cooperativa, seu destino final também deve ser decidido por todos os trabalhadores. Geralmente uma parcela destas sobras é destinada em um fundo que não é pertencente a cada sócio de maneira individual, mas sim destinada a sua coletividade e outra parcela desta sobra pode ser acrescida ao valor da cota dos sócios que pode retirá-la quando ocorre o desligamento deste sócio junto à cooperativa. Outras partes da parcela de sobras têm como destino final os fundos voltados à educação, cultura, saúde, dentre outras prioridades desde que seja aprovada pela maioria dos trabalhadores (SINGER in SANTOS, 2002).

Ainda em concordância com a Lei 5.764/71, “as cooperativas se definem de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou seus associados”. Embora outros autores afirmem que existe mais de onze tipos de cooperativas, de acordo com Singer, basicamente existem quatro tipos que são as mais importantes:

a) cooperativas de produção: que seria a modalidade mais básica de uma cooperativa e que tem relações sociais de produção, ou seja, é um tipo de cooperativa que é administrada pelos próprios trabalhadores e que dividem entre si os lucros ou não;

b) cooperativas de comercialização: que podem ser compostas por produtores autônomos, individuais ou familiares que por sua vez fazem compras em comum e às vezes vendem também de maneira coletiva. Apesar de tanto a produção quanto o ganho ser individual, as sobras são distribuídas entre cooperativados em igual proporção sobre a totalidade que é comprada ou vendida por cada indivíduo da cooperativa;

c) cooperativas de consumo: que por sua vez é possuída por aqueles que consomem seus produtos e serviços, cuja finalidade é garantir a total satisfação a um custo bem pequeno aos seus cooperados, ou seja, é quando um grupo se reúne e adquire de forma coletiva determinada bens, para que o custo final fique mais barato. Deve-se ter cautela com este formato de cooperativa, pois muitas destas cooperativas de consumo adotam a política do trabalho assalariado que por sua vez

acaba propiciando lutas de classe em seu interior, o que acaba descaracterizando-a como um empreendimento que pratica a economia solidária visto que, para que seja uma empresa puramente solidária não pode existir trabalho assalariado e sim membros plenos. Sendo assim outros autores a denominam de cooperativas mistas; e

d) cooperativas de crédito: que são cooperativas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes, ou seja, formado por um grupo que reúne suas poupanças e acabam fazendo empréstimos àqueles que necessitam, sendo tal cooperativa administrada coletivamente. Da mesma forma que as cooperativas de consumo, podem correr o risco de adotar o trabalho assalariado e assim perder a característica de solidariedade, sendo assim necessária a associação daqueles que trabalham em tal cooperativa (SINGER, in SANTOS, 2002).

Assim a economia solidária deve ser muito mais do que um simples processo capaz de desenvolver o território, visto que, bem como empresa de cunho capitalista, uma empresa calcada nos ideais solidários também é capaz de promover esse tipo de crescimento no território, entretanto deve se agir de maneira sustentável. E de que forma economia solidária age de forma sustentável? Como processo de desenvolvimento sustentável, ele deve construir no território um arranjo social onde integre toda a sociedade, a economia, a cultura de maneira a considerar várias dimensões tais como a educação, a ética, a política, sem que haja qualquer tipo de discriminação, ou seja, a sustentabilidade deve considerar todas estas funções.

Entretanto, para que se possa compreender melhor a atuação do modelo econômico calcado na solidariedade, faz-se necessária uma visita a sua historicidade para compreender-mos a situação presente.

1.6 BASES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MARCOS DE UM NOVO MODELO NO SISTEMA CAPITALISTA

As bases da Economia Solidária nasceram na Grã Bretanha a partir do período do surgimento e consolidação da 1ª Revolução Industrial, ou seja, na gênese do capitalismo como sendo uma tentativa de manutenção dos empregos, visando

combater tanto a pobreza quanto o desemprego que atingiu a classe dos artesãos na época cuja causa principal seria a introdução de máquinas a vapor que tiveram como função primeira, além da mecanização, a substituição da mão-de-obra humana ainda no início do século XIX.

A mão-de-obra operária ainda empregada nas fábricas era explorada em seu limite extremo, pois não havia leis que protegessem o trabalhador, expondo-o a tal situação que colocava em risco sua própria integridade física visto que, em determinados casos, a sujeição era tamanha que eram constantes os casos de mortalidade entre trabalhadores (SINGER, 2010).

A partir do surgimento destes fatos, alguns industriais mais esclarecidos e preocupados com as condições de emprego do artesão, propuseram a elaboração de leis cuja finalidade principal seria a preservação e proteção da integridade do trabalhador. Dentre estes industriais, destacou-se a pessoa do Sr. Robert Owen que, de acordo com Singer (2010), foi o pioneiro, o ícone na fase do chamado “cooperativismo revolucionário”, período este inicial da história da economia solidária e cujo momento criticava a situação operária e socialista do capitalismo.

Robert Owen nasceu no Condado de Montgomery aos 14 de Maio de 1771. Precocemente iniciou sua vida de comerciante em 1781 trabalhando com o comércio de tecidos e também com as técnicas de fiação. Posteriormente passou de um simples aprendiz a co-propriedade da tecelagem. Ao contrário do que se visualizava em outras indústrias da época, como visto anteriormente, as indústrias de Owen pregavam uma forma diferenciada de tratamento de seus empregados, propondo além da não-exploração de seu corpo de funcionários, melhorias no tocante ao bem-estar dos mesmos. Conforme cita Singer, Owen:

(...) decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento (SINGER, 2010 p.24-5).

Por causa deste método diferenciado de administrar, Owen ficou conhecido na Europa com a fama de filantropo. Entretanto para Owen, esta inspiração para a

“beneficência empresarial” surgiu a partir do ano de 1799 quando constituiu matrimônio com Caroline Dale cujo pai, também um industrial e filantropo de Glasgow, foi o seu principal inspirador para o desenvolvimento de idéias voltadas ao processo de reforma social.

O brilhantismo das idéias sociais de Owen veio à tona após o período da Revolução Francesa, quando o mesmo propõe ao governo britânico, através de um estudo intitulado Relatório a Comissão de Assistência aos Operários Pobres, um plano de criação de fundos para sustento dos pobres vítimas de desemprego decorrente da depressão pós-guerra de 1815 que teve como principal causa a falência da indústria de material bélico voltada para a guerra, provocada pelo “desaparecimento da demanda de armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários a condução da guerra” (SINGER, 2010).

De acordo com as idéias de Owen, o maior problema em qualquer crise do processo capitalista é a falta de emprego que acaba por forçar a mão-de-obra em pleno vigor produtiva a ociosidade forçada, situação esta que provoca, a partir da exclusão de trabalhadores do mercado, um “empobrecimento da sociedade” (SINGER, 2010).

O seu plano consistia que estes fundos fossem convertidos no investimento (aquisição) de terras e na construção de aldeias cooperativas, com aproximadamente 1200 pessoas labutando diretamente em tais terras e também em indústrias de beneficiamento, possibilitando assim, para os pobres, a sua própria fonte de subsistência e cujos excedentes poderiam ser passíveis de trocas entre aldeias, modelo este calcado nos moldes cooperativos onde, segundo Owen, seria um modelo social a ser copiado pelas pessoas de boa fé.

Assim, Owen demonstrava a possibilidade de inserção destes trabalhadores na esfera econômico-produtiva bem como a não continuidade de pagamento de subsídios para os desempregados, permitindo com isso a devolução destes custos aos cofres públicos (idem).

Entretanto, o governo britânico por sua vez não se propôs em adotar as idéias de Owen por acreditar que seus ideais pretendiam modificar por completo o sistema

social em vigor bem como a mudança de empresas capitalistas em empresas com um modelo mais democrático de gestão. Sendo assim, a partir deste descrédito, Owen mudou-se para os Estados Unidos a fim de divulgar os seus propósitos e a partir disto erguer o seu modelo de aldeia cooperativa.

Portanto, foi estabelecida no ano de 1825 a sua aldeia cooperativa em New Harmony, situado no estado da Indiana, porém este seu projeto não durou tempo suficiente e devido a várias cisões que aconteceram, resultou em sua saída do projeto no ano de 1829 quando retorna a Inglaterra. Entretanto, apesar do fracasso de suas aldeias, seus ideais foram postos em prática por diversos seguidores, criando sociedades cooperativas em vários locais, tais como a cooperativa criada por George Mudie que associou um grupo de jornalistas e gráficos em Londres para viverem em comunidade e se sustentar a partir dos ganhos de suas atividades profissionais e como fruto de seu trabalho publicaram o jornal *The Economist*, o primeiro jornal produzido por uma cooperativa.

Neste período, houve um aumento no número de cooperativas, fato este que fora acentuado a partir do movimento do surto do processo sindical a partir da revogação do *Combination Acts*, legislação esta que segundo Singer (2010) consistia na proibição de:

qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, cooperativas (p.27).

A partir desta abertura, várias outras cooperativas surgiram tendo como princípio os ideais owenistas e já tinham tamanha representatividade que em 1829 o jornal *The Co-operator* – também de cunho cooperativista – registrou a existência de 70 cooperativas, tendo evoluído para 130 no final do mesmo ano. Já no ano seguinte, o mesmo jornal anunciava existência de mais de 300 cooperativas.

Também se registram neste mesmo período de crescimento do cooperativismo, um aumento no número de cooperativas de classe trabalhadora que eram formadas a partir dos movimentos grevistas.

De acordo com Singer este tipo de cooperativa, que era mais ligada aos sindicatos, apresentava um cunho mais radical visto que os trabalhadores que estavam em situação de greve e entravam em atrito com seus empregadores, ao invés de reivindicar melhorias de salários ou de condições de trabalho, passavam a tentar tomar o seu lugar no mercado de trabalho, ou seja, o estado grevil se transformava em uma forma de eliminar o assalariamento e substituir o mesmo pela autogestão (SINGER, 2010 p. 29).

Junto com o crescimento das cooperativas operárias descritas por Singer, também cresciam as chamadas Cooperativas Integrais formadas por membros que simpatizavam com a questão owenista. Seus integrantes, que rejeitavam tudo que fosse relacionado ao comércio e por sua vez a obtenção de lucro, fundavam estas aldeias e as organizavam de modo a integrar os meios de produção com os de consumo, visando, como objetivo principal, o próprio consumo de seus produtos bem como a troca (ou escambo como descrito pelo próprio Singer) com outras sociedades que também eram adeptas a esta prática, nos chamados armazéns cooperativos que por sua vez eram os centros de trocas da produção entre cooperados.

Este processo se tornou cada vez mais ascendente principalmente no tocante a viabilização econômica deste projeto, tanto que levou as sociedades owenistas à criação de bazares ou bolsas que polarizavam grande parte da produção das cooperativas operárias. Sendo assim, Owen logo que retornou dos EUA, acabou propiciando a criação de um comércio sem que houvesse o intermediário de atravessadores e possibilitando a todos os cooperados a permuta dos seus produtos em um único mercado. Com isso, em 1832 foi aberta a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo (ou National Equitable Labour Exchange). O sucesso desta bolsa foi tão significativo neste momento que logo posteriormente a sua criação, fora aberta uma nova “filial” e sua ideia imitada em outras localidades onde existiam as sociedades cooperativas tais como as cidades de Birmingham, Liverpool, Glasgow e outras. Entretanto em 1834, a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo acabou tendo que encerrar as suas atividades devido às derrotas do movimento operário pelos empregadores (SINGER, 2010).

A figura de Robert Owen ainda brilhou no projeto arquitetônico da construção dos pilares da economia solidária na Inglaterra, como na sua proposição em criar a Grande Guilda Nacional de Construtores a fim de que se retirasse das mãos dos grandes empreiteiros privados o mercado de construções e manter nas mãos dos próprios trabalhadores do setor sob a forma de uma grande cooperativa de construção e, posteriormente, propuseram a criação da chamada Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras do Reino Unido. Suas idéias como podemos ver, foram (e são) de grande importância para os futuros pensadores e adeptos da economia solidária como sendo uma fonte de inspiração e para a própria formação da economia solidária que por sua vez, já nesta fase inicial (chamado por Singer) de “Cooperativismo revolucionário”, se demonstrava como uma alternativa aos modos de produção capitalista que por si já caracterizava como um modelo excludente e injusto no ponto de vista econômico-social.

Apesar da existência de outros ilustres pensadores considerados clássicos do socialismo utópico e voltados para a construção do modelo cooperativista à época tais como Fourier, filósofo francês, que teve como idéia principal que a sociedade fosse organizada para que pudessem ter livre curso de produção e cujo objetivo seria que a disposição do trabalho se tornasse atraente a todos o que resultaria no aumento vertiginoso de produtividade e produção a partir da elaboração de falanstérios², e de Saint-Simon, teórico social francês voltado para a prática do socialismo cristão, foi Owen o principal responsável pela sua implantação e divulgação do modelo, podendo-o assim ser considerado como o “pai da economia solidária”.

1.7 ROCHDALE: A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO CALCADO NOS IDEAIS SOLIDÁRIOS

Como outrora descrito, as idéias de Owen serviram de suporte inicial a construção das bases econômico-solidárias em todo o mundo e por sua vez, foram os seus discípulos seguidores os maiores responsáveis pela propagação de seus ideais. Portanto, como não poderia deixar de ser, até mesmo naquela que foi considerada

² Os falanstérios consistiam em grandes construções comunais que refletiriam uma organização harmônica e descentralizada onde cada um trabalharia nos conformes de suas paixões e vocações. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Falanst%C3%A9rio>

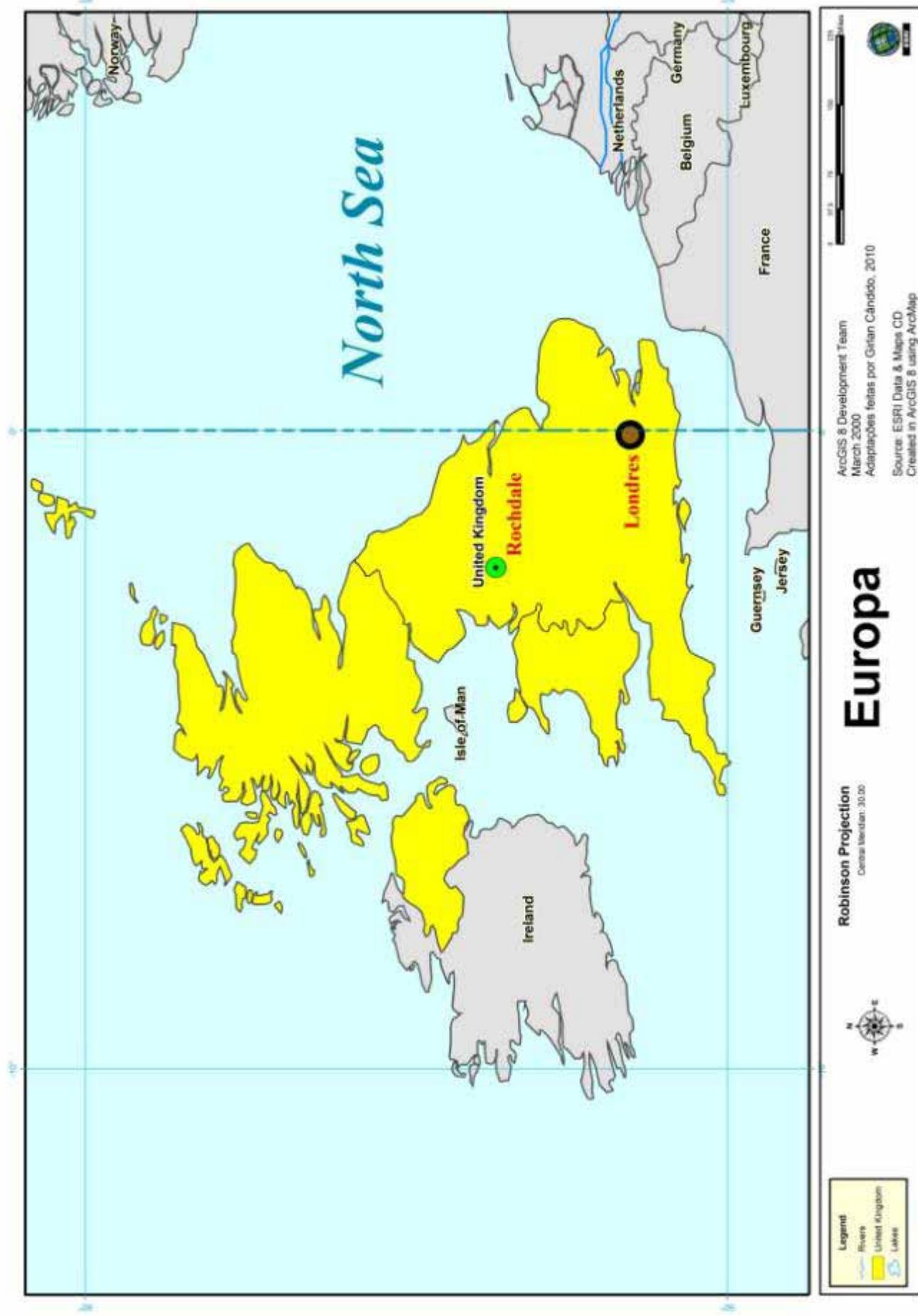
como a maior cooperativa e que serviu como base para as outras já que a mesma é considerada como a mãe de todas as cooperativas, visto que vieram a partir dela as bases dos princípios éticos e procedimentais que são considerados até hoje a base do genuíno sistema cooperativista, a de Rochdale, também teve o seu fundamento calcado nos ideais cooperativistas de Owen, embora alguns autores afirmem que Rochdale foi fundada por cooperados descontentes pela atuação de Owen, mas que também foram os seus seguidores de antigamente, o que, contudo não a descaracteriza como uma cooperativa de base owenista (www.cooperativismopopular.ufrj.br; www.gestaocooperativa.com.br).

Conforme já vislumbrado no tópico anterior, a década de 40 do século XIX foi um dos períodos em que mais se foi visto opressões por parte da classe patronal em relação à classe trabalhadora, agravada por um cenário de desemprego e fome.

Para contornar esta situação decadente, cerca de vinte e oito operários, em sua maior parte tecelões, se reuniram na cidade de Rochdale, uma importante cidade que em sua grande maioria de indústrias eram voltadas a fabricação de produtos têxteis (ver Figura 01), e fundaram a primeira cooperativa local e que posteriormente foi considerada como a primeira cooperativa moderna, a Rochdale Quitable Pioneers Society Limited ou Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, em 21 de Dezembro de 1844. A cooperativa iniciou suas atividades com um capital inicial no valor de 28 libras que fora tomada de empréstimo do Sindicato dos Tecelões (www.gestaocooperativa.com.br; SINGER, 2010 p.39).

Sua base cooperativista teve como princípio a de que, a partir da compra e venda de mercadorias para consumo de modo coletivo, sendo tais produtos vendidos a preços mais baixos, seria uma maneira de contornar os efeitos impostos pelo capitalismo. *A priori*, esta cooperativa foi alvo de inúmeras críticas por parte de outros comerciantes que não acreditavam que a mesma poderia dar certo, porém a própria evolução e sucesso da cooperativa mostraram o quanto tais comerciantes estavam equivocados, tanto que, em 1874 o número de membros de Rochdale alcançou a marca de 200 mil e o capital era da ordem de 61 mil libras sem falar de mais 193 mil libras de empréstimos e depósitos e em comum com a diferenciada forma de

Figura 01: Localização de Rochedale no Reino Unido - Europa



Fonte: MAPSOURCE com adaptações feitas por Gilvan Cândido, 2010

gerenciamento e relacionamento com seus associados se tornou modelo para outras cooperativas (idem).

A cooperativa de Rochdale adotou uma série de princípios inéditos na época para uma empresa autogestionada tais como o estatuto social que definiam quais seriam os objetivos a ser desempenhado pela cooperativa bem como as normas de conduta que pregavam a democracia e a igualdade como métodos de desenvolvimento, sustentação e expansão de uma cooperativa de trabalhadores, o que a fez ser o principal empreendimento cooperativista do mundo, se tornando assim a mãe de todas as cooperativas, pois tais princípios acabaram se imortalizando como sendo os princípios universais do cooperativismo, de acordo com Singer (2010).

Estes princípios são:

- a) O direito ao voto: este princípio se refere a que, cada indivíduo que faz parte da cooperativa teria direito a um voto, independentemente daquilo que foi investido na cooperativa. Tal princípio é de fundamental importância visto que o garante o direito do cooperado em também poder opinar sobre as resoluções e decisões a serem implementadas na associação ou cooperativa, pois garante assim a verdadeira democracia;
- b) O princípio da “Porta Aberta” que por sua vez consistia na permissão da incorporação de novos membros na cooperativa, aumentando assim o número de sócios e conseqüentemente o ganho de escala;
- c) O princípio dos juros determinados, que teve como pioneiro na aplicabilidade deste princípio, o próprio Robert Owen que por sua vez aplicava-o em New Lanark. Este princípio apresenta como finalidade a permissão do investimento do excedente de juros em favor dos trabalhadores, garantindo assim uma limitação na remuneração dos que aplicaram sua poupança na cooperativa a fim de que as sobras pudessem beneficiar os outros sócios da cooperativa;
- d) O princípio da divisão das sobras que consistia na divisão dos excedentes entre todos os membros da cooperativa numa faixa proporcional as compras feitas por cada um na cooperativa;

e) O princípio da venda essencialmente a vista que visava à proteção da cooperativa no tocante a inadimplência dos sócios que era inevitável em períodos de crise e assim, impedir que houvesse a quebra da cooperativa. A finalidade deste princípio se dava pelos cooperados porque a prioridade na cooperativa, antes de tudo, era a manutenção da saúde financeira da mesma;

f) O Princípio da venda de produtos puros, ou seja, sem adulteração uma vez que na Inglaterra do século XIX, era comum a venda de produtos cuja qualidade era bem inferior e que em alguns casos era prejudicial ao consumo humano. Com este princípio, as cooperativas abriam vantagens em relação aos seus concorrentes por se saber que se podia confiar nos produtos comercializados por tais empreendimentos;

g) O princípio do empenho na educação cooperativa que também é derivado do modelo de Owen. Este princípio consiste no fato de que para que possam ser entendidos os princípios e propósitos que regem as cooperativas, faz-se necessária a educação em seus princípios, não somente por parte dos associados, mas também ao público em geral. Isto se traduz na prioridade da constante publicação de periódicos e revistas voltadas a divulgação dos propósitos da economia solidária desde a sua gênese.

h) O princípio da neutralidade que mantinha a cooperativa sempre neutra no tocante as questões de cunho religioso ou político a fim de que não houvesse a divisão dos sócios, impedindo que as mesmas sejam exclusividades de seitas ou partidos.

Sendo assim, ficou reconhecida a importância de Rochdale para as bases econômico-solidárias em todo o mundo. Entretanto, a própria cooperativa de Rochdale acabou por se contradizer entre aquilo que pregava e o que fazia em sua realidade.

É fato inegável que a proposta defendida pelos pioneiros de Rochdale tinha a mais pura intenção de que houvesse modificações na estrutura capitalista da época e assim combater a opressão que era imposta aos trabalhadores a partir da introdução de princípios voltados a ações que promovessem a democracia e a igualdade.

Entretanto, as condições impostas pela política econômica liberal da Inglaterra, acabavam por entrar em conflito com tal proposta cooperativista. Sendo assim, o modelo capitalista voltado à luz do liberalismo fez o papel de opositor do modelo empregado por Rochdale e tamanha foi sua ofensiva que a mesma acabou por romper alguns dos seus princípios essenciais e fundamentais de prática cooperativista tais como o da equidade que possibilitou o processo de assalariamento por parte dos seus integrantes bem como a opressão do homem pelo próprio homem em seu círculo. Assim, de acordo com Keil e Monteiro

A partir deste momento, percebe-se a perda de uma ação transformadora no cooperativismo de Rochdale, sobrevivendo uma ação cooperativa que não prejudica os princípios do capitalismo, deixando Rochdale de ser um exemplo de possibilidade de concretizar uma nova sociedade para ser uma ação ideológica de mascaramento e de alienação da exploração dos indivíduos (KEIL & MONTEIRO, 1982 p.8).

Apesar das bases econômico-solidárias e as cooperativas se datarem ainda no século XIX, no Brasil só podemos falar no processo de cooperativismo apenas em um momento recente da nossa história, no final do século XX, como veremos a seguir.

1.8 AS COOPERATIVAS NO BRASIL

As primeiras cooperativas que se tem conhecimento aqui no Brasil surgiram no ano de 1888 com o fim do regime escravo no país. Entretanto, apesar do Estado brasileiro passar a aceitar e legiferar tal sistema somente no ano de 1891³ tendo apenas como modo válido de associação os empreendimentos de base rural, o primeiro empreendimento coletivista de fato é datado de 1891, porém no setor de consumo que foi a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, na cidade de Limeira – SP. Na seqüência, apareceram outras cooperativas tais como a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe - PE (1895) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, na cidade de Campinas, em São Paulo (ROCHA, 1999). Entretanto o “boom” cooperativista no Brasil foi mesmo visto com maior intensidade a partir da década de 80.

³ Visto que neste período era o Estado que elaborava normas de funcionamento e criação de tais cooperativas

A partir dos anos 80 do século XX, o Brasil entrou em uma profunda crise econômica e social provocado a partir do rompimento do projeto de industrialização nacional bem como do processo de endividamento externo que resultou na adoção de uma gama de programas políticos macroeconômicos que, por sua vez acabou inviabilizando o seu crescimento, proporcionando assim um cenário de estagnação associado posteriormente a uma forte variação econômica num cenário de alta inflação (POCHMANN, 2002 p.70-1).

Neste período, observou-se uma queda nas ocupações do setor primário da economia bem como no setor secundário que houve uma menor contribuição na totalidade das ocupações enquanto que no setor terciário houve um crescente inchaço decorrente do êxodo rural e a insuficiente geração de empregos nas indústrias ao mesmo tempo em que houve uma precarização nas relações trabalhistas bem como um crescente desemprego. Entretanto neste período o país optou pela manutenção de uma política de gerar elevados superávits como uma maneira de pagar a dívida externa, proporcionando a adoção de um programa de exportação e de substituição de importações que possibilitou o impedimento de uma queda ainda maior na geração de empregos. Mesmo com a adoção desta política houve uma considerável alteração na composição de empregados com um aumento no número de trabalhadores sem registro em carteira (idem).

Os problemas decorrentes a precarização de trabalho se acentuaram na década seguinte, ou seja, nos anos 90, onde tais sinais de desestruturação no contexto trabalhista se tornaram mais presentes. Pochmann (2002) nos mostra em dados estatísticos que em cada dez ocupações que eram geradas entre os primeiros anos da década de 90, apenas duas eram com assalariamento enquanto que oito não. E ainda dentro deste contexto dos oito trabalhadores sem assalariamento, cinco eram trabalhadores por conta própria, ou seja, atuavam na informalidade enquanto que três não. Sendo assim, estes dados nos informam que já neste período havia um aumento considerável na quantidade de trabalhadores nesta conjuntura informal em detrimento do movimento de desassalariamento provocado pela eliminação de empregos com registro nesta referida década.

Esta dificuldade na construção de empregos em carteira assinada bem como o crescimento do setor informal na década de 90 se agravou também devido à forma de atuação macroeconômica propiciada pelo próprio estado brasileiro, durante este período, a partir dos programas neoliberais.

O neoliberalismo defende a ausência do estado no que se refere às questões econômicas e também a total liberdade de comércio (o chamado livre mercado) que, de acordo com a visão dos defensores do neoliberalismo, tal abertura possibilita o desenvolvimento tanto econômico quanto social de um determinado país, situação esta que não foi vista aqui no Brasil.

Existem fortes críticas de diversos autores tais como Boaventura de Souza Santos quanto à aplicabilidade deste modelo tais como o desincentivo ao trabalho, o enrijecimento do padrão de uso e remuneração da mão-de-obra além da restrição de formação de ocupações mais flexíveis e a demissão com uma maior facilidade, o encolhimento do crescimento econômico e também da falta de abertura de novos empregos, bem como o aumento da inflação. Assim sendo, no Brasil, tais medidas neoliberais aumentaram à contração de emissão monetária, a elevação de juros, a diminuição de impostos sobre rendas mais elevadas (gerando grandes disparidades entre os pobres e os ricos), a desregulamentação do mercado de trabalho, comércio exterior e mercado financeiro, a alteração do papel estatal, a privatização de órgãos públicos, a restrição da ação sindical entre outros, o que acarretou, em uma maior amplitude, as desigualdades sociais e o desemprego que já se mostrava crescente desde a década anterior.

Dentro deste cenário, tais mudanças propostas pela política neoliberal, conforme já descrito e avaliado pelos autores que criticaram tal modelo, não apontou para a construção de moldes desenvolvimentistas tais como pregavam os seus seguidores, pelo contrário, houve um maior crescimento de desempregados e uma precarização das relações trabalhistas.

Sobre isso, descreve Pochmann (2002) que:

Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional. (POCHMANN, 2002. p. 85)

Como alternativa a esta onda crescente de desemprego, ainda na década de 80, mas que se tornou mais freqüente na década de 90 a partir da crescente falta de empregos com carteira assinada, proporcionalmente também se tornou ascendente o número de pessoas que trabalhavam por conta própria e sem carteira assinada, ou seja, na informalidade. Isto se deve ao fato de que, com a ausência de empregos formais, sobretudo de trabalhadores no setor de serviços devido ao seu inchaço, as alternativas tanto de emprego quanto de geração de renda acabavam por se direcionar ao setor informal, que por sua vez era o “setor” que mais empregava trabalhadores sem serviço.

Entretanto, para muitos autores, foi a partir desta vivência na informalidade que começaram a surgir diversos agrupamentos de pessoas que, para não se sentir a margem ou excluídas do sistema capitalista de produção e distribuição de riquezas, criou sistemas de cooperativas como opção para a crise do trabalho nos setores populares e também para que não fossem totalmente excluídos dos meios produtivos, visto que, como cita Arcoverde (2009) muitos empreendimentos de cunho solidário foram gerados de partes que foram idealizadas a partir do setor informal.

Foi também a partir do fechamento de empresas e a demissão do seu quadro funcional que foram desenvolvidos dispositivos legais a partir da atuação dos sindicatos junto à justiça, possibilitando assim o arrendamento ou a aquisição da massa falida ou do patrimônio dos antigos proprietários. Com esta atitude, eles visavam à manutenção dos seus postos de trabalho e assim tais trabalhadores acabavam promovendo a formação de associações que futuramente deram lugar a cooperativas, tornando-se, portanto, os operários, seus próprios patrões (SINGER, in SANTOS, 2002).

Vale salientar que existe uma diferenciação entre associativismo e cooperativismo, onde o associativismo não requer fins "lucrativos", ou seja, seus associados

precisam de outra atividade que gere renda para eles, ou seja, seus associados não têm recebimento de ordenado e tais associados se reúnem apenas com a finalidade de defender interesses comuns (por exemplo, abrir uma associação que defenda os direitos do consumidor) e cujos objetivos podem ser os mais variados possíveis (por exemplo, associação de moradores, associação de defesa do meio ambiente, etc.) enquanto que no cooperativismo seus cooperados podem viver desempenhando funções, recebendo remuneração e funciona como pessoa jurídica, com CNPJ etc., embora toda cooperativa que seja cooperativa de fato não vise o lucro.

Assim sendo, a economia solidária e o cooperativismo que surge no Brasil a partir da década de 80 do século passado e amadurece na década consecutiva foi uma resposta a grave crise que acarretou na perda de milhares de empregos decorrentes do fechamento de inúmeras fabricas, inclusive empresas de grande porte que não suportaram tamanha pressão (SINGER, in SANTOS, 2002), e como uma saída alternativa ao processo de desemprego e conseqüentemente a informalidade gritante durante o período da crise das “décadas perdidas” provocada pela conjuntura econômica de queda da industrialização, o aumento nas importações e a política do neoliberalismo econômico, conforme já citado anteriormente.

Apesar de outros empreendimentos também terem tomado o mesmo rumo após sua falência ainda na década de 80, pode-se afirmar que tal movimento solidário brasileiro veio a se solidificar de fato a partir da década de 90 com a falência da empresa Makerli, situada no município de Franca, estado de São Paulo.

Por conseqüência da crise empresarial proporcionada pela abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, a fabrica de sapatos Makerli que empregava cerca de 482 funcionários na época estava prestes a encerrar as suas atividades. Para evitar que tal situação fosse concretizada e pusesse em risco tanto o emprego quanto o futuro destes trabalhadores, o Sindicato dos Sapateiros acha por bem intervir e junto com o apoio dos técnicos do DIEESE sugere que tal empresa em vias de falência se transformasse numa “fabrica de trabalhadores”. Assim, tal idéia proposta pelo sindicato aos operários foi aceita e os mesmos se propuseram a compra do maquinário da fábrica aos donos da Makerli pelo valor de 600 mil dólares. Com isso, inicia-se uma verdadeira batalha política para a conquista de um

empréstimo junto ao extinto banco BANESPA que resultou na invasão da agencia do referido banco no município de Franca.

Após vários dias de negociações, o acordo foi firmado tendo o banco se apropriado de 49% de suas ações como garantia. A empresa então controlada pelos próprios trabalhadores funcionou prosperamente até o ano de 1995 quando o governo federal interveio junto ao BANESPA e acabou suspendendo a linha de crédito cedida a Makerli, impondo, com isso, a suspensão de suas atividades.

Esta experiência cooperativa da Makerli foi à pioneira no estado de São Paulo que por sua vez desconhecia qualquer tipo de empresa que fosse gerida pelos próprios trabalhadores organizados de maneira associativa. Assim, tal experiência serviu como a base de desenvolvimento metodológico de transferências de empresas capitalistas particulares para os seus empregados bem como modelo de empresa autogestionada visto que esta experiência serviu de suporte para outras grandes empresas que acabaram falindo e posteriormente se tornaram autogestionadas (SINGER, in SANTOS, 2002).

A partir da falência da Makerli proporcionada pelo próprio estado, alguns funcionários do DIEESE que trabalharam no fomento da cooperativa de Franca se uniram com outras pessoas que participavam do movimento sindical e em 1994, quando foi realizado o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão na cidade de São Paulo deram origem a ANTEAG que surge com a finalidade de assessorar outros trabalhadores que também se encontravam nas mesmas condições que a Makerli na conquista do controle das fabricas bem como a implantação do sistema autogestionado a partir de assessorias destas novas empresas de âmbito solidário (SINGER, in SANTOS, 2002; QUERO 2003).

O papel da ANTEAG é de coordenação, organização do trabalho, da produtividade, da tecnologia e do processo de legislação de empresas em situação falimentar ou grupos que tenham o objetivo de constituir uma empresa ou empreendimento de origem autogestionada, fazendo com que haja uma articulação de pessoas e de instituições, a partir de parcerias com institutos públicos ou privados além da criação de espaços de debates visando o alcance de novas alternativas estas promovem

também formas integradas de processos produtivos com a troca de experiências com outras instituições bem como o apoio a comercialização do produto produzido pela cooperativa. Assim, a sua função é de ajudar a constituir o empreendimento de âmbito solidário, cedendo informações e prestando uma completa assessoria não somente as cooperativas que já estavam em atividade, mas também as novas cooperativas. Deste modo, a missão da ANTEAG é:

Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando ações solidárias e fraternas e representando as empresas/empreendimentos autogestionários (www.anteag.org.br).

Entretanto, apesar de sua importância, não é apenas a ANTEAG a única instituição a prestar assessoria para os novos e antigos empreendimentos voltados a economia solidária. Não podemos deixar de mencionar também a atuação de outras instituições sociais tais como a Cáritas Brasileira, instituição esta ligada a Igreja Católica e que sobrevive com doações geradas pela Campanha da Fraternidade.

Sua atuação é de organizar os trabalhadores não absolvidos pelo sistema capitalista de produção de modo a incluí-los a partir da propagação do modo associativo e solidário, financiando vários projetos denominados de PAC (Projetos Alternativos Comunitários) e que tinham como principal finalidade a geração de trabalho e renda para os moradores de periferias das grandes cidades. De modo paralelo a atividade desenvolvida pela Cáritas, a Fundação Unitrabalho também fazia a divulgação e propagação do modelo solidário a partir da introdução das universidades que realizavam estudos e pesquisas sobre o universo trabalhista e utiliza tais informações na construção do conhecimento dentro das próprias instituições de ensino.

Ainda dentro do âmbito acadêmico, surgiram as incubadoras de cooperativas populares que atendem grupos que tem como objetivo o trabalho e produção em conjunto, fornecendo o apoio técnico-formacional, jurídicos e logísticos necessários dentro dos preceitos da economia solidária para a sua formação e consolidação. Além destes, ainda existe uma gama de ONGS que também prestam assessoria a formação de novos empreendimentos solidários (TAUILE, 2005; SINGER, 2010).

Como já visto, a grande parte dos empreendimentos de iniciativa solidária é proveniente a falta de opções no tocante a empregabilidade desta mão-de-obra. Em alguns casos, há a junção de determinados grupos que se associam e criam o empreendimento. Em outros, o empreendimento ocorre graças à atuação de tais trabalhadores e dos sindicatos que agem em conjunto para que se possa garantir a manutenção e a qualidade dos empregos a partir da tomada de empresas que estão falidas ou em vias de falência, em certos casos, como parte das dívidas trabalhistas visto que, na situação de falência da empresa, os trabalhadores geralmente são lesados em seus direitos nessas situações.

Neste segundo caso, estudos indicam que existem por volta de 134 empresas que foram recuperadas com a manutenção de quase 12 mil postos de trabalho.

O processo de recuperação destas empresas é um pouco mais complexo visto que tal empreendimento passa por uma série de etapas críticas e muitos sacrifícios devem ser feitos por parte dos trabalhadores interessados em transformar as empresas nos quais trabalhavam em cooperativas.

Dentre os principais desafios encontrados estão na troca de relações culturais no tocante as relações hierárquicas visto que neste novo processo faz-se necessário o engajamento de todos os trabalhadores, sem que haja um patrão. Ou seja, os próprios trabalhadores devem assumir a direção da empresa, reestruturar o processo de trabalho em cooperativa e modificar os processos de decisão do empreendimento sob o formato autogestionado tendo ciência que é essencial aceitar a troca dos créditos trabalhistas nos quais tinha direito por cotas de capital, situação esta que ocorre quando os mesmos se sentem capazes de assumir a empresa.

Também se faz importante a capacitação dos trabalhadores para que sejam aptos a gerenciar de novas atividades bem como para a capacidade de decisão nas relações entre fabricação e distribuição dos seus produtos; Outro desafio está na formação de uma assessoria jurídica especializada para dar suporte ao empreendimento nas questões judiciais que envolvem o processo de falência da empresa antiga, bem como um maior engajamento nas lutas para obtenção do patrimônio da firma que exige uma forte pressão e mobilização por parte dos trabalhadores. Além disso, faz-

se necessária também a recuperação da imagem e da confiança por parte dos antigos fornecedores da empresa para que seja possível a retirada de empréstimos e linhas de crédito para o desenvolvimento de novos projetos e a compra da massa falida (SENAES, 2010; SINGER in SANTOS, 2002).

Em termos salariais, pode-se dizer que esta é a fase mais crítica para estes tipos de empreendimento visto que nem sempre os trabalhadores vão ter condições de fazer a “retirada” por completo. De acordo com Singer, este período é chamado de “período heróico” cuja duração pode ser indefinida, podendo durar meses e na maior parte dos casos, recebendo ganhos mínimos ou em algumas circunstâncias nem um tipo de rendimento de subsistência, tendo que sobreviver a partir do recebimento de cestas básicas como forma de pagamento de salário, circunstância esta que acontecia na Cooperativa Agroindustrial Catende Harmonia e que por sinal foi alvo de um pagamento de multa no valor de um milhão de reais justamente por estar pagando salários dos funcionários através de cestas básicas. Apesar disto, grande é o número de empresas falidas que viraram empreendimentos solidários que obtiveram sucesso não somente no Brasil como também em várias partes do mundo, como na França, por exemplo, apresentando bons resultados econômicos e sociais.

Embora as primeiras cooperativas tenham surgido no Brasil na década de 80 do século XX, somente entre os anos de 2004 e 2005 é que foram feitos os primeiros estudos acerca da dinâmica econômico-solidária no Brasil e cujo levantamento se transformou na base do SIES (o primeiro estudo mais completo acerca da distribuição dos empreendimentos solidários no Brasil), que foi possível a partir da formação do SENAES⁴, criada apenas em 2003 na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e que por sua vez é vinculada ao MTE. Embora se trate do primeiro estudo do gênero, houve problemas significativos no tocante ao procedimento metodológico do referido projeto, porém em termos gerais o estudo nos demonstrou um quadro bastante interessante sobre o dinamismo do modelo econômico-solidário que é praticado no país.

⁴ O SENAES foi criado no IIº Fórum Social Mundial que aconteceu na cidade de Porto Alegre – RS, onde foi criado também o FBES. A criação do FBES foi importante para a formação do SENAES, pois possibilitou o aprofundamento de um debate político a fim de fortalecer a economia solidária no Brasil.

No estudo, foi identificado que no país existem cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária do total de 2.274 municípios pesquisados, o que corresponde a apenas 41% dos municípios brasileiros em sua totalidade de 5.535 municípios. O Nordeste brasileiro é o local em que existem mais empreendimentos solidários com 44%, seguido de 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul. Dos Estados que compõem a região Nordeste, a título informativo, destaca-se o Ceará como o estado que apresenta o maior número de empreendimentos que tem como base os princípios da economia solidária (1.249 empreendimentos), seguido do estado da Bahia (1.096 empreendimentos) e o Piauí em terceiro (1.066 empreendimentos). Pernambuco vem logo em seguida, no quarto lugar (1.004 empreendimentos), o que significa dizer que está cada vez mais ascendente a formação de empreendimentos de cunho solidário no estado (SENAES, 2006).

Além disso, o estudo do SENAES (2006) ainda nos mostra que no Brasil, 54% destes empreendimentos estão organizadas sob forma de associação⁵ (54%), que a maioria de seus associados é do sexo masculino (64%) embora o estudo afirme que quanto menor o tamanho do empreendimento maior será a participação feminina, que a maioria destas organizações está atuando no meio rural (50%), que a grande maioria de tais empreendimentos está diretamente ligada à agropecuária, pesca e extrativismo (64%), que a maioria destes empreendimentos teve como principais motivos de criação uma alternativa a questão do desemprego (45%).

Este estudo também revela que a maior parte dos empreendimentos solidários foram criados justamente no período mais crítico da crise capitalista e implantação do modelo neoliberal que vai de 1991 a 2000 (44%), que a maioria dos trabalhadores tem rendimentos de até meio salário mínimo (41%), grande parte dos empreendimentos trocam produtos e serviços no comércio local (56%), mas a grande parcela destes empreendimentos apresenta dificuldades no tocante à comercialização de seus produtos (61%), 37% dos empreendimentos solidários mantêm relações de troca ou adquire insumos de outras empresas de cunho

⁵ Vale salientar que a diferença entre a associação e a cooperativa está no fato da primeira promover a atividade social, educacional, cultural, política e a defesa dos interesses de classe enquanto que a cooperativa tem a finalidade essencialmente voltada ao mercado, ou seja, a atividade comercial.

solidário, 38% destes empreendimentos conseguem obter sobras de suas atividades econômicas, que a grande parte dos sócios tem participação direta nas decisões cotidianas do empreendimento (66%) e que 28,6% empreendimentos que afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 31,8% afirmam realizar reaproveitamento dos resíduos. (SENAES, 2006).

Se for levado em consideração o número de trabalhadores que estão atuando nos empreendimentos solidários tendo como parâmetro os outros trabalhadores que estão ocupados no Brasil, tal contingente ainda é pequeno, embora a pesquisa desenvolvida pelo SENAES não tenha abrangido todo o território nacional. Em sua pesquisa, Cunha (2007) nos mostra que se fosse incluída as categorias tomadas na pesquisa do SENAES às categorias que são utilizadas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, do IBGE, tais trabalhadores, que por sua vez são autônomos e atuam nestes empreendimentos solidários, seriam incluídos na categoria de trabalhadores por “conta própria”. O IBGE conceitua tal categoria como sendo a “pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar em que reside” (CUNHA, 2007 P.5).

Por sua vez, a pesquisa do SENAES mostrou que parte dos empreendimentos solidários atua com trabalhadores nos quais não apresentam vínculos com a empresa, mantendo relações empregatícias com os sócios da cooperativa ou associação. Vale lembrar que para um empreendimento solidário ser considerado realmente genuíno, deve-se desfazer toda e qualquer relação de emprego, caso contrário a cooperativa será fraudulenta de acordo com a legislação em vigor. Entretanto, uma cooperativa pode ser considerada autêntica se a mesma tiver relações de trabalho do tipo patrão e empregado desde que tais relações não sejam entre os sócios (idem. p.5).

As políticas nacionais de apoio a economia solidária começaram a se desenvolver a partir do ano de 2004, através do programa “Economia Solidaria em Desenvolvimento” no qual contou com orçamento próprio a partir da inclusão deste referido programa no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para os anos

2004-2007. Tal programa tem como finalidade a promoção da economia solidária a partir da integração de políticas que visam à promoção do trabalho e de renda bem como um desenvolvimento justo e calcado na solidariedade.

Sendo assim, apresentou como atividades principais *a priori*: a) o fomento de empreendimentos solidários; e b) a estruturação do campo da economia solidária a partir de divulgações, estudos e pesquisas. Posteriormente, a partir da CONAES em 2006 agregaram-se mais cinco prioridades que também foram incorporadas aos eixos do SENAES: formação, assistência, pesquisa e tecnologia; marco jurídico; finanças solidárias; comercialização e o fortalecimento da política de economia solidária. Atualmente tais políticas são implementadas a partir de ações diretas ou parcerias com as esferas municipal ou estadual do governo bem como de entidades que apóiam o desenvolvimento da economia solidária (CUNHA, 2007).

Vale à pena salientar que, de acordo com Marcelo Mauad, assessor da UNISOL, existe em tramitação no Senado Federal um projeto de lei chamada de Lei Geral do Cooperativismo que busca substituir a Lei 5764/71, já considerada ultrapassada em sua essência e que trata na unificação e abrangência do conceito sobre todos os tipos e ramos de cooperativas, seja ela de: trabalho, agropecuária, serviços, médica, etc., mas que ainda precisa ser aprovada para entrar em vigor. Seu texto conceitua economia solidária como sendo constituída:

“[...] em toda forma de organizar a produção de bens e serviços, a distribuição do consumo e de crédito, que tinha por base os princípios da autogestão, a cooperação e solidariedade, não sendo uma gestão autocrática e sim democrática, onde significa que quem vai mandar na administração são seus integrantes reunidos em assembleia sendo a última palavra dada pelo conjunto dos associados, bem como a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, integrado e sustentável, com respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (LEI GERAL DO COOPERATIVISMO no prelo)”

Este, portanto seria o conceito de economia solidária defendido em um dos projetos de lei que tramitam na justiça brasileira, já há mais de dez anos, cujo conceito também é defendido por outros órgãos e instituições tais como a UNICAFES, UNISOL dentre outras.

1.9 A COOPERATIVA AGRÍCOLA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

As primeiras cooperativas agrícolas no Brasil surgiram no ano de 1902 com a instalação das Caixas Rurais Raiffeisen no estado do Rio Grande do Sul.

As caixas Raiffeisen também eram modelos de cooperativa de crédito que funcionavam como uma espécie de banco rural, que teve como fundador principal a figura do Sr. Friedrich Wilhelm Raiffeisen e cujo objetivo era o atendimento aos agricultores da região de Flammersfeld, na Alemanha, em 1847. Este formato de cooperativa de crédito de Raiffeisen foi tão significativo que posteriormente outras caixas foram abertas em diversas localidades dentro da própria Alemanha e também para outras nações. Seu princípio fundamental está calcado no amor ao próximo e também no princípio de auxílio no caráter filantropo (ROCHA, 1999; cooperativismodecredito.com.br).

Já no ano de 1907, foram formadas cooperativas de produtores de café, mandioca, arroz, milho bem como cooperativas de laticínios, todas elas situadas no estado de Minas Gerais, entretanto todas elas eram empreendimentos que não seguiam a verdadeira filosofia cooperativa inicialmente falando.

O que nos chama a atenção é que já neste período as idéias dos primeiros cooperativistas já eram marcadas por divergências devido à falta de clareza acerca dos conhecimentos de sociedades comerciais e sociedades cooperativas.

Os que defendiam as sociedades comerciais a concebiam como uma maneira de privilegiar o capital contra a tendência de baixas dos produtos agrícolas no mercado que por sua vez reduziam os lucros pessoais enquanto os que pregavam uma sociedade cooperativa defendiam que este formato se tratava de uma nova forma organizacional e de socialização da população rural brasileira, de forma que tal cooperativa corrigiria as desigualdades e injustiças decorrentes do latifúndio, propondo a união dos pequenos produtores que deste modo, romperiam com os atravessadores comerciais. Apesar desta convergência de idéias, um ponto em comum existia entre os dois pontos de vista: o Estado era o único que poderia concretizar o projeto cooperativista (MENDONÇA, 2005).

Somente no ano de 1932 é que as cooperativas brasileiras passam a ser regidas pelos ideais de Rochdale, sendo a década de 30 o marco inicial do controle das cooperativas pelo Estado Brasileiro que por sua vez era o principal responsável pela criação de regras gerais e de funcionamento destas cooperativas, mantendo tal controle por intermédio da fiscalização. Inclusive, a atuação do Estado como agente regulador sempre esteve presente desde a década de 30 até o presente através de políticas que tinham como objetivo a regulação de determinados setores agrícolas no tocante a sua produção e comercialização tais como exemplo a criação do IAA; o Instituto Nacional do Mate, dentre outras (ROCHA, 1999; PANZUTTI, 1997).

Entretanto, de acordo com Sabourin, estas cooperativas agrícolas iniciais foram criadas por grandes e médios proprietários com o intuito dos mesmos poderem usufruir do benefício que era cedido pelo Estado a tais empreendimentos. Assim, para conseguir o número que era necessário a abertura do empreendimento solidário, os grandes produtores da época, em muitos casos, se associava com pequenos produtores que por fim ficavam continuamente no prejuízo visto que havia sempre o desvio de fundos e a gestão operacional de tal cooperativa permanecia nas mãos dos grandes proprietários. Neste caso, a cooperativa atuava como uma nova autoridade contra os camponeses, pois ela fica responsável pela gestão dos bens comuns a população ou como um novo mediador para o acesso do pequeno ao mercado, além do que, em sua essência, tal empreendimento seria apenas uma extensão do modelo paternalista, sem que houvesse relações recíprocas como as que são pregadas pelos reais empreendimentos solidários (SABOURIN, 2006).

Todavia, estas cooperativas agrícolas tradicionais passam a exercer apenas a reprodução do modelo econômico, sem que houvesse responsabilidade com o lado social, conforme descreve a UNICAFES:

Por conta deste processo, as nossas tradicionais cooperativas tornaram-se de modo geral representantes do poder econômico. As “cooperativas empresariais” passaram a enfrentar a concorrência através do aumento da renda e do seu patrimônio e não por meio da organização, da educação, da participação e da inclusão sócio-econômica dos seus associados. “Como resultado muitas cooperativas se tornaram grandes empresas, ao mesmo tempo se distanciaram do seu quadro social - legítimo responsável pelo destino da cooperativa – reduzindo a atuação dos cooperados a uma participação passiva, não ativa” (UNICAFES, 2005 apud SABOURIN, 2006)

O passar dos anos 70 trouxeram consigo um processo de mudanças significativas dentro do contexto técnico da agricultura no Brasil.

Da mesma forma que as políticas estatais eram voltadas para a construção de um modelo econômico que tinha como prioridade a edificação de um país mais industrializado, no campo as atenções eram voltadas para um processo mais tecnicista da agricultura. Tal mudança representou a integração de insumos e de bens de capital bem como a melhoria nas etapas de processo, comercialização e de distribuição dos produtos agrícolas. Deste modo, assim fica caracterizada a gênese de uma transformação na base técnica agrícola, que concebeu um processo de modernização na agricultura brasileira, representando a desestruturação de um complexo rural e a sua transição para o complexo agroindustrial, a partir de sua estruturação, o que acaba direcionando o desenvolvimento agrícola de uma maneira bem mais heterogênea. Tal processo acaba também abrindo as portas da transição do modelo cooperativo agrícola para o modelo agroindustrial (ROCHA, 1999; PANZUTTI, 1997).

Tal processo desencadeou ainda na década de 70 numa gama imensa de capitais para o campo, a partir da liberação de créditos de custeio e de investimento através da criação do SNCR que atualmente está vinculado ao INCRA. Apesar de no seu contexto o SNCR englobar na distribuição dos créditos fornecidos também as cooperativas agrícolas, estas por sua vez não foram privilegiadas, tendo as mesmas que buscar outras fontes de empréstimos tais como os bancos e posteriormente através da PGPM⁶. Este fato acabou proporcionando uma elevada concentração de renda no campo bem como uma ampliação na estrutura fundiária visto que houve um considerável aumento no tamanho das propriedades agrícolas (idem).

Este processo de valorização das propriedades fundiárias e conseqüentemente o processo de concentração faz com que ocorra um vertiginoso crescimento no valor da terra o que acarreta num declínio das produções dos pequenos produtores rurais graças às constantes pressões exercidas pelo capital. Assim sendo, tais agricultores

⁶ A política de garantia de preços mínimos é aquela em que o próprio governo compra o excedente produzido pelos empreendimentos agrícolas ou financia a sua estocagem quando o preço encontra-se abaixo do valor mínimo.

se viam em uma encruzilhada onde poderiam seguir dois caminhos distintos: ou migrar para os grandes centros urbanos ou transformar o seu modo de vida, ou seja, deixar a condição de produtor para se transformar em assalariados permanentes ou temporários nas empresas modernizadas.

Poucas foram às propriedades familiares cujos produtores conseguiram capitais para introduzir-se nos círculos agroindustriais, entretanto aqueles que conseguiram acabaram se transformando em meros subalternos dos complexos agroindustriais, reduzindo assim a sua independência. Tal situação ficou sendo conhecida como a fase da “modernização conservadora”, descrita por José Graziano ou na visão militarista ficou conhecida como a era do milagre econômico (ERTHAL, 2006).

Assim, na década de 70, tais empreendimentos que antes tinham características cooperativas, transformaram-se em empresas agroindustriais que surgiram, na maioria das vezes, a partir da junção de duas ou mais cooperativas, ampliando as atividades de tal empresa. Entretanto, de acordo com Panzutti (1997), em tais fusões ocorria um processo quase que unilateral visto que geralmente a cooperativa que era incorporada tinha que adaptar-se as formas de gestão da cooperativa que a absorvia, assumindo também os direitos e deveres.

Desta forma, o desenvolvimento das empresas cooperativas aconteceu de maneira diferenciada das empresas de cunho capitalista visto que tais empresas cooperativas não tem como objetivo o lucro mas sim a prestação de serviços aos seus associados. Portanto, para uma cooperativa o mais importante é o bem estar das pessoas e não a busca desenfreada pelo capital bem como a valorização do produto produzido, mas sim, sendo fundamental para a cooperativa a geração de excedentes.

Este comportamento de geração de excedentes se deu devido as exigências do capitalismo que obrigou tais cooperativas a se desenvolver, modernizar e criar novos serviços como os de beneficiamento e industrialização, tornando-se assim grandes conglomerados. Ainda de acordo com Panzutti, tal modernização no setor acabou por aumentar “seu patamar de operações, tornando-se (as cooperativas em)

macroorganizações” (PANZUTTI, 1997), transformando-as de empresas comerciais em empresas cooperativas agroindustriais.

Entretanto, outras cooperativas que não fizeram parte dos novos complexos agroindustriais, acabaram tendo que optar por duas alternativas: unir-se com outras pequenas cooperativas a fim de não houvesse o encerramento das atividades ou encerrar definitivamente as suas atividades fazendo com que tais trabalhadores rurais se inserissem dentro do contexto produtivo com a venda de sua força de trabalho para os complexos agroindustriais.

Esta segunda opção foi a que mais prevaleceu no campo devido também a expansão do capitalismo, fazendo com que a primeira opção não fosse muito além.

Por sua vez, muitas empresas já não conseguiam absorver todo o contingente de mão de obra disponível no meio rural, principalmente na década de 80/90 com o processo de crise que abateu o setor industrial brasileiro (inclusive se tratando da área de estudo ou seja, a Zona da Mata onde a usina Catende se insere, o governo neoliberal foi o principal responsável pela extinção do IAA que pôs um ponto final aos privilégios cedidos as usinas de cana e que, por sua vez, levou a falência de mais de 18 usinas da Zona da Mata, agravando assim a situação de desemprego na região), obrigando tais camponeses a deixar o campo e migrar para as grandes cidades a fim de buscar novas fontes de renda. Porém, aqueles camponeses que permaneceram no campo tiveram dificuldades, mesmo os que ainda possuíam alguma terra para plantio visto que era muito difícil a aquisição de empréstimos para investir em suas terras, graças a falta de garantias que na maioria dos casos era (e ainda é) exigido pelos bancos, deixando uma considerável gama de trabalhadores rurais sem perspectivas.

Com a falta destes empréstimos para investir em suas plantações, muitos camponeses acabavam não retirando uma renda monetária satisfatória à manutenção das condições dignas de vida obtida através de sua própria produção agrícola, situação esta agravada pela própria tendência de queda de preços dos produtos agrícolas propiciados pelas políticas antiinflacionárias, bem como a falta de condições para tais famílias aperfeiçoarem os métodos de produção. Assim, toda a

produção acabava sendo voltada apenas ao próprio consumo de subsistência, fazendo com que as famílias rurais tivessem que buscar outras alternativas de obtenção de renda caracterizado por atividades fora da unidade de produção familiar, geralmente em funções urbanas, bem como a utilização de sua força de trabalho em terras de terceiros, assinalando, assim uma função característica do fenômeno de pluriatividade aos integrantes das famílias rurais (MALUF in CARNEIRO, 2003).

Entretanto, com a impulso de retomada a partir da década de 80/90 do século passado dos moldes cooperativos, vários camponeses puderam “enxergar a luz no fim do túnel”. Para Sabourin, tanto as cooperativas de crédito ligadas as práticas solidárias de cunho religioso visto que foram elas que forneceram subsídios aos camponeses na falta dos bancos oficiais, como também o surgimento da UNICAFES em Junho de 2005, foram os principais responsáveis pela renovação do cooperativismo para a agricultura familiar e a renovação do cooperativismo rural não empresarial (SABOURIN , 2006).

Também podemos acrescentar como fatores importantes a atuação de outras ONG's e entidades de apoio ao fomento da economia solidária tais como : a ANTEAG, a UNISOL, o SCA que é pertencente ao MST, a CONTAG, a CONCRAB, dentre outras já citadas que prestam assessoria aqueles produtores rurais em vias de se cooperativar, orientando e incentivando o seu fortalecimento.

Associado a isto, *a posteriori*, políticas governamentais voltadas ao apoio do agricultor familiar também contribuíram para a melhoria de vida dos produtores como exemplo a distribuição de empréstimos concedidos pelo PRONAF, que tem como finalidade o atendimento aos micro e pequenos produtores rurais para que desenvolvam atividades mediante a utilização de sua força de trabalho e de seus familiares e acabam não somente beneficiando o agricultor de maneira individual como também os pequenos empreendimentos solidários, embora saibamos que tal política não abranja toda gama de pequenos agricultores, o que acaba excluindo de sua participação produtores que são considerados “sem potencialidade para o progresso” bem como a ocorrência de uma má escolha dos municípios contemplados pelo programa (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998 apud CARNEIRO in

COSTA, 1999), visto que a seleção dos municípios com alto índice de pobreza acaba por impedir que uma camada de agricultores mais bem preparados tenha acesso ao PRONAF, resultando assim, de acordo com tais autores, num insucesso do referido programa. São ajudas neste sentido que fazem com que os pequenos produtores rurais ou os camponeses associados possam driblar a voracidade do sistema capitalista, fazendo com que os mesmos voltem a se inserir dentro do contexto de mercado.

Entretanto, apesar de todo este apoio, não significa dizer que as cooperativas vivam eternamente num “mar de rosas” como se almeja, muito pelo contrário. Muitas divergências e jogos de interesses tanto individuais quanto políticos podem por um fim a um sonho coletivo, que embora para muitos possa passar uma ideia que tal sonho pode dar certo e em certos casos até servir como modelo para outras cooperativas mas que no seu íntimo, apesar de todos os esforços, a realidade é completamente díspar e não acontece como esperado. E isto também é reflexo em Catende onde tais relações deveriam ser comuns devido ao método de gestão solidário, não é bem difundido como realmente deveria ser, conforme será visto mais adiante.



O TERRITÓRIO DA CANA-DE-
AÇÚCAR: HISTORICIDADE E
ATUALIDADES

CAPITULO 2 O TERRITÓRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR: HISTORICIDADE E ATUALIDADES

A cana-de-açúcar sempre foi o principal carro-chefe no tocante a questão econômica e que fez regular a vida social dos municípios canavieiros da região Nordeste, particularmente falando na região da Zona da Mata Pernambucana.

No entanto, para que possamos compreender a dinâmica da cana no Nordeste, metodologicamente falando, faz-se necessário resgatar um pouco a sua história a partir do aporte de um vasto referencial bibliográfico bem como sua ilustração a partir da elaboração de gráficos e mapas para que se possa visualizar e compreender a representatividade, seja positiva ou negativa da cana para a região.

2.1 A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNDO E SUA OCUPAÇÃO NO BRASIL

O cultivo da cana-de-açúcar vem dos tempos da antiguidade quando os persas desenvolveram já neste período, técnicas produtivas que transformavam os cristais grandes de sacarose, através da drenagem do mel em uma forma já cristalizada, parecida com a forma vistam hoje do açúcar. Essa forma de produção espalhou-se pelo Oriente Médio, sendo aprendido por outras nações como no caso dos árabes. Estes, por sua vez, estabeleceram no século X e XI as “rotas do açúcar”, com caravanas a fazer o transporte para outras regiões do Oriente, como no caso da Pérsia e Síria, e também para o Egito. Já no século XII e XIII, os chineses e os árabes foram responsáveis pela expansão açucareira pelo mar Mediterrâneo, atingindo os povos que estavam ao longo do mar.

Considerado como “presente régio” antes mesmo dos portugueses iniciarem a sua comercialização, o açúcar era antes tido como uma preciosidade, um digno presente de nobres, como no caso, vários testamentos afirmam que Carlos VI ofereceu para Leão VI, da Armênia, treze arráteis (por volta de 5,6 quilos) de açúcar. Naquela ocasião, somente a camada mais nobre tinha condições de adquirir, pois o mesmo apresentava um elevadíssimo preço, por poucos quilos da especiaria que, acreditavam na época, ter inúmeras virtudes terapêuticas (CONDE, 1972).

Tendo em vista a sua importância econômica, Trindade descreve que o negócio açucareiro, a partir disso, passou a fazer parte de muitas expedições nas várias viagens feitas pelos mercadores. Em uma das rotas, estava Lisboa que, ao observarem os navios principalmente italianos carregados da especiaria, perceberam o seu alto valor. Sendo assim, os portugueses, principalmente sob a figura do Infante D. Henrique, filho do rei de Portugal, resolveu introduzir a cultura canavieira na Ilha da Madeira, mandando buscar da Itália tanto as mudas como a mão de obra especializada na sua produção e no seu cultivo e da África, os escravos para trabalharem no trabalho braçal (TRINDADE, 1996).

Assim sendo, partindo do sucesso que foi o projeto de instalação da cana na Ilha da Madeira, Portugal também introduziu a cultura nas suas ilhas do Atlântico, como Cabo Verde e São Tomé. Em pouco tempo, vendia sua produção para a Inglaterra, Alemanha e a região de Flandres, transformando o Estado Português no principal produtor e exportador de açúcar para a Europa, sendo sua importância acentuada e sua economia mais fortificada a partir da instalação da cultura canavieira nas recentes terras descobertas por Portugal: o Brasil.

De acordo com Dantas (1971) depois da descoberta e conquista do território brasileiro em 1500, os portugueses só começaram a explorar a nova terra, com a exportação inicial de pau-brasil, visto que, à primeira vista, a terra recém encontrada por Portugal não havia “atrativos” no que diz respeito à descoberta de metais preciosos, *a priori* o principal interesse do colonizador nas novas terras. Neste momento, a produção do açúcar nas ilhas africanas estava passando por um processo de declínio devido à incidência de uma praga que estava dizimando os canaviais. Também por causa do declínio da produção da Madeira que alcançara apenas 120.000 arrobas e devido à conseqüente elevação do preço do açúcar no mercado consumidor europeu, fez-se, sentir por parte da coroa, a necessidade de incrementar a produção.

A partir desse fato, em 1516, o rei de Portugal, D João III resolveu colonizar os novos domínios, que por sua vez estavam relegados ao segundo plano, o que fazia com que outros países, tais como a França, também buscassem se firmar, mesmo que ilegalmente, nos territórios recém-descobertos pelos portugueses, além da

cobiça dos países que não estavam inclusos no tratado de Tordesilhas, que questionavam o direito de Portugal sobre o Brasil, visto que só poderia ser efetivado por direito, se o mesmo o ocupasse efetivamente "o território". Assim, a coroa portuguesa, preocupada em manter o domínio das terras coloniais, se viu obrigada a colonizar as terras brasileiras que estavam sendo alvo de disputas entre as demais nações.

Entretanto, o principal problema enfrentado pela coroa portuguesa era encontrar pessoas que se dispusessem a deixar as suas vidas na metrópole para migrar a colônia e ainda investir e promover a defesa na nova e desconhecida terra, mas este fato foi necessário para que Portugal saísse da inerte situação de apenas exploradora de pau-brasil e resolvesse implementar na colônia uma cultura cuja produção era de interesse de investidores da metrópole e além disto que propiciasse os recursos necessários tanto para a manutenção quanto para a defesa desses domínios. Sendo assim foi escolhido como mercadoria a ser produzida na colônia o açúcar, que por sua vez ainda era muito valorizado, com uma ascendente mercado consumidor uma vez que o mesmo deixara de ser um artigo de luxo para se tornar um gênero de primeira necessidade.

Com isso, a lavoura de cana foi à opção encontrada por Portugal para a ocupação do Brasil, transformando a até então empresa colonial em um sistema produtivo, assegurada pela sua ampla experiência no trato com a produção do açúcar, com as relações comerciais que possibilitava a inserção do produto mercado europeu bem como o financiamento necessário para investimentos básicos e com o chamado Alvará de 1516, determinou que fossem distribuídos equipamentos à população que fosse povoar o Brasil, além da contratação de um organizador de engenho de açúcar, tendo, por parte da coroa, ajudas de custo necessário à construção do mesmo (DANTAS, 1971).

Entretanto, foi o regimento de Tomé de Souza, o primeiro governador geral do Brasil, que regulamentou o sistema legal para a ocupação de terras, no ano de 1548, que por sua vez determinava a concessão de terras às pessoas que a solicitassem, tendo as mesmas a obrigação de cultivar tais terras no prazo de três anos para que se fosse concretizada de maneira definitiva a apropriação. Porém tal

concessão só seria feita ao solicitante levando em consideração a sua capacidade de dedicação ao plantio da cana ou ao engenho. (Ferlini, 1998. p. 19).

Os primeiros materiais industriais só foram implementados entre 1532 a 1534, nos engenhos do Góis, dos Adornos e no de Martim Afonso, todos localizados na capitania de São Vicente, e no ano de 1535 no engenho N. Sra. da Ajuda, pertencente à capitania de Pernambuco, fundado por Jerônimo de Albuquerque, cunhado do Duarte Coelho, sendo, portanto, considerado o primeiro engenho desta capitania. Já as primeiras mudas de cana introduzidas no território vieram provavelmente das ilhas da Madeira ou de São Tomé. Depois do período de sua adaptação às condições da nova terra descoberta, coube a Portugal a missão de criar estímulos a expansão dessa cultura e a industrialização.

Foi graças às dimensões territoriais do Brasil e a sua baixa densidade demográfica no período do Brasil Colonial e, como já citada, diante da ameaça de perda do território para outras nações, a coroa portuguesa, que se apoiou na iniciativa privada, decide dividir a terra em capitanias hereditárias cedidas a donatários da corte portuguesa, entretanto estes donatários eram quase que em sua totalidade, recém saídos da baixa nobreza ou eram ex-militares. O donatário recebia a sesmaria do governo português através de cartas de doação, e entre os inúmeros privilégios a ele concedidos estava o de apenas ele possuir engenhos d'água e de fabricar as suas próprias moendas.

A instalação dessas capitanias deu suporte à formação das primeiras povoações na costa litorânea brasileira, com o aparecimento de vilas e povoados, formando pequenos núcleos que foram se fixando embora com muitas dificuldades, graças às invasões de índios. Andrade (1985) afirma que nesta ocasião, foram fundadas as vilas de Igarassu e de Olinda e posteriormente, ao sul, formou-se a vila de Recife, na Capitania de Pernambuco onde os senhores de engenho possuíam suas casas nessas cidades, embora não as ocupassem durante o período da safra, além das vilas Conceição em Itamaracá, Pereira na Bahia de Todos os Santos, a de São Jorge em Ilhéus, a de Porto Seguro e Santa Cruz em Porto Seguro, a de Vitória no Espírito Santo, a de Santo Amaro em Santo Amaro e a de São Vicente e São Paulo de Piratininga em São Vicente. Esta se pode afirmar que foi considerada já como a

primeira concentração fundiária do Brasil que se deu ainda no período colonial, devido à centralidade das terras nas mãos dos poucos cidadãos portugueses que dispunham de capital suficiente para investimento na nova terra.

Após a instalação e consolidação das empresas do açúcar, o intenso processo de trabalho tanto agrícola quanto industrial desenvolvido pelos engenhos durante o ano, fez com que houvesse uma direção no sentido da atividade açucareira e uma eliminação de qualquer outra cultura, inclusive das lavouras de subsistência que passaram a ser importadas pelo reino de Portugal, persistindo apenas as culturas de mandioca que se destinavam à alimentação dos escravos.

Porém em alguns casos, essa cultura também era abandonada sob alegação de que ocupavam espaços desnecessários e que seriam substituídas pela monocultura canavieira, visto que tal produção diversificada acabara fugindo ao real sentido da colonização brasileira que deveria ser estritamente mercantilista, com uma produção de larga escala e voltado à maximização de lucros (Ferlini, 1998), fazendo com que a colônia dependesse em todos os sentidos de abastecimento da metrópole. Nesse contexto, verifica-se e consolida um dos pilares que compõem o tripé das bases coloniais da economia brasileira: o monocultivo.

Para dar suporte ao pilar monocultor, e garantir o sucesso das grandes produções canavieiras, fez-se necessária uma grande extensão territorial para que a cana pudesse ser viável economicamente: o chamado latifúndio.

Latifúndio nada mais é do que um vasto domínio nas mãos de um único proprietário no qual se pratica apenas um tipo de cultura, ou seja, a monocultura ou de criação, que por sua vez não necessita grandes investimentos. Tal processo concentrador de terras constitui-se um grande obstáculo à expansão das pequenas propriedades e conseqüentemente ao empobrecimento da população rural que tem que viver de forma direta ou indireta da dependência da grande propriedade. Pode-se afirmar que a origem histórica do conceito de latifúndio provém do tempo das conquistas romanas do século III a. C., quando Roma expandiu suas fronteiras para território mediterrâneo, organizando sua atividade agrícola em torno do processo latifundiário.

Os produtos que passaram a ser produzidos pelo mediterrâneo acabaram empurrando os preços para baixo, o que fez com que os camponeses italianos entrassem em crise e se tornassem as vítimas do processo de expansão, se vendo obrigados a vender suas terras para os comerciantes, integrando assim os novos latifúndios. Tal situação se tornou mais grave a partir das disputas pelas concessões gerais das terras públicas italianas (ou chamadas *ager publicus*) que por sua vez acabou beneficiando mais ainda os grandes proprietários de terras em detrimento aos pequenos. O processo de ocupação de terras públicas pode ser comparado ao processo de constituição das propriedades de terras ocorridas no Brasil durante os séculos XIX e XX (SILVA in MOTTA, 2005).

Na mesma época em que houve a expansão do latifúndio no leste europeu, também houve a sua aparição na colonização da América espanhola e portuguesa. O sistema de latifúndios na América Latina estava calcado na combinação terra e mão-de-obra. Em determinados países cuja densidade demográfica era considerada elevada, foi necessário alguns séculos para que fazendas fossem consolidadas no sistema agrário visto os conflitos constantes entre tais fazendeiros e as comunidades indígenas. Já nos países em que a densidade demográfica era considerada baixa, como no Brasil, o processo de surgimento e expansão dos latifúndios foi considerado mais fácil e rápido, enquanto que a falta de mão-de-obra acabou sendo sanada através escravização dos índios bem como de africanos.

Assim, para Lúcia Osório Silva, o processo do sistema latifundiário desenvolvido na época colonial brasileira se baseou através de três processos intimamente ligados: a servidão da população indígena, a expropriação de suas terras bem como a importação dos escravos africanos. O que nos chama atenção também são as posses, ou seja, a ocupação das terras que eram consideradas livres, uma vez que o direito dos índios não era reconhecido pela coroa portuguesa. Tais posses acabam se destacando pela sua permanência que perdura até os dias atuais, dadas as dimensões continentais do Brasil bem como a grande quantidade de existência de terras públicas no período do Brasil colonial que como já vimos serviu de suporte para ampliação dos latifúndios que existem atualmente (idem).

Juntos, o latifúndio e a monocultura foram responsáveis pelas profundas mudanças

físicas na paisagem brasileira. A monocultura foi à grande responsável pela degradação do solo de massapé, antes rico em nutrientes, mas atualmente enfermo, necessitando de correções e insumos para que possa respirar e produzir. Solo este que antigamente trazia consigo várias tonalidades exuberantes de verdes, representado pela rica e diversificada mata atlântica mais que, em nome de um modelo econômico agroexportador que visa o lucro acima de tudo, reduziu consideravelmente as áreas de mata, pondo abaixo árvores centenárias em uma grande escala tais como o pau d'arco, a baraúna, a sucupira, dentre outras, transformando-a em uma coloração homogênea. Da mesma forma que as matas, também dizimaram uma série de animais nativos e comuns da região, tais como espécies de pássaros, répteis, felinos, ficando somente aqueles que seriam úteis apenas ao latifúndio como os cavalos que seguiam junto com os senhores de engenho em suas andanças, e como os bovinos que serviam mais diretamente a monocultura, ajudando na produção da fabricação do açúcar.

Dentro deste contexto a monocultura também usufruiu como pode das águas, seja para a produção do próprio açúcar seja para sua irrigação, o que fazia de tal cultura canavieira uma lavoura que tinha uma dependência direta com as águas dos rios e riachos e como contrapartida, ofereceu-lhe a poluição e a degradação, além da fome que na maioria dos casos era proporcionada pela ausência de áreas em detrimento ao cultivo egoísta da cana, que não admitia qualquer outro tipo de cultura que não fosse a sua e sequer a permissão de culturas básicas necessárias à própria subsistência do servo quanto a do próprio senhor. Em várias passagens de sua obra, Gilberto Freyre afirma que havia situações tão críticas de fome na região dominada pela cana, e enfrentada pelas diversas classes, que existiam senhoras que trocavam seus pertences pessoais tais como jóias e outros que tinha um alto valor por míseros punhados de farinha (FREYRE, 2004. p.171).

Associado ao latifúndio e a monocultura, o terceiro pilar do que sustenta o tripé da estrutura sócio-político-econômica do período colonial brasileiro é a escravidão que trouxe uma gama de "Trabalhadores" nos porões escuros dos navios negreiros para que servissem como mão-de-obra e para dar suporte à produção da cana, sendo subordinados ao senhor de engenho. Subordinação esta de qualquer natureza, até mesmo para a satisfação sexual do próprio, resultando na grande miscigenação

encontrada nos dias atuais.

Além disto, a jornada de trabalho nas quais os trabalhadores escravos eram obrigados a se submeter, extrapola os limites da exaustão, beirando a morte. Em muitos casos, a morte era o limite. Em tempos de safra, o operário escravo trabalhava 20 horas, o que correspondia ao tempo de funcionamento do engenho e descansando apenas quatro horas, tempo este que era feita a limpeza do equipamento. Entretanto, à medida que a capacidade do engenho fosse ampliada para atender as necessidades da demanda, a organização do trabalho e conseqüentemente a atuação da mão-de-obra escrava também o era, fazendo que o escravo desempenhasse mais funções e aumentasse tanto seu ritmo de trabalho quanto as horas trabalhadas.

Basicamente todo o trabalho exercido no período do Brasil colonial era essencialmente escravo (salvo na gênese da fase dos engenhos onde algumas atividades eram *a priori* desempenhadas por trabalhadores livres ou especializadas como veremos mais adiante). Sua importância era tamanha na organização produtiva da lavoura quanto dos engenhos que alguns autores consideravam o escravo como "as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente" (Antonil apud Ferlini, 1998.p. 58).

Assim, com a identificação do tripé monocultura, latifúndio e escravidão, a partir deste período, estava consolidada a cultura da cana-de-açúcar, principalmente na região da atual Zona da Mata Nordestina, o que será visto a seguir.

2.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA NORDESTINA

Como já visto, o processo de ocupação do território brasileiro pela cultura canavieira vem desde o início do século XVI, com o domínio dos portugueses que, neste período introduziu a cana-de-açúcar na costa brasileira tendo a produção açucareira como sendo a mais importante atividade econômica. No Nordeste, a cana foi inicialmente implementada nos espaços hoje correspondentes ao estado da Bahia (Recôncavo Baiano) e no estado de Pernambuco (no Litoral, que atualmente

corresponde a Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata Pernambucana) (vide localização na figura 02) que por sua vez era o local onde estavam concentradas as melhores áreas de plantio de cana por apresentar solos do tipo massapê, ou seja, solos de melhor qualidade, oferecendo nutrientes necessários ao plantio e desenvolvimento e condições climáticas favoráveis, isto é, precipitações acima de 2.000mm anual.

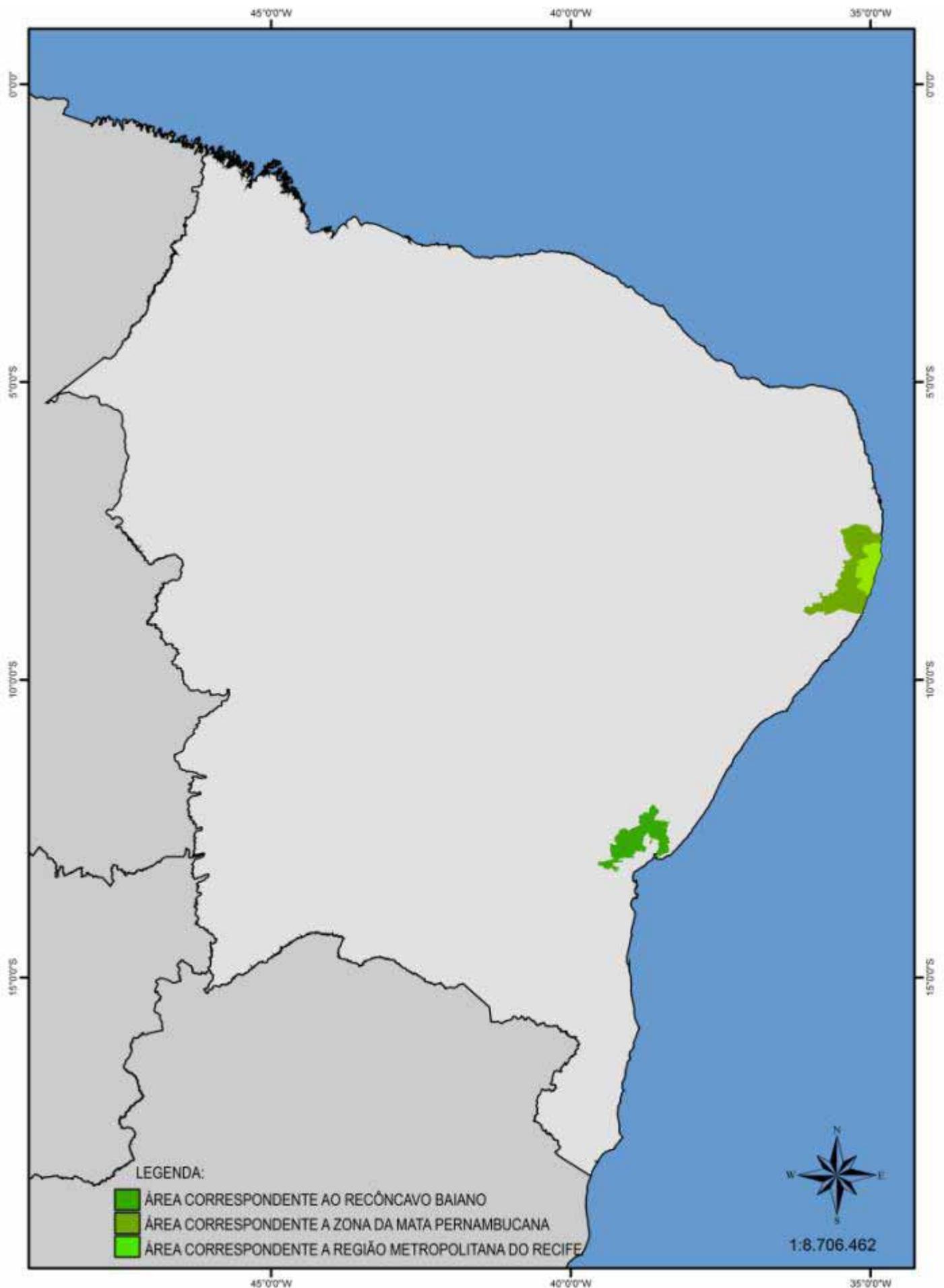
De acordo com Andrade (1982), a área pernambucana recebeu esta denominação no período do Brasil - Colônia, pois os portugueses encontraram aqui uma mata exuberante e botanicamente diversificada, que foi sendo paulatinamente destruída por causa da exploração, por parte da coroa portuguesa, do pau-brasil e posteriormente para dar lugar ao povoamento e colonização, com o objetivo de desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, as lavouras de subsistência e a princípio a criação de gado que posteriormente se deslocou para a mesorregião do Agreste.

Com a implementação da cana nestas duas regiões do nordeste, Portugal que antes era apenas um país comercial passava a se consolidar como um importante país produtor da especiaria mais valiosa principalmente para o mercado europeu, o açúcar

A divisão territorial brasileira em capitanias e a posterior criação do Governo Geral no Estado da Bahia permitiram que houvesse um significativo avanço nas áreas produtoras de cana-de-açúcar que foram povoadas de forma rápida. Os colonizadores, por sua vez, buscaram ajuda, ou melhor, financiamentos para os judeus portugueses que teriam migrado para a Holanda.

Andrade (1994) afirma que foi a partir desta ajuda que os donatários portugueses se apropriaram das terras indígenas, destruíram as matas nativas, conforme já citado, existentes ao longo da faixa litorânea e a correspondente hoje a Zona da Mata Nordestina, construíram engenhos açucareiros, escravizaram os índios existentes naquelas áreas, além de importar mão-de-obra africana e montar uma estrutura para a exportação do açúcar com a construção de cidades portuárias como no caso do Recife, visto a sua localização estratégica, próxima da Metrópole, facilitando o escoamento da mercadoria e distribuição para toda a Europa.

Figura 02: Localização do Recôncavo Baiano – BA da RMR e Zona da Mata de Pernambuco - PE



Fonte: IBGE com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

Assim, a porção do Nordeste onde está localizada a Zona da Mata apresenta certa característica que se acentuou no processo de ocupação territorial, chefiada pela cultura da cana-de-açúcar em atender ao mercado externo. A partir do desenvolvimento tecnológico, a conseqüente expansão da cultura canavieira em outros espaços da Zona da Mata e a colocação maciça de capitais principalmente na segunda metade do século XX, ocorreu um processo de homogeneização da paisagem e suas diferenciações em relação a outras áreas do Nordeste brasileiro acabaram-se tornando menos compreensíveis (ANDRADE, 2001).

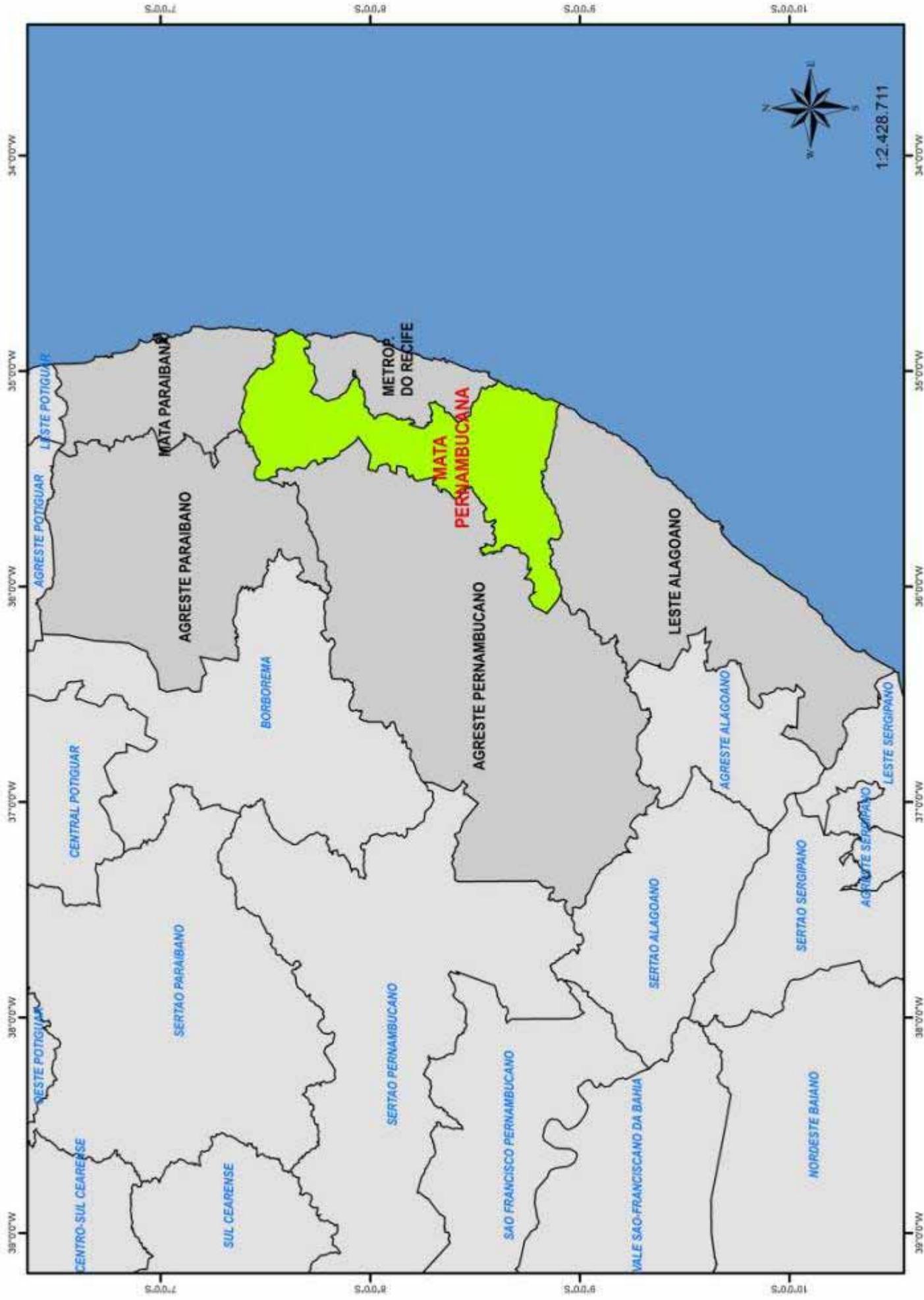
Como o açúcar se tratava de uma mercadoria de larga aceitação no mercado, vendida a preços bem elevados, a mesma possibilitava também uma elevada remuneração permitindo assim que fossem feitos financiamentos de infra-estrutura necessários ao surgimento dos meios de transporte e manutenção da própria cana-de-açúcar com a gênese de portos brasileiros, do desenvolvimento da navegação, além da abertura de novas estradas.

2.3 A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO

A Mesorregião Geográfica da Mata Pernambucana (área esta em que a cana-de-açúcar melhor se desenvolveu no Nordeste e no estado de Pernambuco depois da queda produtiva na área correspondente a Região Metropolitana do Recife) limita-se ao Norte com o Estado da Paraíba (Mesorregiões da Mata Paraibana e do Agreste Paraibano), ao Sul com o Estado de Alagoas (Mesorregião do Leste Alagoano), a Leste com o Oceano Atlântico e a mesorregião Metropolitana do Recife e a Oeste com a mesorregião do Agreste Pernambucano (Figura 03) e compreendem as microrregiões geográficas da Mata Setentrional Pernambucanas, Vitória de Santo Antão e Mata Meridional Pernambucana (Figura 04).

Esta mesorregião apresenta uma área de 8.432,40 km², ou seja, 8,6% do território pernambucano e uma população de 1.207.274 habitantes (15,25% da população pernambucana), com densidade demográfica de 143,1hab./km², sendo inferior apenas à da Mesorregião Metropolitana de Recife (ANDRADE ET AL, 2003). Convém ressaltar que esta região tem cerca de 50% de suas terras em clima úmido e semi-úmido.

Figura 03: Limites da Mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco



Por se tratar de uma área em que a cana-de-açúcar melhor se desenvolveu no Nordeste, especialmente a Zona da Mata Meridional, apresentou (e ainda apresenta) grande importância para o Estado, pois sempre teve um grande valor em se tratando das questões que envolvem a economia e das questões sociais no Estado de Pernambuco (embora atualmente de forma mais reduzida). Entretanto, a cana-de-açúcar, a partir do momento de sua chegada, ocupou inicialmente a porção litorânea do estado antes de chegar a Zona da Mata.

De acordo com Andrade (1988) e Andrade Neto (1990), os primeiros engenhos açucareiros no estado, foram construídos ao longo da área situada entre as vilas de Duarte Coelho, Olinda e Igarassu.

Na metade do século XVI, os engenhos se expandiram pela várzea do rio Capibaribe e em margens de rios navegáveis como o Beberibe, avançando para o norte, no vale do rio Goiana, do Paraíba no Norte, do Mamanguape, do Cunhaú e do Potengi, porém devido às condições climáticas desfavoráveis, isto é, menor umidade, contribuiu para que houvesse o impedimento do crescimento da lavoura canavieira nessa direção. Houve então a expansão da cana para o lado sul de Recife, ou seja, a hoje chamada Mata Meridional de Pernambuco onde os rios eram mais caudalosos e o clima era mais propício por ser mais úmido. Tratava-se de áreas mais adequadas para o desenvolvimento da cultura de cana de acordo com os moldes técnicos da época.

Entretanto, como uma “doença epidêmica”, a cultura da cana não se restringiu apenas em ocupar os vales dos rios, pois quando esses já estavam completamente ocupados, aconteceu o processo de interiorização, motivo pelo qual o estado apresentou todos os tipos de engenho, indo desde os engenhos movidos a tração animal aos engenhos d’água ou também chamados de engenhos reais.

2.4 A FASE DOS ENGENHOS BANGÜÊS

De acordo com o professor Manuel Correia de Andrade, os engenhos são “[...] *um tipo de empreendimento agroindustrial considerado por alguns historiadores como*

uma empresa manufatureira, com atividades, ao mesmo tempo, agrícola e industrial' (ANDRADE, 1988 p. 63).

Estruturalmente falando, os engenhos eram basicamente organizados a partir de quatro construções assim distribuídas: casa grande, capela, fábrica e a senzala (Figura 05), sendo considerada por Gilberto Freyre a casa grande e a senzala como os locais mais importantes do engenho, pois neles havia as relações mais diversas entre o senhor de engenho e os seus escravos. E era das casas grandes que vinham as mais diversas ordens que atuavam em todo o território do engenho, podendo a mesma ser considerada como a maior representatividade de poder no período do Brasil - Colônia.



Figura 05: Representação física de um engenho onde estão delimitadas a fábrica, a capela, a casa grande e a senzala. Fonte: Freyre, 2006 com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

Nos engenhos (denominadas também de fazendas por Mintz e situação esta vista especialmente nas mexicanas), os senhores de engenho tinham suas próprias polícias, com juizes e prisões. Com isso, visava-se, sobretudo manter a disciplina de trabalho e assegurar que os empregados coloquem a produção acima de suas atividades pessoais (MINTZ, 2003)

Já neste período o engenho tinha grande importância, movendo um elevado contingente de pessoas para que fosse possível o seu funcionamento, conforme observa Dantas (1971, p.11):

O engenho representava uma verdadeira povoação, utilizando um sem número de braços, terras necessárias aos canaviais, aos pastos, as lavouras de subsistência e as matas para abastecimento de lenha para a fornalha e para a construção; muitas benfeitorias, inclusive a casa grande, a senzala, moradias diversas, enfermarias, estábulos, depósitos, armazéns de açúcar, além da fabricação; um variado acervo de materiais diversos (vasilhame, ferro, cobre etc.); carros de boi, animais de trabalho e de criação, etc.

Na fase dos engenhos, o senhor de engenho tinha papel de grande importância, pois era tido como um verdadeiro patriarca, combinando um autoritarismo autocrático com um assistencialismo paternalista. Descreve Mário Lacerda de Melo (1975), sobre a importância dos senhores de engenho para com os engenhos:

[...] percebemos ali como se explica, como se retrata e como se caracteriza a sociedade patriarcal do açúcar, com a figura do Senhor de engenho a frente dos seus domínios territoriais desempenhando cumulativamente as funções de empresário e de detentor ou dono dos fatores de produção (inclusive mão de obra que, no regime da escravatura, representava ao mesmo tempo força de trabalho e capital investido) bem como funções de poder público expressas no amplo exercício de sua autoridade e na prestação de serviços as comunidades sob seu domínio.

Assim, para Mintz, o senhor de engenho tinha como finalidade converter as populações periféricas em força de trabalho e desenvolver colônias de trabalhadores dependentes nas suas próprias terras, assumindo com o fazendeiro um caráter hierárquico (MINTZ, 2003)

As relações de trabalho no sistema engenho, ou seja, entre os senhores de engenho e os trabalhadores eram bastante complexas, pois os trabalhadores estavam sempre a mercê das vontades do senhor.

Uma sociedade essencialmente patriarcal com uma relação que geralmente se dava de maneira violenta, tanto no que diz respeito à violência praticada pelos senhores a partir da falta de direitos dos quais mereceria a classe trabalhadora, como também a violência física e moral.

Ramos (1999) ainda ressalta que a relação de dependência econômica estabelecida entre os senhores de engenho e os demais plantadores da cana-de-açúcar era consideravelmente grande visto que os plantadores precisavam dos senhores para obter o produto, ou seja, para comercialização do açúcar. Portanto, se caracterizava uma relação de clara subordinação que também era refletida tanto no plano social quanto político.

Dentro do sistema engenho, existiam vários tipos de trabalhadores. Os lavradores eram os pequenos agricultores que tinham como principal atividade a dedicação a lavoura da cana de açúcar para provimento aos engenhos produtores.

Existiam dois tipos de lavradores: os que eram possuidores de terras próprias, melhor explanando, são aqueles lavradores que adquiriram terras com a obrigação da entrega da produção (no caso a cana) a um determinado engenho; e os que eram pertencentes ao próprio engenho que recebia a produção, sendo, portanto, mais comum para os moldes da época o lavrador que era utilizador das terras do engenho, o que foi característico desta estrutura socioeconômica deste período, ou seja, ficando presos e subordinados a vontade do senhor de engenho (MELO 1975).

O processo produtivo de transformação da cana em açúcar era compreendido por uma série de atividades que eram desempenhadas nos mais variados pontos de produção do engenho. Basicamente, a estrutura de produção do engenho era composta por moenda, cozinha, casa de purgar, área de secagem e a caixotaria, onde na maior parte destas funções, fazia-se necessária a empregabilidade de mão-de-obra especializada, além de outras funções que embora não fossem diretamente ligadas à produção do açúcar, também desempenhavam um importante papel para o sadio funcionamento dos engenhos.

Tais funções não eram desempenhadas *a priori* pelos os escravos africanos, mas sim por outro tipo de trabalhador que atuava nos domínios dos engenhos: eram os trabalhadores livres. Diferentemente dos escravos africanos, os trabalhadores livres eram assalariados, e de acordo com Ferlini poderiam ser definidos como "Um técnico habilitado conhecedor de procedimentos indispensável ao processo do açúcar ou de habilidades artesanais desconhecidas pelos negros" (Ferlini, 1998 p. 51).

Os principais trabalhadores livres que atuavam no funcionamento dos engenhos são: o feitor mor que atuava na organização como uma espécie de gerente; o caixeiro da cidade que tinha como função a gerenciar a venda do açúcar e encaixotado para colocá-lo no cais do porto até ser embarcado para a colônia; o escrivão que era responsável pelo controle do estoque de material usado no engenho; o solicitador que era um tipo de "advogado" do engenho que tratava especificamente das relações referentes à posse do engenho ou referente às questões com lavradores; o cirurgião que era uma espécie de curandeiro que tratava dos negros, aplicando-lhe medicamentos e ervas; mestre de açúcar que era o responsável pelo comando dos processos técnicos de fabricação do açúcar e o como o controle de moagem, do cozimento, da administração da cozinha, dos tacheiros e caldeireiros; o carapina ou carpinteiro do que tinha a função de manutenção das moedas; o feitor pequeno que cuidava do setor de moagem; o levadeiro que ficava responsável pela relação entre a força d'água e a moeda dos engenhos d'água; o purgador que tinha como atividade a supervisão no processo de clareamento do açúcar dentre outros profissionais que exerciam funções de ajudante em áreas específicas da produção do açúcar (Ferlini. P. 56). Por sua vez, existiam outros tipos de trabalhadores que atuavam no engenho, exercendo funções na parte do campo.

No sistema engenho, havia ainda outra classe de trabalhador que eram os moradores. Quanto aos moradores, se fossemos considerar sua importância em uma pirâmide social estratificada para a época, poderiam ser classificados num patamar abaixo dos trabalhadores livres e num patamar acima dos trabalhadores escravos. Da mesma forma que os lavradores, os moradores também são divididos por categorias que nesta situação é dividida em quatro:

A) Os moradores não vinculados: de acordo com Melo, este morador é aquele que, apesar de “habitar terras pertencentes aos engenhos, não integrava a sua organização socioeconômica”, pois se tratavam de “pequenos colonos aos quais os senhores de engenho concedem a permissão de elevar cabana e cultivar um pequeno pedaço de terra” (MELO, 1975), ou seja, eram moradores que residiam nas partes mais periféricas desses engenhos e que, ainda em concordância com Melo, situavam-se na atual Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco.

B) Cambão: eram moradores que se originavam da categoria dos moradores não vinculados. Com a expansão das áreas de lavoura da cana, as sobras de terra nas áreas periféricas foram diminuindo o que acarretava em uma subordinação destes moradores que ocupavam estas terras marginais ao engenho, transformando estes antigos moradores não vinculados em “moradores obrigados a compensar os proprietários pelo uso da terra onde trabalhavam” (MELO, 1975 p.35), onde essa remuneração era paga, na maior parte das vezes em uma prestação de trabalho não remunerado.

C) O Foreiro: este tipo de morador originou-se dos trabalhadores assalariados. O foreiro detinha um pedaço de terra cedido pelo senhor de engenho, tendo a sua compensação paga em espécie (dinheiro) ou em serviços prestados. Embora tenha conceituação bem similar ao atual arrendatário, o foreiro da época difere do atual no sentido de que o foreiro era morador das terras do engenho e como já citado oferecia uma quantia ao senhor como uma “retribuição” pelo uso da terra, enquanto que o arrendatário atual utiliza as terras do senhor através de uma espécie de contrato, às vezes por escrito ou às vezes verbal, sem que o trabalhador necessite habitar as terras do proprietário. Os foreiros também se dedicavam ao cultivo de alimentos nas terras cedidas pelo proprietário, constituindo-se conforme descreve Ramos (1999), como “a fonte de abastecimento do ‘mundo dos engenhos’”.

D) Moradores de Condição: ou seja, são os moradores que em troca do favor feito pelo senhor de engenho de ceder o uso da casa onde moram e das áreas de cultivo onde trabalham, ficam sujeitos ao trabalho assalariado ao serviço do proprietário e da grande lavoura e quanto aos dias de trabalho que eram obrigados a trabalhar, a dedicação maior deve ser ao senhor de engenho.

Gilberto Freyre (apud Andrade, 1988) nos mostra, de maneira geral, estruturalmente falando, que a sociedade formada pelos engenhos de açúcar era composta, em uma sociedade patriarcal, por senhores de engenho. Hierarquicamente, logo abaixo, viriam os lavradores que eram os que cultivavam a cana que moíam no engenho do Senhor; os trabalhadores livres que eram os técnicos, mas que conseguiam às vezes o direito também, com o proprietário da terra, de cultivar porções mais distantes do engenho, plantando culturas de subsistência e criando animais; e os moradores que eram as pessoas que o senhor de engenho contava nas ocasiões de necessidade de mão-de-obra ou em questões políticas ou de terra com vizinhos. Já as atividades agrícolas eram feitas por escravos com supervisão dos feitores em áreas próximas do engenho e lavradores nos sítios concedidos pelo proprietário (ver Figura 06).

Figura 06: Distribuição Hierárquica de um Engenho



Elaborado por Girlan Cândido, 2011

O período de prosperidade econômica propiciada pela cana-de-açúcar no Brasil foi longo devido ao fato desta ter sido por um considerável tempo a única região detentora do monopólio açucareiro no mundo, entretanto, essa hegemonia de

principal produtor ficou altamente comprometida quando houve a concorrência imposta pelos holandeses nas Antilhas, estabelecendo uma grave crise no setor no país.

Para tentar contornar esta crise que se abatera no domínio da cana-de-açúcar, o governo da época resolve dar subsídios aos produtores, fazendo, com isso, uma verdadeira revolução na agroindústria açucareira a partir do financiamento de modernas fabricas que possibilitou a sua modernização em detrimento aos engenhos, surgindo assim os chamados engenhos centrais.

2.5 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO: DOS ANTIGOS ENGENHOS BANGÜÊS AOS ENGENHOS CENTRAIS

O processo de decadência dos engenhos bangüês se deve, como já explicado, ao fato da necessidade de introdução do progresso tecnológico industrial do açúcar. Progresso este que foi representado pela introdução dos primeiros engenhos a vapor, o uso do arado que poupava a utilização do braço escravo bem como a transformação das caldeiras que passaram a usar o bagaço da cana como combustível além de inovações nos mecanismos dos engenhos como a substituição das moendas que eram feitas em madeira por moendas metálicas, a substituição do sistema de produção do açúcar, tornando o engenho capaz também de produzir açúcar cristal e demorará além da introdução de novas variedades de cana que foram inseridas no campo (ANDRADE, 1998).

Tal progresso acabou provocando a vinda de numerosos técnicos e também de trabalhadores especializados, bem como importantes investimentos de capitais, o que fez com que o engenho tradicional abrisse as portas para o capitalismo industrial e financeiro de origem urbana, que penetrou na zona rural e que também provocou o início da ruptura do sistema senhorial diretamente com o poder político regional, embora ainda seja forte tal relação.

Neste sentido, a partir do momento que surgiram os primeiros engenhos centrais, fizeram com que os engenhos bangüês se tornassem apenas uma simples área de plantio de cana ou, em alguns casos, se transformam apenas engenhos

rapadureiros ou para fabricação de aguardente. Em outros casos, o engenho acabou sendo desativado ou, em outras palavras, tornou-se um engenho de fogo morto. Já para o antigo senhor de engenho, houve uma verdadeira queda na hierarquia social, visto que, nos anos 50 do século XX, tais senhores passaram apenas a ser fornecedores de cana, o que fez com que os mesmos perdessem a sua representatividade social e principalmente a perda, embora de forma não total, da sua influência política e econômica.

2.6 OS ENGENHOS CENTRAIS: A GÊNESE DO FORMATO USINA

Diante da necessidade de modernização dos antigos engenhos durante o século XIX, várias foram as tentativas de modernização da indústria açucareira brasileira, embora atrasados em relação a outros países produtores de açúcar. Tais iniciativas modernizadoras incluíam a introdução do moinho a vapor, cilindros horizontais aperfeiçoados, a utilização do bagaço bem como a adaptação das caldeiras a este novo combustível, além do surgimento de novas técnicas de fabricação do açúcar cristal, técnicas estas consideradas modernas para a época e que foram introduzidas nos engenhos centrais. Entretanto, tais técnicas foram apenas aplicadas em alguns engenhos situados nos principais estados produtores de açúcar, como na Bahia em 1815, em Pernambuco em 1817 e em Campos, em 1827 (PERRUCCI, 1978).

Apesar da modernização das técnicas, tal processo não foi suficiente para que houvesse o rompimento do sistema tradicional dos engenhos, sendo observados os mesmos traços arcaicos de tais engenhos. Entretanto, de acordo com Perrucci, devido às várias crises que ocorreram durante o século XIX, o interesse do capital estrangeiro pelo Brasil além da necessidade de adaptação da produção econômica ao trabalho livre fez com que o governo imperial procedesse a uma profunda revisão do sistema engenho. Foi quando entrou em vigor a lei de 1875, criada com a intenção de atrair investimentos para o setor industrial da cana, principalmente pelo capital estrangeiro. Sendo assim, a partir deste ano, os engenhos centrais aparecem em maior quantidade e em sua grande maioria formadas por capitais ou sociedades estrangeiras, sobretudo inglesas.

Embora o Brasil, politicamente, já ser um país administrativamente autônomo, as heranças do Brasil colonial ainda perduravam em sua estrutura econômica, o que explica a lentidão do processo de modernização requerida pelo capitalismo industrial, e cuja importância acaba sendo questionada por alguns representantes dos grupos agrários dominantes, que por sua vez ainda resistiam a esta modernização.

No Brasil, a introdução dos engenhos centrais nada mais significa do que um meio encontrado para socorrer os senhores de engenho que estavam em crise já há bastante tempo. Entretanto tal sistema não é a solução definitiva para o problema açucareiro visto que as funções de um engenho central serviam apenas para auxiliar a produção agrária tradicional, como confirma as limitações legais que eram impostas aos engenhos centrais tais como: a proibição de plantar cana, a construção de linhas férreas para facilitar o transporte da produção, a proibição de utilização de mão-de-obra escrava, a implantação da fábrica em lugares estipulados pelo governo, etc.

Dez anos mais tarde, em 1885, começaram a surgir os primeiros problemas que acarretaram no fim dos engenhos centrais. Um deles foi à má colheita ocorrida no estado de Pernambuco que resultou em uma grave crise açucareira que se prolongou até o início da república. Se fôssemos analisar as causas da falência dos engenhos centrais, chegaríamos à conclusão de que a falência foi provocada mais por razões técnicas do que estruturais. Também se pode atribuir a sua falência a grande quantidade de pequenos engenhos centrais que foram criados indiscriminadamente durante o período, graças aos incentivos governamentais que eram fornecidas aos senhores de engenho que introduzisse algumas modificações ou melhorias em seu maquinário. Assim, descreve Perruci que as falências ocorridas nos engenhos centrais foram tão "numerosas quanto às inaugurações de engenhos centrais" (PERRUCI, 1978).

Apesar do fracasso dos engenhos centrais, não se pensava no retrocesso, ou seja, a reintrodução dos antigos engenhos bangüê. Assim, devido ao grande capital investido acabou-se levando a uma nova etapa de uma revolução tecnológica que acontecera no nordeste brasileiro, e que fora representado pela substituição dos

engenhos centrais para a formação das usinas.

2.7 O PERÍODO DAS USINAS

A partir do Brasil República, como já citado, os engenhos centrais passaram por dificuldades, fazendo com que a solução encontrada pelos senhores de engenho que possuíam grandes propriedades fosse ter que se associar com outros senhores e, a partir desta fusão, a implantação de modernas fabricas que *a priori* tinha como principal finalidade criar progressos referentes à qualidade do açúcar que era produzido, com o surgimento de tipos de açúcar centrifugados, e conseqüentemente, apresentar um maior percentual de extração de açúcar e em relação ao tamanho das unidades industriais com instalações cuja capacidade chegava a serem dezenas de vezes maiores do que a dos antigos engenhos bangüês (MELO 1975).

Com esse novo modelo industrial de produção de açúcar, surgem as primeiras usinas, com o chamado Ciclo das Usinas. Tal ciclo trouxe modificações no tocante às relações entre senhor de engenho (que agora são chamados de industriais usineiros) e trabalhadores, pois se antigamente havia uma relação de compadrio paternalista, embora nem sempre fosse uma relação saudável, com o advento dos industriais usineiros estas relações sofreram modificações.

Sobre essas relações entre os antigos senhores de engenho e os atuais industriais usineiros sobre os trabalhadores, cita Melo:

O desaparecimento das áreas de aproximação marca o fim da sociedade patriarcal, dona de muitos defeitos e também de muitos valores. Entre estes, o da proteção senhorial e do assistencialismo exercido pelo senhor de engenho sobre a comunidade a ele subordinada. Não mais existindo os contatos e as relações entre classes propiciadas pelo compadrio, pela confraternização entre meninos de raças e origens diferentes e pelo catolicismo patriarcal, cresceram as distancias e a estratificação social tornou-se mais rígida e opressiva. Hoje, as relações entre produtores e seus subordinados são apenas entre capital e trabalho. Desumanizaram-se (MELO 1973. p.50)

Os industriais usineiros detinham um modo de vida completamente diferente dos senhores de engenho. Geralmente viviam nos centros urbanos das grandes

metrópoles, comparecendo de maneira esporádica ao local de sua produção e tendo a casa grande apenas como local de veraneio, contando assim com os administradores e capatazes que por sua vez ficavam responsáveis pelas leis e pela ordem dos engenhos pertencentes à usina, ou seja, as relações de compadrio existentes anteriormente, agora são bastante relativas, onde qualquer tipo de situação deve ser resolvido pelos “olhos auxiliares” do dono e que às vezes era exercida de forma bem mais violenta que no tempo dos senhores.

Associado a isto existem as questões voltadas para a área profissional dos trabalhadores que no sistema de usina eram bem mais complexas como cita Dabat (2007). Ou seja, questões como as condições de trabalho, a mão de obra, o pagamento de salários, o acesso ao plantio da terra para cultura de subsistência que posteriormente foi substituída por plantio de cana e a partir daí, se deu o surgimento de novas relações entre trabalhadores e patrões como será visto mais adiante, dentre outros assuntos eram (e ainda são em várias usinas) questões que podiam gerar descontentamento por parte do dono e criar um clima geral de violência patronal e tensão social que reinava naquela região, afirmando a ilusão patriarcal e fraternal entre as classes e estando a violência patronal sempre presente nestas relações.

De acordo com Mintz (2003), a mão-de-obra nas usinas é abundante e barata, devido à grande quantidade de trabalhadores que competem pelo mesmo emprego, o que possibilita o achatamento o preço da força de trabalho. E isto é o que garante o sucesso financeiro das usinas, a partir do baixo custo com os trabalhadores, possibilitando assim a precarização das condições de trabalho.

As condições de trabalho, por sua vez, sempre foram também um dos principais problemas entre as relações dos trabalhadores com os usineiros. Os trabalhadores exercendo suas funções a duras condições, tendo que se sujeitarem as imposições feitas pelo “cabo” (ou capataz), trabalhando em extensões de terra quase sempre além do que era previsto por lei (embora houvesse a conivência do próprio Estado, que deveria promover a proteção aos plantadores, mas utilizava-se de sua força policial como uma espécie de milícia que atuava a serviço dos proprietários e permitindo com isso que os usineiros criassem suas próprias leis); em jornadas

extremamente longas e com poucas horas de descanso ao qual eram acometidos, aonde às vezes se chegava a 12, 15 horas de trabalho e em algumas ocasiões tendo que trabalhar em períodos como a noite-madrugada, sem que houvesse uma remuneração justa e também ficando a mercê do que o empregador quisesse ofertar como ordenado declarando como sendo uma remuneração “justa” (DABAT, 2007).

Além dos baixos salários ofertados, existe também a questão da compra de materiais para uso pessoal e alimentação. Em alguns casos, o recebimento do ordenado era feito diretamente no barracão. De acordo com Heredia, o barracão:

Era um mecanismo fundamental através do qual se garantia a imobilização da massa de moradores dentro das propriedades. Ao mesmo tempo, ele era um elemento central na socialização dos moradores, num esquema de dominação que era específico desse sistema (HEREDIA, 1989. p. 200)

Em outras palavras, o sistema barracão tem como principal finalidade a revenda de produtos básicos de subsistência, geralmente de baixa qualidade para os trabalhadores vinculados à usina ou ao engenho (em cujo período também já existia), mas que, por sua vez se era cobrado preços altamente elevados, fazendo com que tal trabalhador nunca conseguisse quitar suas dívidas e criando assim vínculos escravistas junto ao dono da propriedade.

Em geral, os vínculos eram feitos da seguinte maneira: em muitos casos, o ordenado de um trabalhador da cana-de-açúcar era feito a partir de vales que deveriam ser trocados por alimentos no barracão de um engenho da usina. Os produtos comercializados no barracão (que fundamentalmente era composto por café, açúcar, farinha de mandioca, feijão e a carne seca, sendo estes os principais itens) tinham os preços superfaturados, o que em muitos casos, tal valor era superior ao valor dos vales fornecidos.

Como o valor do vale era inferior ao valor dos produtos vendidos pelo barracão, o trabalhador se via obrigado a abrir contas credoras em seu nome nos quais o mesmo se responsabilizava em pagar o restante da quantia que ficava devendo ao barracão no mês seguinte. Entretanto, no mês seguinte, o trabalhador geralmente não conseguia levantar quantia suficiente para quitar seus débitos do mês anterior

junto ao barracão, fazendo com que o mesmo ficasse devendo não somente o mês anterior, mas também, com a contração de novas dívidas, também devesse o mês corrente, ou seja, o trabalhador ficava cada vez mais imerso em dívidas, num verdadeiro efeito bola de neve e assim, sem poder quitar suas dívidas, não poderia pedir demissão da usina ou engenho sem que o mesmo liquidasse seus débitos junto ao barracão, criando assim uma espécie de vínculo escravo com o proprietário do engenho ou usina.

Por mais que o trabalhador quisesse tentar se queixar junto às autoridades competentes sobre tais irregularidades cometidas pelo sistema barracão, este nunca seria ouvido visto que, o barracão estava localizado em um local privado dentro de um engenho, completamente fora do controle das autoridades públicas, que por sua vez também eram completamente desinteressadas no assunto.

Vale à pena lembrar também que no território dominado pelos senhores de engenho ou pelos industriais usineiros, o poder de polícia geralmente é feito pelos capatazes e capangas a mando do próprio senhor de engenho ou industrial, sem que haja a interferência de tais autoridades competentes, que em muitos casos era "manipulada" pelo próprio senhor. Ou seja, se um industrial usineiro ou senhor de engenho exercia em seu território o papel do poder executivo, legislativo e judiciário, e tendo, na maioria dos casos a conivência da verdadeira autoridade policial, fica a pergunta: a quem o trabalhador poderia recorrer nesta situação?

Tal problemática veio a se extinguir a partir da regulamentação das leis do trabalho que considerou tal sistema um desrespeito às leis, criminalizando-o e fiscalizando tais ações com mais afinco não somente pela polícia como também a partir da denúncia de ONGs e instituições tais como a CPT, ligadas à igreja católica. Entretanto ainda se ouve falar que em algumas usinas de cana-de-açúcar ou em áreas de extração de madeira na Amazônia, por exemplo, ainda se utilizam deste sistema a fim de escravizar trabalhadores.

Posteriormente, como forma de proporcionar a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar, muitos industriais usineiros acabavam expulsando o trabalhador de suas áreas de moradia, dentro dos engenhos, fazendo com que o mesmo acabasse

migrando para os centros urbanos mais próximos de sua área de trabalho, pondo fim no formato de trabalhador-morador como era visto no período do engenho. Da mesma forma que houve mudanças a partir deste processo de migração e extinção do trabalhador que morava nas áreas de trabalho, extinguindo de vez as relações “assistenciais” por parte dos usineiros, a partir deste processo também houve mudanças nas relações diretas de trabalho entre os mesmos e os trabalhadores da cana.

Sendo assim, tais relações de trabalho se deram, a partir deste ponto, de duas maneiras: inicialmente a partir do regime de contas e posteriormente a partir do empreiteirismo.

Apesar do regime de conta ter surgido a partir do ato abolicionista, que fez crescer uma classe de trabalhadores livres formada pelos filhos dos antigos escravos ou por ex-escravos acima de 60 anos de idade, tal forma de trabalho teve mais força a partir da implantação da usina.

A substituição da mão-de-obra escrava acabou propiciando um processo de transferência para uma mão-de-obra assalariada que, de acordo com Melo, poderiam ser diferenciadas de duas maneiras: os chamados assalariados puros, que apenas vendiam sua força de trabalho ou os chamados assalariados que viviam nas terras do dono da usina e viviam de pequenas lavouras cultivadas em pequenas extensões de terra. Entretanto esta última categoria foi extinta, fazendo com que houvesse um aumento na categoria dos assalariados puros, tornando-o, posteriormente, a força de trabalho exclusiva.

Da mesma forma que foram mudando as relações de trabalho, também foram modificadas as formas de pagamento da mão-de-obra. A mão-de-obra do trabalhador diarista acabou desaparecendo, dando lugar ao pagamento por produção que, por sua vez, passou a ser predominante. Assim, Melo afirma que o regime de "... grupos de trabalhadores pagos por diárias e dirigidos por capatazes ou cabos foram praticamente eliminados e substituídos pelo regime das contas" (MELO 1975 p.205). O regime de contas (ou o pagamento por produção) é aquele que mede uma unidade de área chamada conta, ou seja, um retângulo de lados medidos

em braças e que por sua vez acabou substituindo a unidade de tempo (que correspondia o dia, a diária e a jornada).

As razões que fizeram prevalecer o regime do pagamento por produção (de contas) são óbvias, pois o trabalhador só recebe a correspondência entre a tarefa executada e o valor que será pago por ela, sendo este regime de maior vantagem para o empregador enquanto que no regime anterior, ou seja, por jornada de trabalho, o pagamento era efetuado de acordo com o ritmo do trabalhador. Além disto, o regime de conta pode apresentar certa desvantagem para o trabalhador, pois este tipo de módulo de medir o trabalho através de uma área definida torna-se suscetível a variações, podendo gerar "equivocos" na avaliação da produtividade e, conseqüentemente no custo da mão-de-obra. Não são raras as queixas dos trabalhadores em relação aos produtores no tocante a estes "equivocos", onde quem sai perdendo é o próprio trabalhador, que acaba exercendo atividade mais intensa, porém não recebendo aquilo que ele é de direito.

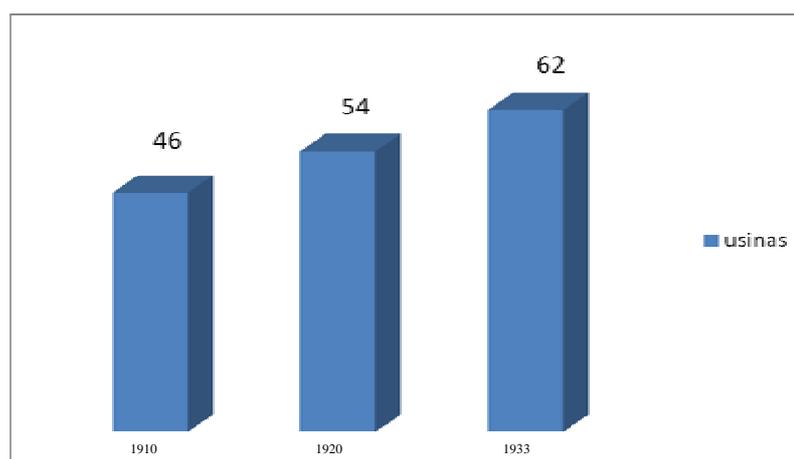
Em seguida, a partir da ausência das relações entre o produtor canavieiro e os trabalhadores, relações estas vistas, sobretudo durante o período das usinas, acabou surgindo à figura de um intermediário de trabalho: o empreiteiro que por sua vez assume o papel de contratador de tarefas e de selecionar a mão-de-obra para que sejam executadas as funções na tarefa sob seu comando, bem como uma nova maneira de representação de trabalho, a partir do empreiteirismo. O surgimento do empreiteiro representa para o produtor uma grande vantagem, visto que o usineiro não é mais obrigado a tratar diretamente com os operários mais apenas com o empreiteiro contratante. Entretanto, a maior vantagem nestas relações terceirizadas para os produtores consiste no alívio do não pagamento dos encargos sociais, visto que não há relação direta de trabalho entre trabalhadores e patrões, donos da usina.

Na visão do próprio trabalhador, o empreiteiro é uma espécie de sub-patrão que trata o trabalhador, na maioria dos casos, com a exigência muito maior e com uma assistência bem inferior, o que na visão de Melo, o empreiteiro contribui para o agravamento das relações de existência do trabalhador canavieiro. De maneira geral, o empreiteiro nas zonas canavieiras do Nordeste foi propiciado pela eliminação do trabalhador morador, a uma forma de defesa do produtor em relação

ao não pagamento dos encargos trabalhistas, e prejudica o trabalhador tanto pela subtração do valor normal de seu salário bem como lhe retira o direito aos benefícios previstos na legislação do trabalho e previdência social (Mello, 1975.p. 208).

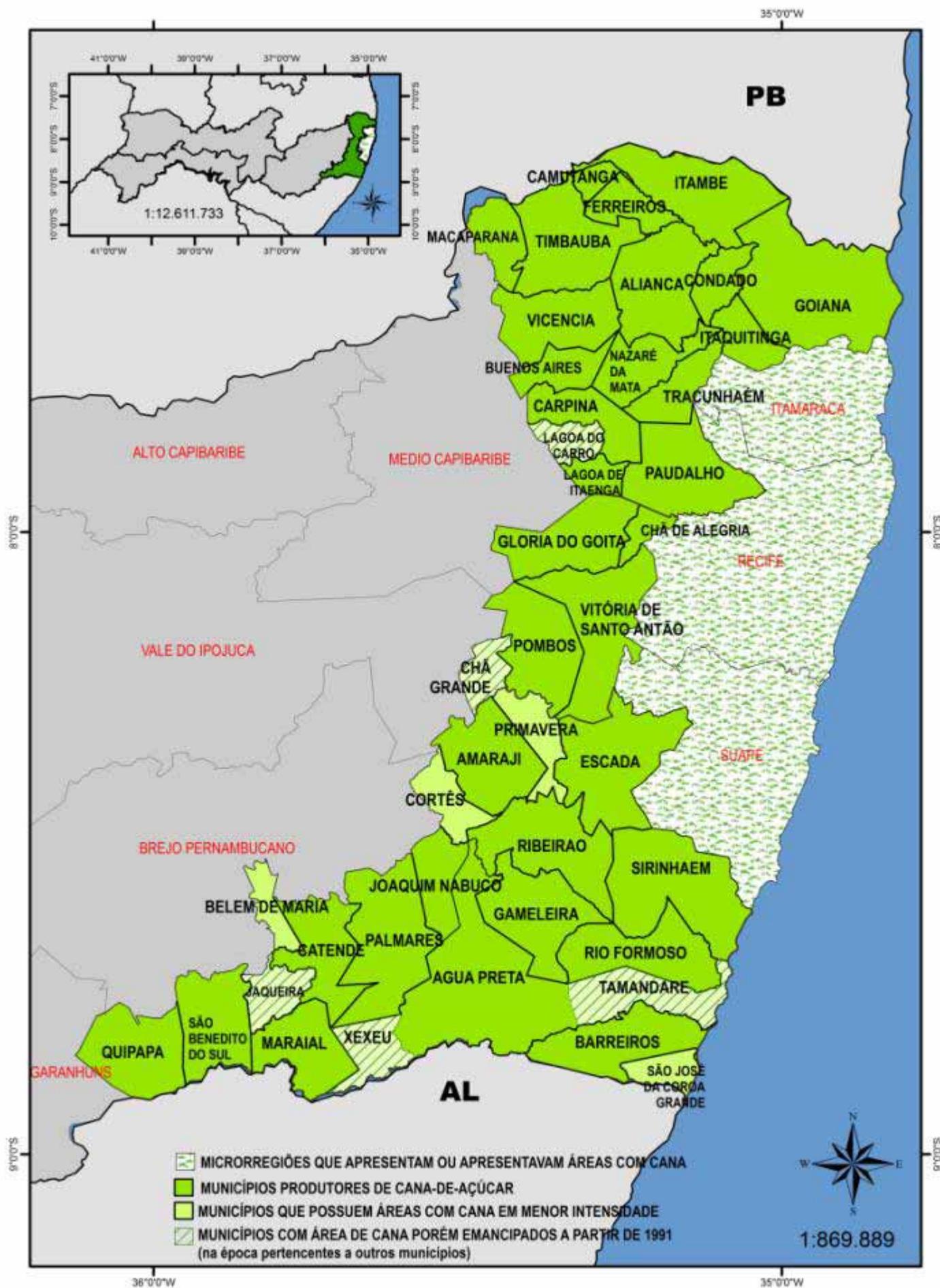
Assim, a usina foi à principal responsável pelas profundas mudanças na paisagem econômico-sociais e até mesmo físicas da área do açúcar de Pernambuco. Só a título ilustrativo, em um intervalo de 23 anos (de 1910 a 1933) houve no estado um significativo crescimento no número de usinas produtoras de cana em 16 novas usinas, ou seja, das 46 usinas já existentes no estado, houve um acréscimo em 16 novas usinas, o que correspondeu a 62 (vide Figura 07) e praticamente toda a região da Zona da Mata do estado era dominada pelo cultivo da cana-de-açúcar (ver Figura 08). Mesmo assim, este sistema não conseguiu contornar a crise existente no setor apesar de produzir um açúcar de excelente qualidade para a época, tendo qualificação para competir com qualquer outro tipo de açúcar no mercado internacional a custos bem mais reduzidos do que aqueles produzidos pelo engenho bangüê, porque continuou a depender dos fatores externos que influenciaram a demanda fora da área produtora.

Figura 07: Número de Usinas na Área Canavieira de Pernambuco – 1910 a 1933



Fonte: CARLI, 1937, adaptado por Girlan Cândido, 2009

Figura 08: Área de domínio da cana-de-açúcar na região correspondente a Zona da Mata e outras Microrregiões no Estado de Pernambuco – 1981



Fonte: Andrade, 1988 com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

A expansão das usinas no Pernambuco Açucareiro resultou na redução quantitativa dos engenhos que foram sendo destruídos graças ao seu avanço. Muitos dos senhores de engenho transformaram-se em fornecedores de cana (já que eles não tinham mais condições de competir no setor industrial com a usina, consagrando-se como plantadores), mas a sua sobrevivência baseou-se numa forte resistência, resultado de intensas lutas entre eles e os usineiros na década de 30, e a partir da intervenção federal, através da criação do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool, sem o qual os fornecedores não teriam sobrevivido.

Mesmo assim, a classe mais prejudicada foi a dos trabalhadores agrícolas assalariados, que detinham um baixíssimo padrão de vida e apresentavam precaríssimas condições sanitárias e um baixíssimo nível de escolaridade, além de enfrentar problemas de subnutrição.

2.8 O CRESCIMENTO DAS USINAS NO BRASIL E SEU “DECLÍNIO” EM PERNAMBUCO

No Brasil, o crescimento das usinas foi restrito no período da Segunda Guerra Mundial. Para contornar a situação, o governo decidiu deixar de ser mais rígido e liberar a instalação de usinas e destilarias, favorecendo a região Centro-Sul do Brasil por apresentar os maiores índices populacionais e os melhores índices de renda do país, passando a região Nordeste a ser a região menos favorecida pelos incentivos governamentais. Conseqüentemente, graças às usinas estarem concentradas na região Sul-Sudeste e deter os maiores investimentos na economia açucareira, acabou, por sua vez, no desequilíbrio produtivo e tornando já na década de 50 do século passado, São Paulo como sendo o maior produtor de açúcar do Brasil, ao lado da cultura cafeeira, desbancando de vez as antigas e tradicionais áreas produtoras que antes eram as maiores: a Mata Pernambucana, os Tabuleiros Alagoanos e o Recôncavo Baiano (ANDRADE, 1988).

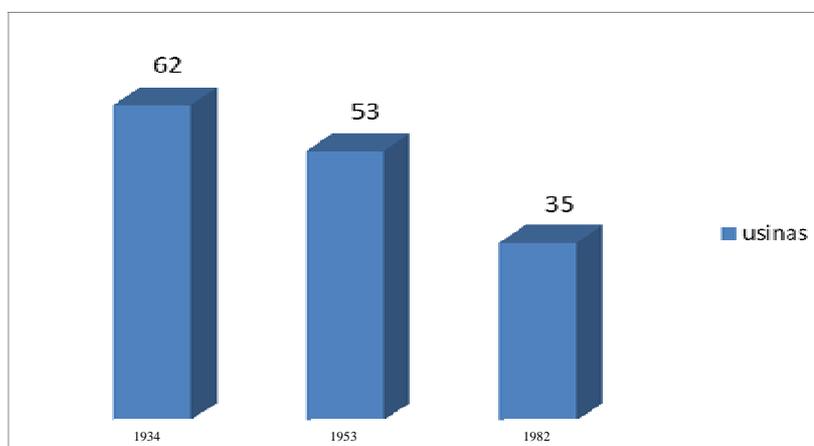
Só para se ter uma idéia do real processo de declínio da região Nordeste, em dez anos, já na década de 60, segundo dados do IBGE, existiam no Brasil algo em torno de 548 usinas açucareiras. Deste total, apenas 188 estavam localizadas no Nordeste enquanto que 302 estavam instaladas na região Sudeste. Já nos anos de 1970 e 1980, embora houvesse uma redução da quantidade de usinas em todo o

país, São Paulo ainda continuava a dominar no cenário canavieiro com 74 usinas, seguido do estado de Pernambuco com apenas 35 usinas (ver Figura 09). Alagoas viria em 3º lugar com 27.

Várias foram às tentativas de contornar as disparidades, tanto que no período do regime militar foram criados programas como o PLANALSUCAR e do PROÁLCOOL na década de 80 do século XX. Com isso houve o estímulo a expansão dos canaviais, tomando áreas de outras culturas tais como a pecuária extensiva e a agricultura.

Estados que não tinham culturalmente produção de cana, tornaram-se grandes plantadores como o Paraná, Goiás, Mato Grosso e outros com uma produção mais significativa, reduzindo o espaço dos tradicionais produtores de cana como Sergipe e Pernambuco.

Figura 09: Número de Usinas na Área Canavieira de Pernambuco – 1934 a 1982



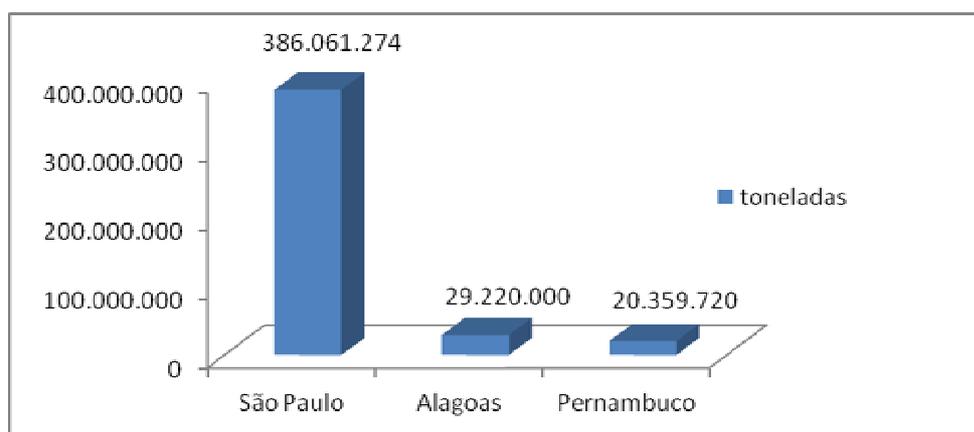
Fonte: IBGE e IAA

Mesmo este programa influenciando todos os estados de plantarem a cana-de-açúcar, ainda cabia a São Paulo a maior produtividade de cana do país. Vale salientar que, apesar da produção de açúcar continuar em ascensão nesta época, este crescimento de áreas novas de produção de cana se deu em função da produção de álcool, sendo a cana considerada por autores como o professor Manuel Correia de Andrade como sendo “o agente motor tanto da produção como da

reprodução dos espaços ocupados”, fazendo com que este processo tivesse “uma forte repercussão sobre a concentração de renda, sobre a concentração fundiária e sobre as relações de trabalho” (ANDRADE, 1988. p.31).

Uma das formas de se avaliar o crescimento da agroindústria açucareira de uma determinada região é a quantidade de cana produzida por aquela região. Sendo assim, tomando como base o ano de 2008-9, verificamos que São Paulo detém a maior produção de cana-de-açúcar do país com 386.061.274 toneladas. Pernambuco hoje se encontra como 7º maior produtor de cana, totalizando neste mesmo período uma produção de 20.359.720 toneladas. Alagoas se destaca no cenário da agroindústria canavieira nordestina com uma produção de 29.220.000 toneladas, ocupando o 5º lugar na produção de cana-de-açúcar (Figura 10).

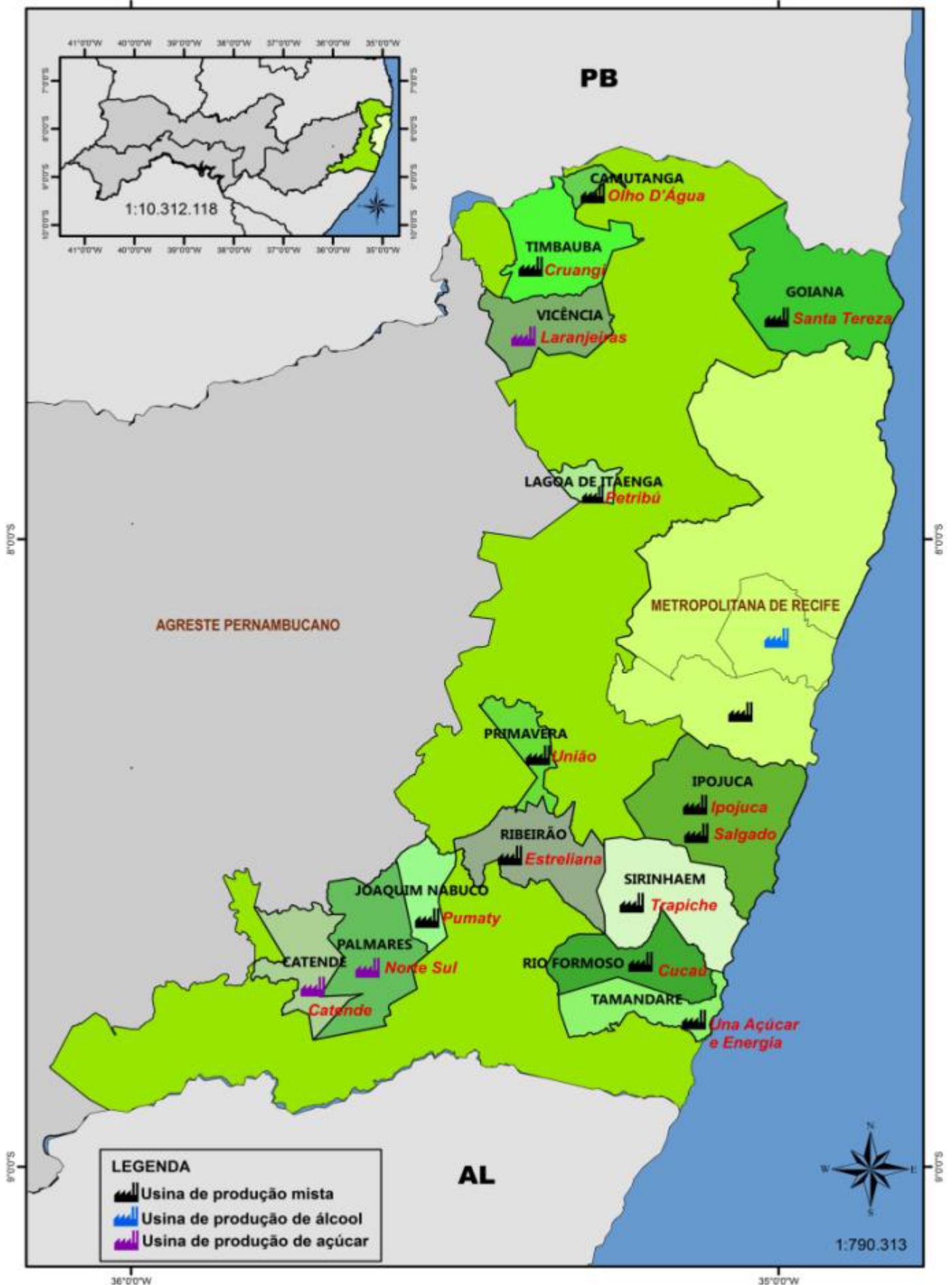
Figura 10: Crescimento da Agroindústria Açucareira por Cana Produzida



Fonte: MAPA, 2009

Atualmente no estado de Pernambuco, das 62 usinas produtoras de cana que correspondia a todo o território da Mata, como visto na figura 08, existem na Zona da Mata Pernambucana apenas 15 unidades produtoras ainda em funcionamento (ver Figura 11). Esta decadência corresponde ao fato de que muitos industriais usineiros, ao perceberem a melhor produtividade de terras e a possibilidade de expansão de sua produção nas novas áreas produtoras de cana, efetuaram o chamado “sucateamento” da usina, ou seja, retirou todo o seu maquinário para ser implantado em um novo espaço e deixou apenas o corpo físico da usina, fechando-a, como no

Figura 11: Espacialização das principais unidades produtoras de cana-de-açúcar na Mesorregião da Mata Pernambucana - 2009



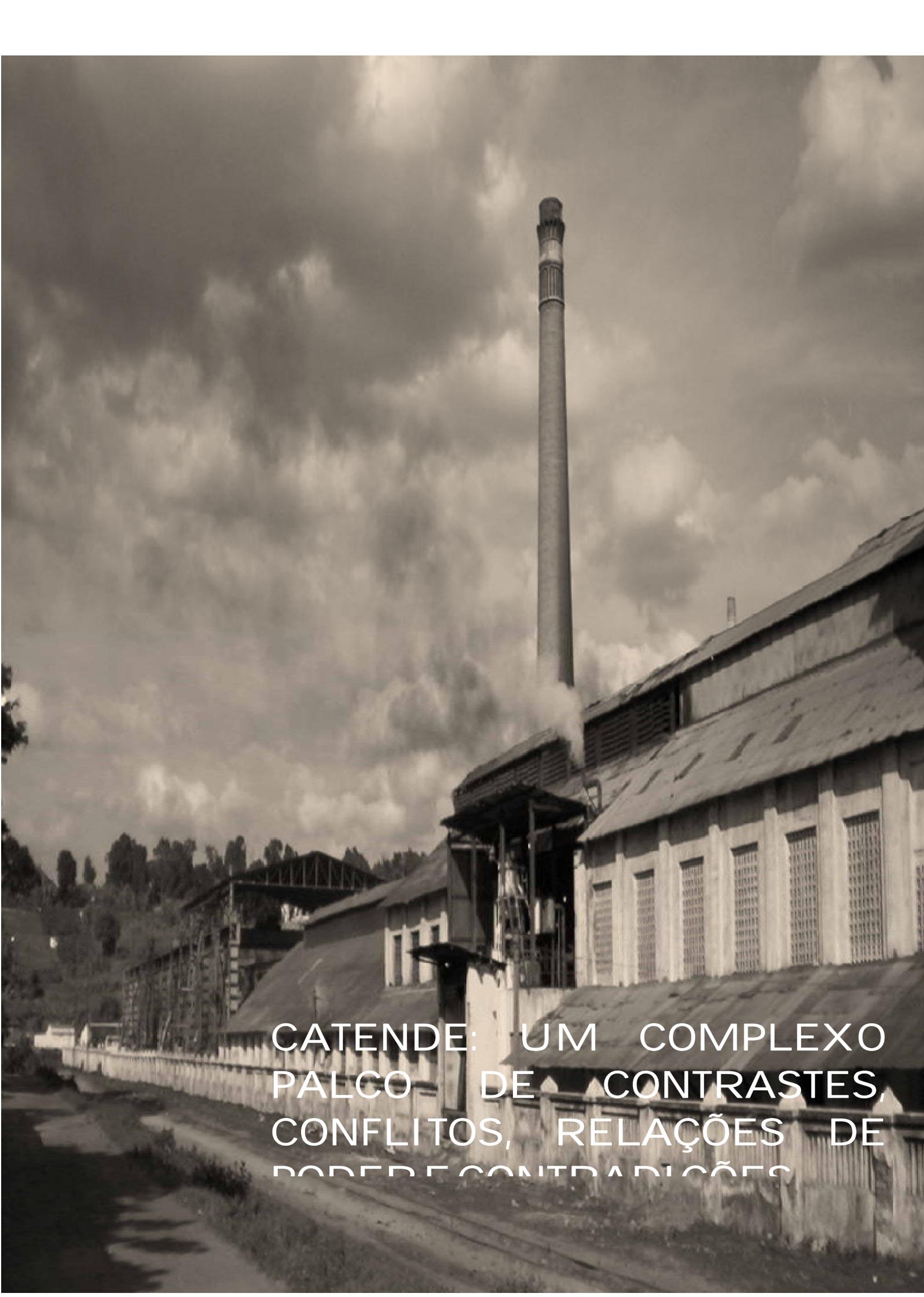
Fonte: SINDAÇÚCAR; ZAPE-EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

caso da Usina Roçadinho, situada no município de Catende e que transferiu sua unidade produtora para a região dos Tabuleiros Alagoanos, no estado de Alagoas.

Outras usinas tradicionais abriram falência como no caso da Usina Central Barreiros, situada no município de Barreiros, deixando milhares de trabalhadores desempregados e com isso ocasionando graves problemas sociais tais como o inchaço provocado nas grandes cidades que não dispõem de infra-estrutura suficiente para abrigar esta mão-de-obra proporcionada pelo êxodo e assim, provocando o subemprego, o processo de favelização destes centros, a miséria, a violência, a fome, a prostituição tanto adulta quanto infantil, além problemas no âmbito da saúde e da educação e outros.

Já outras usinas, como no caso da Usina Catende, situada no município de Catende, que já foi considerada a maior usina da América Latina e passa por um processo falimentar, tornou-se uma cooperativa agroindustrial e, além do cultivo da cana-de-açúcar, proporcionou a diversificação da produção com o plantio de café, tanques para o cultivo de peixes e a produção de gêneros alimentícios para subsistência e venda de excedentes para os mercados locais, ou seja, dando uma nova dinâmica na região outrora dominada pela cultura voraz da cana, embora atualmente esteja passando por uma crise decorrente a tentativa de retomada de seus territórios das mãos dos trabalhadores para as mãos das oligarquias locais, configurada pelo acirramento das relações de poder e disputas pelo território, situação esta que sempre foi dominante nesta região do estado de Pernambuco.

Entretanto, vale salientar que apesar deste quadro de declínio não significa dizer que o setor sucroalcooleiro de Pernambuco passa definitivamente por um processo de decadência no Estado, muito pelo contrário. O que podemos observar no território da Mata Pernambucana é que, as usinas, mesmo em menor quantidade, são responsáveis ainda por boa parte da economia dos municípios que compõe a zona da mata, gerando riqueza principalmente para os seus proprietários e exploração para seus trabalhadores, a partir da exportação de seus produtos para outras regiões do país e também para outros países onde indústrias como a Coca Cola na África, por exemplo, consomem o açúcar produzido pelas usinas de cana da região, como a que é produzida em Trapiche, no município de Sirinhaém.

A black and white photograph of an industrial complex. A tall, slender smokestack rises from the center of the frame, emitting a plume of white smoke. The sky is filled with large, dramatic clouds. In the foreground, a long, low building with a corrugated metal roof and a series of windows with metal grates stretches across the right side. To the left, another building is under construction, showing its steel framework. The overall scene is industrial and somewhat somber.

CATENDE: UM COMPLEXO
PALCO DE CONTRASTES,
CONFLITOS, RELAÇÕES DE
FORTE CONTRADIÇÃO

CAPITULO 3 CATENDE: UM COMPLEXO PALCO DE CONTRASTES, CONFLITOS, RELAÇÕES DE PODER E CONTRADIÇÕES

Este capítulo nos trás um apanhado sobre a usina Catende, no tocante a sua situação tanto no passado quanto a atual, para que assim possamos compreender a conjuntura de crise que se abateu sobre a usina, onde se mostra clara as relações de dominação do território pelas oligarquias locais da zona da mata pernambucana, fazendo daquele território um palco de contrastes, disputas e relações de poder. Entretanto, antes que possamos descrever sobre todos estes problemas, faz-se necessária a prévia localização da área em estudo que será vista a seguir.

3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Catende está localizado na mesorregião da Mata Pernambucana, e especificamente na microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Figura 12), apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 8°34'21" e 8° 48'05" Lat. S e 35°38'08" e 35°49'08" Long. W. Gr. (CPRM, 2005). Tem os seguintes limites (vide Figura 13):

Norte: município de Bonito (pertencente à Mesorregião do Agreste Pernambucano);

Sul: município de Maraial e Xexéu;

Leste: município de Palmares;

Oeste: município de Jaqueira e Lagoa dos Gatos.

O município de Catende ocupa uma área de 206,9Km² correspondendo à, aproximadamente, 0,21% do território pernambucano (Figura 14).

A sede municipal está distante da capital do Estado, Recife, 142km, por rodovia pavimentada e 114km em linha reta, tendo como principais vias de acesso a PE-126 e 120 e está localizada a uma altitude de 168m.

Figura 12: Localização do Município de Catende no Estado de Pernambuco, na Mesorregião da Mata Pernambucana e Microrregião da Mata Meridional

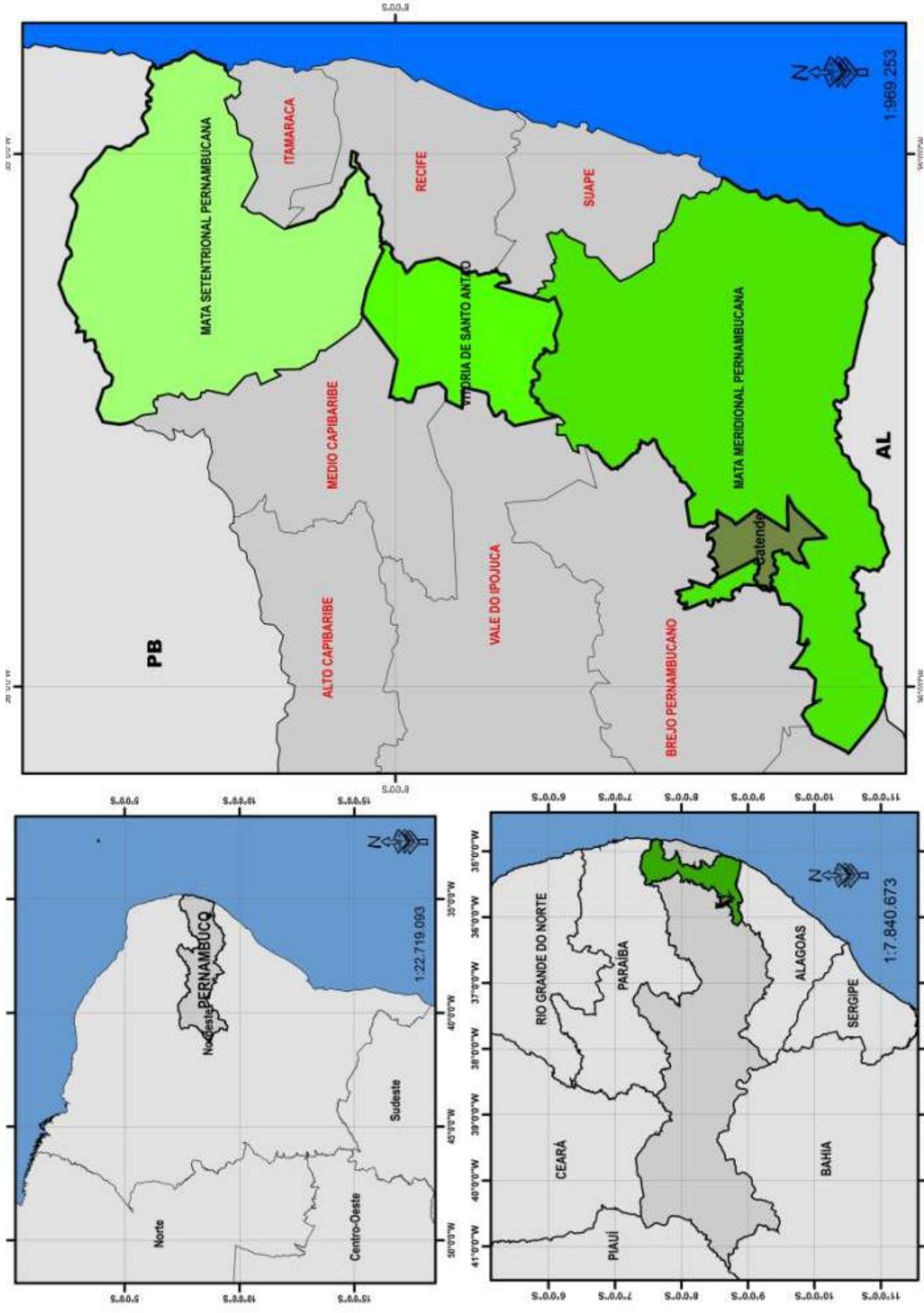
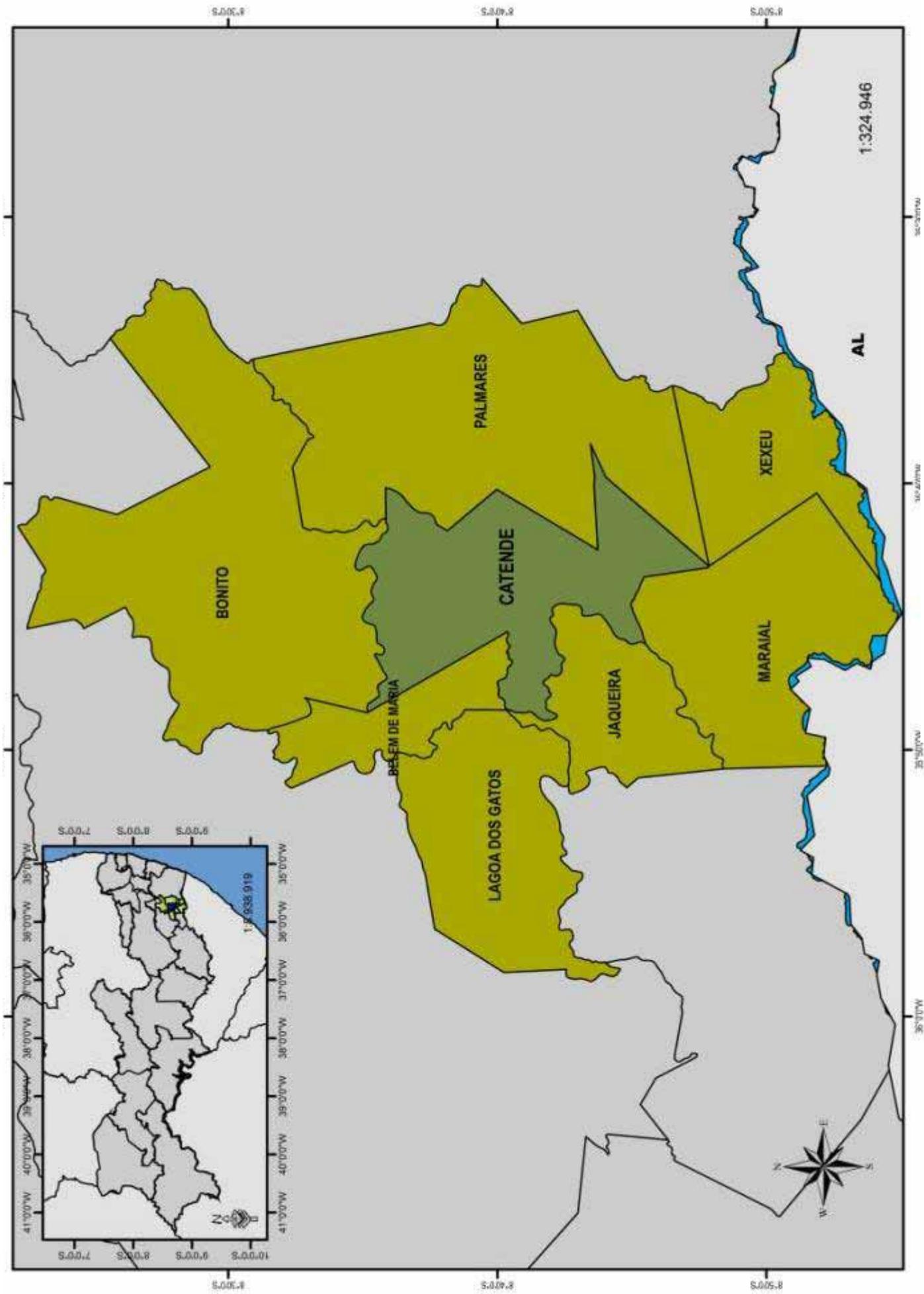
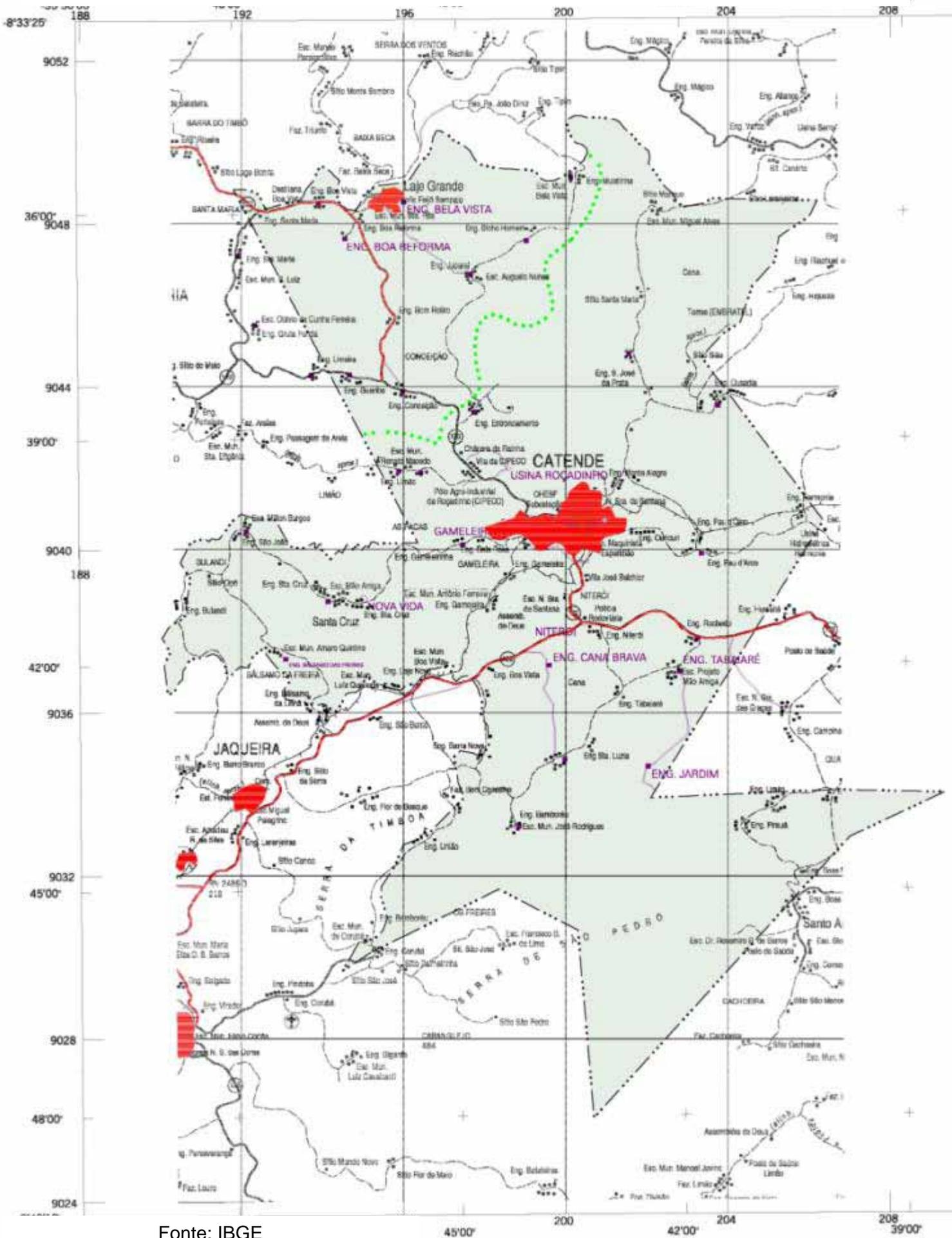


Figura 13: Município de Catende e seus limites municipais



Fonte: ZAPE - EMBRAPA com adaptações feitas por Girlean Cândido, 2011

Figura 14: Município de Catende



Fonte: IBGE

3.2 CONDICIONANTES FÍSICOS

A Zona da Mata Pernambucana, na qual se insere o Município de Catende, tem clima quente e úmido, do tipo As' conforme a classificação climática de Köppen, com índices pluviométricos variando entre 1000mm e 2000mm anuais, e com períodos extensos de chuvas que podem durar até seis meses, sendo distribuídas mais intensamente nos meses de março a agosto. O período mais seco está entre os meses de outubro a fevereiro chegando até cinco meses de estiagem. A temperatura é sempre elevada, variando entre máxima de 25,7°C e mínima de 24,2°C. A precipitação média anual do município de Catende corresponde a 1.472,2mm e o mês mais chuvoso é o de Julho (com 250mm) que também é o mais frio (com 24°C).

Quanto à geologia e geomorfologia, o município de Catende está inteiramente constituído por rochas cristalinas e cristalofílicas do Pré-Cambriano Indiviso, predominantemente os granitos e xistos. (PERH,1998). Predomina uma topografia ondulada, caracterizada por um conjunto de morros e colinas, típico da área onde está inserido o município, ou seja, no Planalto da Borborema, porém com altitudes não superiores a 120 metros. Os pediplanos formados na região são resultantes do alargamento do vale do rio Una e de seus afluentes.

Já no tocante à hidrografia, Catende está em sua totalidade contida na bacia do rio Una a qual tem área de 6.292,9km². O rio Una nasce no município de Capoeiras, especificamente na Serra da Boa Vista, a uma altitude de 900m, aproximadamente, e percorre uma extensão média de 255Km, apresentando uma direção em geral de Oeste-Leste, tornando-se permanente nas proximidades da cidade de Altinho.

Na sua margem direita, o Una tem como principais afluentes o riacho Salobro, o riacho Salgadinho, o riacho Quatis, o riacho da Mandioca, o riacho da Chata, o rio Jacuípe, o rio Pannels e o rio Pirangi que corta o município de Catende e é utilizado pela Usina Catende para abastecimento e lavagem das máquinas e equipamentos, além do despejo de alguns dejetos produzidos pela usina. Na sua margem esquerda, destacam-se o riacho Games, o riacho Gravatá, o riacho Exu, o rio

Mentiroso, o rio Maracujá, o rio Camevô, o rio Preto, o rio Camocim-Mirim e o rio José da Costa (PERH, 1998).

Por estar localizada na bacia do Una, que se estende por duas zonas fisiográficas, a porção a qual corresponde o Litoral-Mata apresenta um tipo de solo mais desenvolvido. Entretanto, apresenta um relevo movimentado, tornando-os mais vulneráveis à erosão. Geralmente estes solos da área de estudo estão cultivados com cana-de-açúcar a baixa produtividade devido à decadência desta cultura em algumas áreas da Zona da Mata Sul.

De acordo com a classificação dos solos da EMBRAPA, o município de Catende é formado por dois tipos diferentes de solo: Latossolo e o Argissolo. O latossolo são os solos que, de forma geral, apresentam maior representatividade geográfica no Brasil. São formados por argilas predominantemente do tipo caulinita, cujas partículas são revestidas por óxidos de ferro, responsáveis pelas típicas cores avermelhadas. Por causa do intenso intemperismo a que são submetidos, a maior parte deste tipo de solo é pobre em nutrientes vegetais. Quando em regiões tropicais permanentemente úmidas, costumam ostentar vegetação de densa floresta, mantida por uma quantidade mínima de nutrientes, rápida e periodicamente reciclada pela vegetação; e o Argissolo que são solos minerais, não hidromórficos, com acúmulo de argila, predominantemente, de atividade baixa, em subsuperfície no horizonte B textural. São desenvolvidos a partir dos mais diversos materiais de origem e abrangem características morfológicas, físicas e químicas muito diversificadas. Variam desde solos rasos a muito profundos. Quanto a seu uso agrícola, os solos de maior potencial são profundos, não pedregosos e em condições de relevo plano a suave ondulado. As principais restrições relacionam-se com a profundidade efetiva limitada, pedregosidade, sodicidade, horizontes que restringem a drenagem, relevo movimentado, susceptibilidade a erosão e o déficit hídrico regional (SECTMA, 2006).

A vegetação da área onde está localizado o Município de Catende é composta por uma floresta subperenifólia densa de porte alto a qual se encontra atualmente devastada ou substituída, em maior área, pela cultura da cana-de-açúcar, porém em alguns locais ainda pode-se encontrar resquícios da vegetação natural primitiva, principalmente nos topos das elevações. Com a retirada para a implementação das

culturas, principalmente canavieiras, algumas áreas posteriormente deram acesso a outras formações nascidas de forma espontânea, porém de porte secundário, arbóreo e arbóreo-arbustiva, sendo o mesmo classificado como “capoeiras”, ou uma vegetação do tipo arbustiva, baixa e rala, caracterizando os “campos antrópicos”, também espontâneo.

3.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO

O aparecimento dos primeiros sítios e engenhos na área onde hoje se localiza Catende ocorreu a partir das doações de terra pelo então Imperador D. Pedro II ao Senador Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti. Nessa ocasião, aí foram implantados os primeiros canaviais e engenhos de açúcar que foram depois vendidos passando então para outras famílias.

A formação do núcleo populacional teve início com a chegada à região do capitão Levino do Rego Barros em 1863. Em 1874 foi realizada a primeira feira no local, sendo esse o primeiro passo para a consolidação do núcleo, determinando a vinda de novos elementos que ali foram se fixando. (IBGE, 1958,p.93).

Por volta de 1882, chega à região a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, que ligava a Estação Ferroviária do Recife à Comarca do São Francisco. A estação ferroviária que edificada no povoado de Catende, ao lado da usina Catende, sendo esta apenas um ponto de desembarque. Hoje essa ferrovia tem como principal objetivo o transporte da cana-de-açúcar de engenhos mais longínquos para a usina Catende, enquanto que a estação encontra-se em precárias condições.

A partir da construção da ferrovia, o município ganhou impulso para se desenvolver e, por força da Lei estadual de nº 991, de 1º de julho de 1909, a sede distrital foi elevada à categoria de vila. No ano de 1928, por força da Lei estadual de nº 1931, de 11 de setembro do mesmo ano, foi criado o município com área desmembrada dos municípios de Palmares e de Bonito. O município de Catende teve a sua instalação concretizada em 1º de janeiro de 1929, sendo a mesma lei criadora do município também a que lhe concedeu foro de cidade. (IBGE, 1958).

Existem duas versões quanto ao significado do nome do município. Em uma delas o nome teria sido originado da corrutela de “Katendi”, proveniente do africano, que significa lagartixa; e a outra “Caa tendi” do indígena, onde “Caa” significa mato e “tendi”, baboso. “Tendi”, na linguagem indígena ainda pode significar pulga do mato ou o que resplandece, que reluz, que tem brilho, tendo, contudo o significado de “mato brilhante”. O significado da palavra indígena é a mais aceita.

3.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Segundo os últimos dados do Censo Demográfico 2010 o Município de Catende conta com uma população de 37.830 habitantes sendo que deste total, 28.877 pessoas são residentes em área urbana enquanto que 8.953 pessoas são residentes em área rural, conforme nos mostra a tabela abaixo.

Tabela 01: Área, População Total, Urbana e Rural, Taxa de Urbanização e Densidade Demografia – 2010

UNIDADE DE FEDERAÇÃO E MUNICÍPIO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE			DENSIDADE DEMOGRÁFICA
		TOTAL	URBANA	RURAL	
Pernambuco	98.146,315	8.796.032	7.049.868	1.746.164	89,62
Catende	207	37.830	28.877	8.953	182,75

Fonte: IBGE Cidades e Estados

Nota-se assim que a densidade demográfica do município de Catende corresponde a 182,75 hab/km², taxa esta considerada elevada se tomarmos como parâmetro a densidade demográfica do estado de Pernambuco que corresponde a 89,62hab/km². Já em analogia à proporcionalidade de habitantes no meio urbano e rural, observa-se que houve um aumento no tocante ao percentual de pessoas que vivem na cidade em relação ao campo, onde 76,33% vivem no meio urbano enquanto que 23,66% da população de Catende vivem no meio rural.

Se tomarmos como parâmetro os dados do Censo 2000, podemos verificar que em relação à quantidade de pessoas que vivem no meio urbano e no meio rural, podemos constatar que houve um aumento no tocante a população urbana da ordem de 1,31%, enquanto que no meio rural, houve uma queda da ordem de

1,32%. Em termos absolutos, verificamos que houve um acréscimo de 6.573 habitantes no município (ver tabela 02). Talvez este valor que resultou no acréscimo populacional resulte do retorno da população, antes moradora em outras localidades brasileiras, a sua região de origem. É importante ressaltar que esta é uma situação atualmente comum ocorrida no Brasil, devido aos investimentos maciços de capitais empregados na região Nordeste, e que atrai milhares de pessoas de outras regiões bem como a volta pra sua área de origem da população nordestina, antes atraída para a região sudeste, através do êxodo rural.

Tabela 02: Evolução da população de Catende entre os anos 2000 e 2010

Catende	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE			DENS. DEMOG. ¹
		Total	Urbana	Rural	
2000	160,3 ¹	31.257	23.451	7.806	194,78
2010	207	37.830	28.877	8.953	182,75

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

¹ A área em 2000 era de 160,3Km²

Vale salientar que a densidade demográfica foi maior no ano de 2000 devido a sua área territorial, que era menor em relação ao ano de 2010, e que foi reajustada pelo IBGE, não somente em Catende, mas também em todos os municípios brasileiros no ano de 2007.

3.5 HISTÓRICO E GESTAÇÃO DA CRISE NA USINA CATENDE

O antigo bangüê no qual originou o engenho Catende é datado de 1829 (ver sua localização no Figura 15), entretanto com a configuração de usina só teve suas atividades iniciadas em 1889, antes mesmo da consolidação da cidade como território autônomo, a partir de um consórcio criado pelos ingleses e por um senhor de engenho da região da mata pernambucana, estando situada dentro do município, na margem esquerda do rio Pirangi, a uma altitude de 153m. Sua primeira razão social se chamava Usina Correia da Silva, mas o nome nunca conseguiu se consagrar, sendo sempre conhecida como Usina Catende.

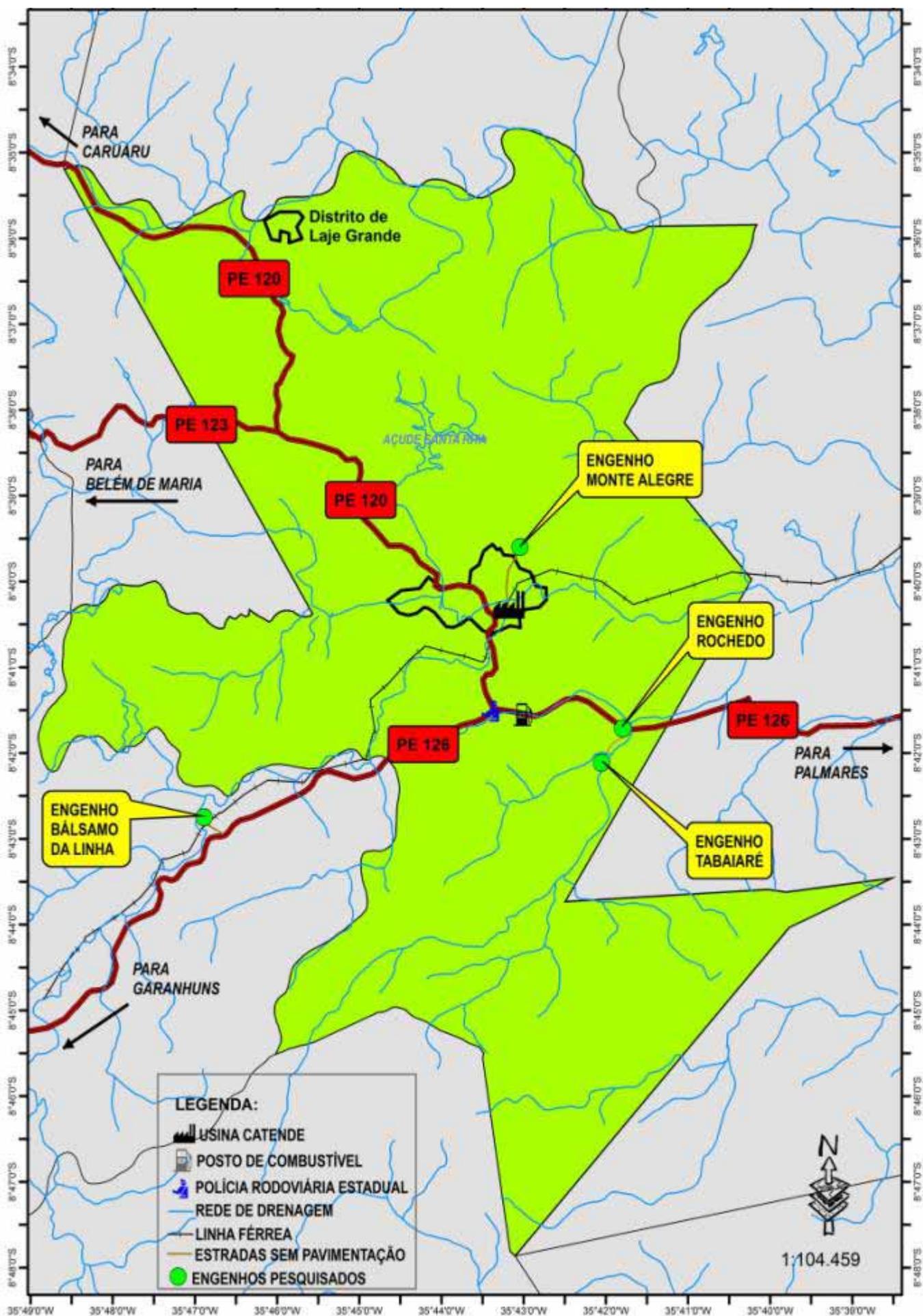
Até o ano de 1892, a usina não havia se desenvolvido, sendo, com isso, entregue ao seu principal credor, o Banco de Pernambuco. Em 1907, a usina foi comprada pela firma Mendes Lima e Cia que, no ano de 1912, a reformou e aumentou a sua capacidade de moagem, passando de uma produção de 200 toneladas para 1000 toneladas de cana processadas por dia.

Apesar de ter sido criada em 1889, foi apenas em 1920 que a usina produziu a sua primeira safra de cana-de-açúcar, ano este que foi contratado para assumir as funções de gerente operacional da usina o Sr. Antônio Ferreira da Costa Azevedo que era conhecido localmente pelo apelido de “Seu Tenente”. Devido ao seu modelo técnico-administrativo diferenciado de gerenciamento, em pouco tempo, aproximadamente nove anos mais tarde, a Usina Catende já era consagrada como sendo a maior usina do Brasil, tanto em produção quanto em capacidade.

Depois da firma Mendes Lima e Cia, a usina fora mais uma vez vendida. Desta vez ao próprio “Seu Tenente” no ano de 1937, tornando-se o próprio usineiro da Catende. Na administração de Seu Tenente, a usina sofreu uma verdadeira revolução que serviu de influência não só para as usinas no entorno a Catende, bem como a toda Zona da Mata Sul canavieira de Pernambuco.

Com um patrimônio avaliado na década de 30, em 43 propriedades agrícolas, uma via férrea de 140 km, 11 locomotivas que faziam o transporte da produção e 266 vagões, a usina possuía uma capacidade de processar em torno de 1.500 toneladas de cana, fabricando 4.000 litros de álcool em apenas 22 horas.

Figura 15: Localização da Usina Catende no município de Catende - PE



Fonte: ZAPE – EMBRAPA, com modificações feitas por Girlan Cândido, 2010

Tinha também um contingente populacional empregado da ordem de 700 pessoas, uma vila operária com 200 casas, uma Casa de Beneficência e uma escola com frequência anual de 50 alunos. Com todo este patrimônio, não em vão que nas décadas seguintes, ou seja, as décadas de 40 e 50, a Usina Catende chegou a ser considerada a maior usina da América Latina.

Na década de 80, mesmo ainda a usina permanecendo como sendo a maior da região Nordeste, apesar da perda do cenário da Zona da Mata Pernambucana em relação ao crescimento da cana-de-açúcar que era produzida principalmente na região Sudeste do país, devido a forma produtiva e ao uso intensivo das técnicas agrícolas de aperfeiçoamento da cana e que ainda hoje sustenta o primeiro lugar na produção, especialmente o estado de São Paulo, começa a enfrentar um processo de decadência. Já na década de 90 foi o período que significou para o trabalhador de Catende uma fase de exclusão social, desemprego, a expulsão de suas moradias e destruição dos sítios.

A história de lutas em Catende se dá a partir do ano de 1993 quando os usineiros, prestes a encerrar as atividades da usina, demitiram 2300 trabalhadores de uma única vez. Foi também neste período, que se abateu uma crise no setor sucroalcooleiro no estado de Pernambuco uma vez que aconteceu o fechamento de, aproximadamente, 18 usinas da região da zona da mata, agravado pelo contexto histórico brasileiro a partir da gênese do processo neoliberal inicialmente visto no governo de Fernando Collor de Mello e acentuado pela escassez de incentivos fiscais e subsídios por causa do fechamento do IAA que também se deu neste mesmo período.

Um dos grandes problemas do encerramento de uma usina é que a mesma não respeita ou acaba não respeitando os direitos trabalhistas nos quais têm direito os trabalhadores, ratificado pela cultura estabelecida desde o período do Brasil-colonial, como já visto, em que os senhores de engenho compunham a força dominante da região, fazendo o que bem entendessem no tocante tanto ao pagamento das dívidas trabalhistas como ao pagamento de suas dívidas. Esta situação esta que se estendeu ao período dos industriais usineiros onde era comum o aceite dos débitos de um usineiro, e como cita o ex-advogado da usina Catende Bruno Ribeiro, sem

que haja cobrança de suas dívidas por parte do comércio, da prefeitura, do judiciário, do governo estadual, se arrastando por cerca de uma década até a sua total extinção. Além disso, para agravar ainda mais a situação, existia a omissão por parte de órgãos oficiais do governo tais como o INCRA que, por exemplo, em uma usina falida, onde ocorresse a demissão de mais de 2300 famílias como no caso de Catende, ao invés de haver a desapropriação total das terras, o INCRA desapropriava apenas um único engenho que mal comportava 30 famílias.

Assim, no contexto da Zona da Mata havia o agravamento da situação, em muitas usinas, a partir do seu fechamento, com o chamado processo de sucateamento, ou seja, a usina quando quebrava, fechava, não pagava a seus funcionários os direitos trabalhistas que lhes eram devidos e seus equipamentos eram vendidos em parte para outras usinas, ou migravam para as áreas de expansão da cana na região Centro-Oeste do Brasil ou suas terras eram agregadas na produção de usinas vizinhas.

Deste modo, voltando ao processo de falência das usinas e a situação na Zona da Mata de Pernambuco, das 17 usinas de cana-de-açúcar somada à Catende que se encontravam no processo de fechamento naquele período, só em débitos trabalhistas deviam mais de 5 bilhões de dólares em dívidas, fazendo com que não existissem compradores interessados nestas usinas devido a amplitude dos débitos. Neste contexto estavam as usinas Mussurepe, Massauassu, Estreliana, Barra, Matari, Aliança, Central Barreiros, além da própria usina Catende com os seus 2300 trabalhadores demitidos além de outros que já haviam sido demitidos anteriormente e prestes a encerrar as suas atividades, com a ânsia de não pagar o que lhe era devido aos trabalhadores.

Tais demissões feitas pela usina Catende provocaram impactos nas economias das cidades que sofrem influência direta ou indireta da usina: Catende, Jaqueira, Xexéu, Palmares e Água Preta (ver sua localização na Figura 16). A usina exercia um papel mais rígido ao que se era visto, porque os usineiros, ainda proprietários das terras e máquinas, exploravam a força de trabalho dos seus subordinados, tirando o que lhes era de direito como os lucros e os dividendos até o limite da falência da usina. Além

disto, os usineiros exigiam o abandono por parte dos trabalhadores de suas casas sem que houvesse o recebimento de seus dividendos os quais tinham direito.

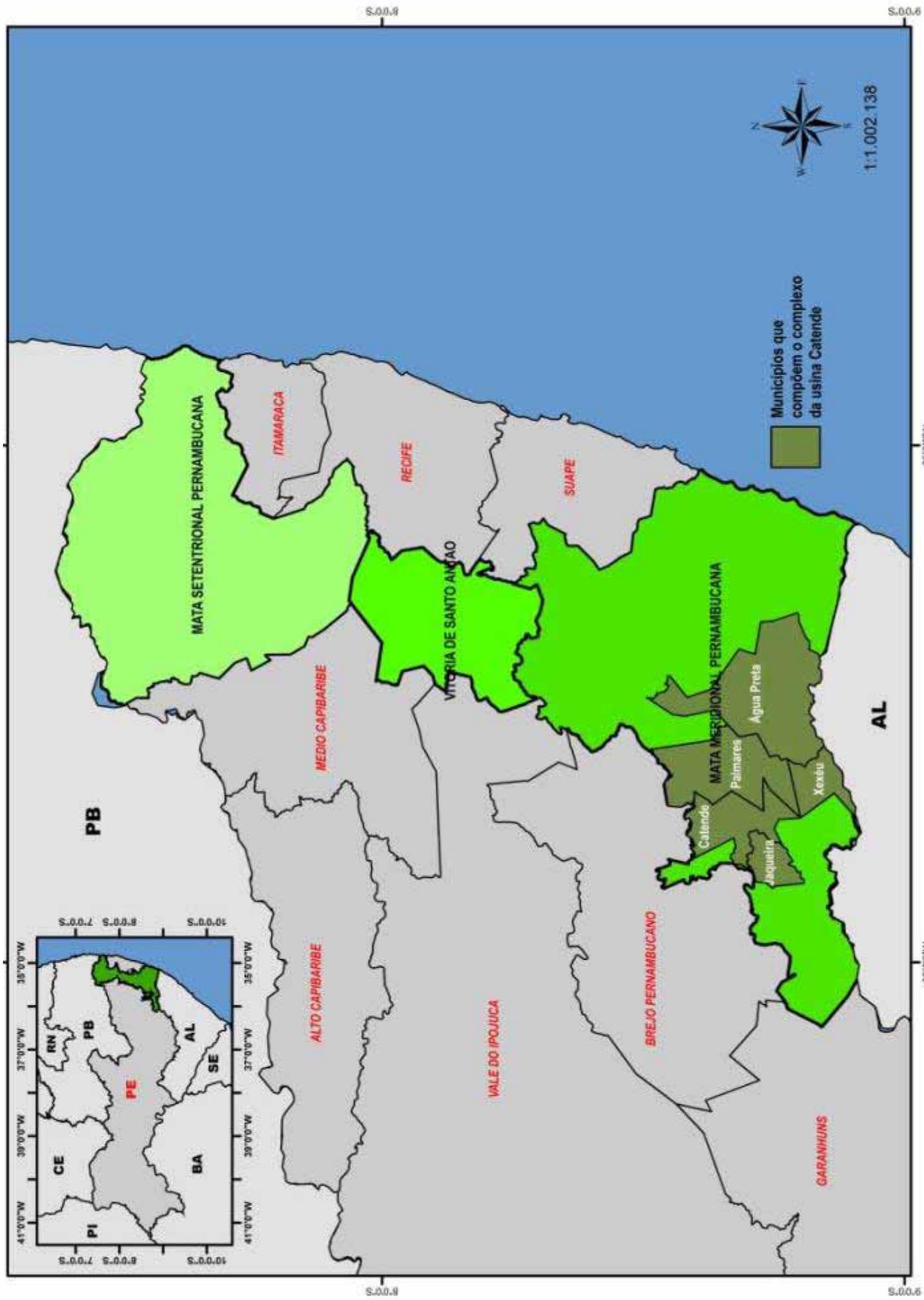
Como forma de protesto pela situação presente, de acordo com o Bruno Ribeiro,

os trabalhadores ocuparam a sede do INCRA a fim de pressioná-la para que houvesse o processo de desapropriação, mas que em nada adiantou, visto seu posicionamento inerte a tal situação. Também houve o pedido a partir da CUT, mas que também não obteve êxito. Foi então que houve a idéia preliminar por parte dos advogados da usina de entrar com um processo falimentar junto à justiça requerendo a posse da usina Catende visando à previsão da continuidade de negócio e assim evitar com que na usina fosse fechada definitivamente ou sucateada pelo antigo proprietário.

Os anos de 1993 e 1994 foram de grandes lutas e greves dentro do contexto usineiro da zona da mata, e como não poderia deixar de ser, também na usina Catende. O ápice se deu em dezembro de 1994, quando em pleno período de colheita e moagem da cana, os usineiros não pagam o 13º salário, e tampouco a quinzena atrasada. De acordo com os dados históricos, a situação da falta de pagamento alegada por parte dos antigos usineiros a época se devia ao fato da escassez de recursos.

Entretanto, em matéria publicada pelo jornal diário de Pernambuco nos primeiros dias do ano de 1995 relata uma grande festa de réveillon promovida pelos usineiros de Catende, regada as mais finas bebidas e as mais caras refeições, enquanto que os trabalhadores de Catende passavam fome. Como forma de protesto, foi deflagrada uma greve que contou com a participação tanto dos trabalhadores que haviam sido demitidos quanto aqueles que ainda estavam ativos, contando principalmente com os que trabalhavam no parque industrial.

Figura 16: Municípios que formam o complexo da Usina Catende



Este fato acontecido com os antigos usineiros foi o fator-chave que uniu os trabalhadores demitidos com os trabalhadores da ativa (unindo assim os três segmentos muito bem representados que era o dos trabalhadores operários, demitidos e os da ativa) e que resultou nesta grande greve que paralisou todas as operações na indústria, justamente no período de moagem. Neste período, portanto, assume o governo do estado de Pernambuco a figura do senhor Miguel Arraes de Alencar, que por sua vez acusou tais líderes do segmento grevista de desestabilizador do seu governo, visto a representatividade histórica ainda exercida pela usina Catende. Foi-se, portanto, necessário um período de cinco meses para que o então governador se convencesse que a melhor saída para a situação da usina Catende fosse realmente o processo de falência, ou seja, em maio de 1995.

3.6 A FORMAÇÃO E O PROCESSO DE SOLIDARIEDADE NA USINA CATENDE

Naquele mesmo ano de 1995, o governo de Miguel Arraes acabou cedendo uma quantia de cerca de 500 mil reais antes do processo de falência para que fosse utilizado como parte de pagamento dos salários atrasados. A consequência disso é que forças políticas que nunca anteriormente haviam se articulado, mas que, por sua vez sempre favoreciam o industrial usineiro, visto que era composto por tais empresários, começou a questionar a atuação do governador, convocando dois pedidos de auditoria junto ao SINDIFISCO e do TCU para questionar por que havia sido emprestado dinheiro a uma usina de cana-de-açúcar, acusando-o de favorecimento.

Para se ter uma idéia da situação e do jogo de interesses, de acordo com Bruno Ribeiro:

Nunca houvera antes uma auditoria nesse sentido, mesmo quando aconteceu a quebra do banco BANDEPE justamente por empréstimos de dinheiro para os industriais usineiros, que por sua vez não efetuavam o pagamento de suas dívidas, nem da parte do SINDIFISCO, e tampouco da parte do TCU contra os outros governos que também emprestavam capitais para as usinas.

Leia-se nas entrelinhas que esta ajuda não era para o antigo industrial usineiro e sim para pagamento de débitos trabalhistas, por isto houve esta pressão por parte destas entidades.

Entretanto, as reuniões que aconteciam no Ministério do Trabalho já não tinham mais o mesmo significado. Não havia mais reuniões sobre negociações salariais, reajustes ou pagamentos de atrasados. Os trabalhadores queriam sim que a usina continuasse a moer, mas sem que houvesse um dono. Começa então a solidificação do processo de autogestão solidária em Catende a partir do despertar de uma consciência em que o trabalhador deixa de ser um simples funcionário subalterno às vontades de um patrão para se transformar em dono de uma grande indústria de cana. Entretanto o movimento solidário em Catende surgiu não apenas como um meio filosófico ou ideal como aconteceu em outras empresas que tiveram como suporte as estruturas da economia solidária, muito pelo contrário, surgiu como um meio de necessidade, como um meio de garantir o emprego e renda de cerca de 2000 famílias.

Assim, a partir da associação das três entidades sindicais FETAPE, CONTAG e a CUT e em cooptação com os trabalhadores, consolidaram em definitivo com um pedido falimentar através de ação judicial da Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro (razão social da usina) junto à justiça e o reconhecimento da falta de legitimidade do patronato para a negociação com os trabalhadores, fazendo com que o maior credor da usina assumisse a sua gestão que no caso era o Banco do Brasil, no ano de 1995. A partir deste momento, tendo como base a Lei de Falências de 1947, os patrões da usina reconheceram a falência da mesma. Este fato ficou caracterizado como a primeira falência judicial em uma usina de cana-de-açúcar no Nordeste.

A partir de então, o Banco do Brasil gerenciou a usina que era constituída neste período por 26 mil hectares de terra, diversas casas grandes, bens móveis e imóveis, 32 caminhões além de máquinas, tratores, um parque industrial e a hidrelétrica. No entanto, o banco quis liquidar a usina em 1997 por acreditar que os investimentos feitos não seriam convertidos em lucro devido à crise decorrente no setor sucroalcooleiro.

Naquele momento a usina tinha um patrimônio avaliado em R\$ 62 milhões, mas só em dividas trabalhistas, a usina devia cerca de R\$ 67 milhões. Em consequência dos débitos trabalhistas serem superiores ao valor patrimonial da usina, os trabalhadores conseguiram embargar, com a ajuda do então governador do estado

Miguel Arraes, a venda da usina criando em 1998, uma empresa inédita administrada pelos próprios trabalhadores sob o regime de autogestão.

As atividades da Companhia Agrícola Harmonia (nome este dado a empresa dos cooperativados) começaram em julho de 1998, iniciando-se assim o processo de co-gestão *a priori* entre os trabalhadores, representado pelos sindicatos e associações de moradores e o poder judiciário.

Por falar nos sindicatos, estes no período inicial da Companhia Agrícola Harmonia, sempre exerciam um papel não apoiando a sua formação. Somente a partir da consolidação da Cia. Harmonia, é que houve uma aproximação maior dos sindicatos a questão da cooperativa conforme cita Joel, ex-diretor de produção da usina:

Os sindicatos tinham na época uma visão que não era muito boa. Inclusive tava existindo um movimento de conscientização, retomada de muitos sindicatos que na verdade não eram sindicatos, eram simplesmente pacificadores. Tentavam, pelo menos na região, ao invés de firmar sua posição em defesa dos direitos dos trabalhadores, muitas vezes acabavam prejudicando, fazendo acordo, essa coisa toda... era uma situação bem complicada. [...] Entre os anos de 1999 e 2000, os sindicatos começaram a se aproximar na verdade, representando os trabalhadores, começaram a se aproximar mais da gestão, ter mais vez, dar opinião nesta questão [...] a se envolver mais no projeto. Joel, ex-diretor de produção

Posteriormente, no ano de 2004 a Cia Agrícola deu lugar ao projeto Cooperativa Harmonia, assumindo as funções administrativas da usina Catende, sob o formato de uma sociedade anônima autogestionada. E para que esta autogestão pudesse dar frutos, buscou-se junto a ANTEAG a assessoria jurídica necessária a para a formação do estatuto da nova empresa.

A ANTEAG define esse regime de autogestão que é inédito na área de domínio canavieiro da Mata Sul do Estado de Pernambuco como sendo:

Um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Autogestão também significa autonomia. Assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios profissionais que integram diretamente a empresa (www.anteag.org.br).

Como política coletiva de autogestão, a ANTEAG defende que:

Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias (idem).

Sendo assim esses empreendimentos autogestionários na teoria apresentam como dono o próprio trabalhador. É o trabalhador que decide sobre sua própria vida e isso faz o grande diferencial em relação à empresa privada, pois, na autogestão:

- a) ao sentir-se como proprietário coletivo da empresa, o trabalhador passa a assumir maiores responsabilidades e os riscos do negócio. Sentindo-se mais importante e, com maior auto-estima, aumenta a motivação;
- b) as necessidades e expectativas pessoais de cada trabalhador, como os sentimentos, sonhos e segurança futura são tratadas coletivamente e com condições de serem atendidas;
- c) o trabalhador pode fazer aquilo que deseja para ser mais feliz. As escolhas pessoais determinam a disposição para o trabalho; e
- d) cada dono deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão. (www.anteag.org.br).

Assim, desde 1998 a partir da falência da usina, começa a atuar a Cia. Agrícola Harmonia que posteriormente se transformou em Cooperativa Agroindustrial Catende Harmonia, que surge com a finalidade inicial de administrar a falida usina Catende, sob o prisma da autogestão e calcado nos moldes da economia solidária.

O projeto em sua totalidade foi constituído essencialmente pelos trabalhadores credores da antiga usina Catende, ou seja, as mais de 4000 famílias que somados chega a aproximadamente uma população de 12.000 pessoas nos cinco municípios nos quais a usina Catende possui território. Uma das principais características desta população é ser composta pelos agricultores dos engenhos, bem como pelos operários oriundos do quadro da usina Catende, que por sua vez é predominantemente do sexo masculino, e apresentam altas taxas de analfabetismo. Além disso, o nível médio de renda desta população corresponde a um salário mínimo.

No processo de formação da autogestão, foram firmados vários acordos entre a cooperativa e instituições mediadoras que prestaram apoio ao empreendimento tais como a FETAPE, a CUT, a ANTEAG, bem como a ONG Fase, o CENTRU, e o centro Josué de Castro, onde, de acordo com Gonçalves, tais mediadores podem desempenhar duas funções: tanto servem para contribuir, através de sua ação solidária, para somar forças e para que haja o fortalecimento, servindo como um valioso apoio, bem como para que haja a ativação de disputas e conflitos (GONÇALVES, 2004).

Ainda sobre esta questão dos mediadores, em geral, suas ações em Catende serviram para somar idéias à questão da cooperativa. Em muitas destas ações, surgiram boas idéias no tocante à aplicabilidade de projetos que viabilizassem uma nova forma de produzir no território antes dominado pela cana em Catende. Entretanto, muitas destas idéias foram aplicadas, porém não houve continuidade, uma vez que muitos destes projetos se tornaram inviáveis, justamente pela falta de acompanhamento por parte destes parceiros, caracterizando assim a falta de uma melhor integração destes agentes mediadores à Catende, conforme cita Joel, ex-diretor de produção:

O problema que tem acontecido é que mesmo com a participação de todo mundo, os resultados, o fruto, por exemplo, das intervenções que a gente teve até hoje, né? Tem muita coisa de problema interno, que ninguém vai ficar carregando ninguém nos braços, na verdade, mais eu acho que alguma coisa de estrutural devia ter ficado, deve ser pensado no ponto de vista da continuidade para que aquilo do que foi implementado na verdade tenha uma condição de continuar. Geralmente vem através de projetos, encerrou o projeto, acabou as atividades, o agricultor fica só. Quem tem persistido mais aqui e atuado, dando uma força a mais é o centro Josué de Castro, mas tem uma quebra muito grande na questão da continuidade também. Na continuidade, no acompanhamento e suporte. É preciso um acompanhamento permanente e não deixar parar.

De acordo com Schäfers (2007), existem dois tipos organizacionais no atual formato de gestão de Catende: o trabalho assalariado e a agricultura familiar. No trabalho assalariado, existem tanto profissionais safristas como também os fichados. A diferença entre estes dois tipos de assalariados está no formato de seu trabalho.

Enquanto que o fichado trabalha todo o ano para a usina, exercendo a função de corte na safra e limpa de plantações durante a entressafra, o trabalhador safrista é

temporário, exercendo atividades profissionais apenas no período da safra e no seu término, fica sem emprego formal, tendo que sobreviver de bicos. Na totalidade de 4.300 famílias envolvidas no projeto Harmonia, cerca de 3.600 estão no campo enquanto que 1.200 vivem diretamente de um salário.

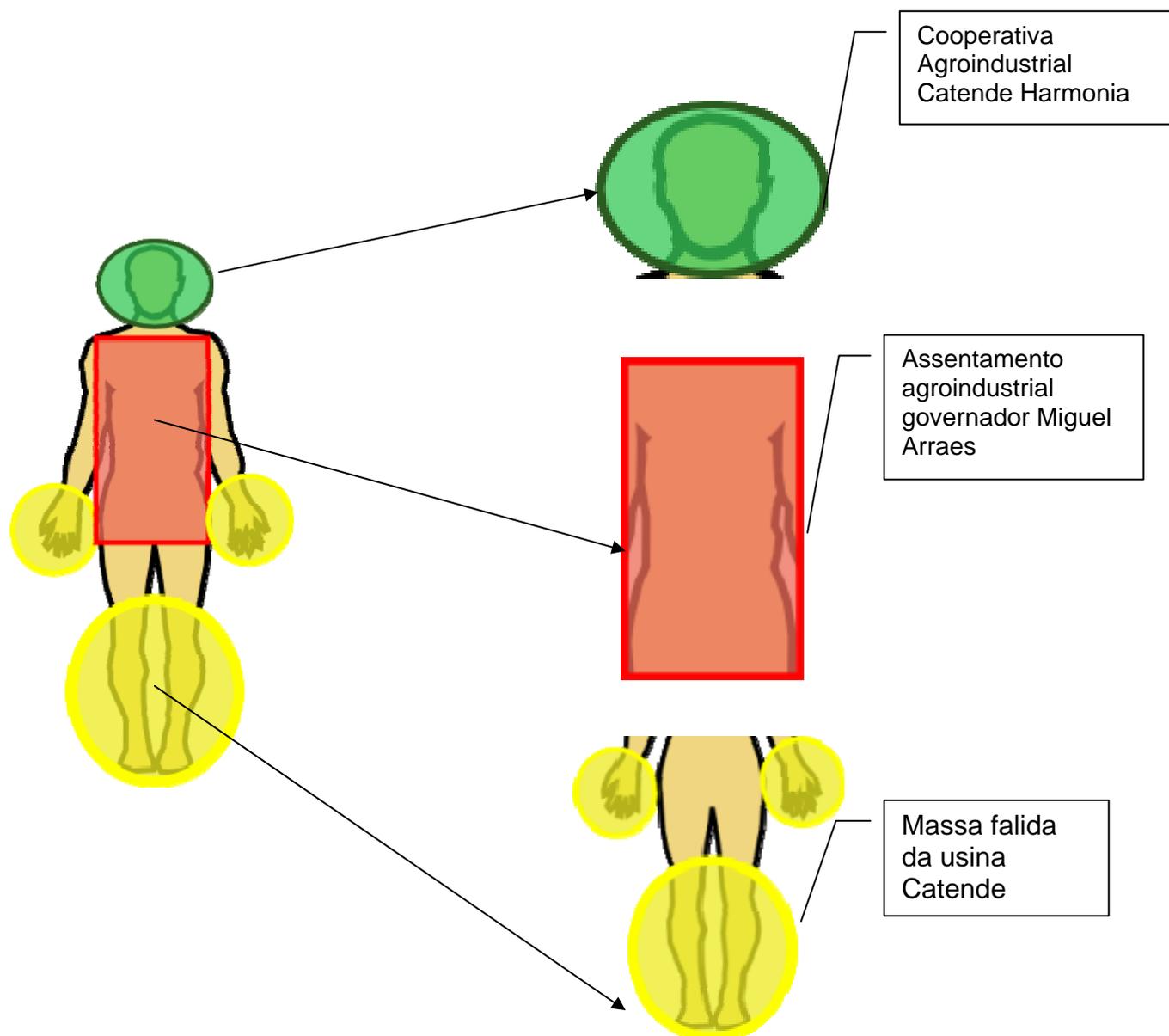
Entretanto, os safristas também tinham a possibilidade de ingressar na agricultura familiar como forma de complemento em sua renda, havendo assim uma maneira de subsistência no período de entressafra bem como seria uma forma encontrada pela gestão para que não houvesse a migração de mão-de-obra dos associados a outras áreas de plantio/colheita de cana, ou a sua empregabilidade em outras atividades. Tal situação vista se transformou em um ineditismo no tocante às relações de trabalho na Zona da Mata, uma vez que deixou de ser um trabalho compulsório, escravo e desleal para se transformar em um modo de trabalho mais digno. E esta situação acabou provocando um sentimento de receio por parte dos industriais usineiros e oligarquias locais que temiam que suas terras se transformassem em uma nova Catende. Talvez isto explique em parte a situação ocorrida recentemente e o golpe que foi imposto por tais senhores, detentores do poder local e oligárquico a usina Catende hoje, conforme será visto mais adiante.

Se pudéssemos fazer uma comparação entre a estrutura física observada na usina Catende e a estrutura física de uma pessoa, poderíamos chegar à seguinte conclusão:

- A cabeça seria a representação da Cooperativa Agroindustrial Catende Harmonia;
- Os membros seria a representação do parque industrial, ou seja, a massa falida da usina Catende;
- O corpo seria a representação das terras do assentamento agroindustrial governador Miguel Arraes.

Visualmente, o exemplo poderia ser da seguinte maneira:

Figura 17: Representação de Catende Segundo o Corpo Humano



Fonte: Elaborado por Girlan Cândido, 2011

Entretanto, o que está acontecendo atualmente é que está havendo uma desproporcionalidade na questão referente à estrutura do corpo da usina Catende uma vez que a massa falida da usina está com um volume superior aos demais membros do corpo, uma vez que a mesma está passando por problemas relacionados à sua gestão, proveniente do modo de administração do síndico da massa falida e que, por sua vez, está agindo como numa espécie de doença, desregulando toda a sua estrutura, comprometendo todo o seu funcionamento e dificultando o seu deslocamento rumo ao futuro.

Na verdade, os problemas da massa falida é que estão pondo em risco todo o funcionamento do corpo da usina Catende uma vez que a mesma ainda está com o processo de falência em andamento (cujo porquê deste processo será visto mais adiante), dependendo da vontade do poder judiciário que indica a seu bel prazer um administrador que não está com o mínimo de interesse nas questões que realmente interessam aos trabalhadores de Catende porque é ligado ao poder local que quer desestruturar a todo custo a cooperativa e que, por sua vez, tais trabalhadores é que acabam sendo os maiores prejudicados em todo este processo.

Sobre a situação da massa falida em relação aos demais órgãos da usina Catende, Manoel, o presidente da associação de moradores do engenho Rochedo afirma que:

O parque industrial não é coletivo não (...) lá quando fala coletivo, não fala da usina (o interlocutor se refere à parte da indústria que é a massa falida). Agora só que antes era junto e misturado né? Antes era um acordo de uma empresa com o assentamento e agora este acordo foi quebrado (devido a forma de administrar do novo síndico), mais eles ainda continuam com as rédeas né?, com o contrato em carteira de trabalho.

Esta última frase do presidente da associação é curiosa visto que, mesmo sendo o trabalhador de Catende proprietária da usina como um todo por direito, o síndico pode demitir o trabalhador do parque industrial porque a maioria dos trabalhadores da massa falida tem vínculo empregatício com a fábrica, ou seja, tem carteira assinada. Como justamente a fábrica ainda não foi desapropriada, tais relações de trabalho podem ser legitimadas em uma área de solidariedade como Catende, isso graças à falha do formato de desapropriação do INCRA que não consolidou a desapropriação da massa também quando expropriou as terras da usina.

Estruturalmente a atual gestão da usina se caracteriza da seguinte forma: conforme já citado, tal projeto tem por finalidade a criação de um sistema autogestionado que tem como principal ponto a participação dos trabalhadores na deliberação da empresa. A usina tem por um lado um caráter representativo, ou seja, é representada por uma diretoria, pelo conselho gestor e pela cooperativa onde cada um tem um objetivo a ser cumprido. A cooperativa, por exemplo, tem como fim a aquisição de insumos e equipamentos para os trabalhadores. O conselho gestor é formado pela diretoria, presidentes das associações de moradores, técnicos e encarregados da usina e produção. Já a diretoria fica responsável pelo planejamento

da produção a partir da elaboração de propostas para composição de planos sobre as questões de finanças e de investimento do projeto e é composta pelo síndico da massa falida, os assessores do projeto Harmonia, os funcionários da cooperativa, educadoras dos projetos de jovens e a administração dos chalés. Por outro lado, apresenta um caráter participativo onde as reuniões estão (teoricamente) sempre abertas a todos os membros do projeto, mas que por sua vez somente comparecem os convocados por uma lista produzida pela diretoria. Os não convocados acabam ficando à margem por achar que não são bem vindos na referida reunião, caracterizando assim uma participação desigual por parte das associações no conselho (SCHÄFERS, 2007).

Na prática, as reuniões que são feitas se apresentam de uma forma em que não é realmente levada em consideração a verdadeira opinião do trabalhador, visto que não é ele bem ao certo que leva as sugestões de pauta para que sejam discutidas junto aos diretores (que também são trabalhadores) e assim chegarem a um consenso do que realmente seria necessária para a totalidade, conforme cita a regras de uma verdadeira empresa que tem como base a solidariedade.

As irregularidades já iniciam no elenco de alguns trabalhadores que são convocados em uma prévia lista, privando o direito de participação dos demais, o que já fere os ideais da economia solidária que, conforme já visto no capítulo primeiro, todos têm direito a participação e a voto. O que se vê em Catende é que as resoluções são aplicadas de maneira vertical e não horizontal, ou seja, as resoluções são tomadas de cima pra baixo, como em uma empresa comum, em prévias reuniões com os conselhos deliberativos da usina e a partir daí, as pautas consideradas mais importantes para os interesses dos diretores é que são postas em votação para os demais integrantes da cooperativa. Isto sem falar sobre as relações entre os gerentes da usina e os trabalhadores, onde tais relações são consideradas abusivas e violentas. Para que possamos ter idéia, vejamos o relato de uma moradora abaixo:

Ah meu filho, aqui é assim. Se você não fizer o que eles querem, eles ameaçam não pagar a sua quinzena, a não pagar a produção (da cana do morador) e se não pagar a gente vai viver de que? Moradora de Balsamo da Linha, 37 anos.

Tal relato da moradora se refere à forma em que são tratados os trabalhadores da usina Catende, no caso em relação à atuação dos trabalhadores que se negam ou que não estão a favor da assinatura do PRONAF para o recebimento da quantia que é retirada em nome do trabalhador, uma vez que tal valor acaba sendo repassado para a cooperativa. Desta forma as relações de violência que antes eram vistas apenas no período em que a usina possuía um proprietário, estão sendo reproduzidas também numa sociedade que teoricamente deveria pregar a solidariedade e os direitos iguais entre cooperativados.

Outra moradora do engenho Bálsamo da Linha também se queixa da forma em que ela é coagida a assinar os papéis do empréstimo de dinheiro, alegando que as verdadeiras informações acerca da finalidade do dinheiro não são repassadas de maneira clara para o trabalhador:

Na reunião pra falar sobre esse PRONAF que eles faz aqui, não é explicado pra gente pra que serve este dinheiro. O que a gente sabe é que dos quatro mil (reais) que a gente tira como empréstimo, vai tudo direto pra usina. A gente não recebe nada.

Moradora de Bálsamo da Linha, 33 anos

Nestas reuniões existentes para “discussão” dos problemas da usina, tais trabalhadores voltados à agricultura familiar estão mais engajados no projeto do que os demais operários, ou seja, tendo mais identidade como projeto. Isto se explica pelo fato de que foram os próprios agricultores familiares os principais responsáveis pela constituição do projeto e por sua vez possuem mais autonomia nestas reuniões visto que, já que os mesmos plantam a própria cana, cria o interesse maior em participar de tais reuniões além do empenho em querer discutir melhorias para a sua produção.

Já os demais operários safristas que trabalham no projeto, apesar de ser maioria em tais reuniões, não discutem sobre as pautas de reunião, sendo os mesmos representados pelos funcionários e técnicos da usina. Este fato se explica pelo temor dos safristas que, ao entrar em atrito com as decisões impostas pelos diretores, acreditam que na próxima safra não serão contratados. Existem relatos que alguns reclamaram da ausência de pagamento com o encarregado da usina e

estes mesmos trabalhadores posteriormente teriam tido sérias dificuldades empregatícias.

Nestas reuniões, geralmente quem tem a palavra de maior peso são apenas os assessores que estão mais ligados à diretoria. Os que não têm muito contato, geralmente não tomam a palavra a si, caracterizando aí uma cultura de submissão ainda presente e muito forte (idem).

Daí já poderíamos fazer uma indagação: será que em Catende realmente se põe em prática os preceitos de uma verdadeira empresa econômico-solidária? Em outras palavras, o que se faz em Catende pode ser considerada verdadeiramente como praticante de uma economia solidária?

Com a saída do antigo dono, foi convocado pelos credores da usina, no caso representado pelo Banco do Brasil, o nome de um síndico para que o mesmo fizesse toda a administração da usina (massa falida), agindo como uma espécie de gerente da massa falida, a partir do regime autogestionado. Foi quando assumiu o Sr. Mário Borba, o primeiro síndico da gestão da usina Catende enquanto massa falida.

Assim, teve início o desenvolvimento da autogestão em Catende. Logo no primeiro ano, a gestão continuou a sofrer com as auditorias solicitadas pelo SINDIFISCO e pelo tribunal de contas, o que significou a primeira vitória dos usineiros e políticos contrários ao novo formato de gestão de Catende, a partir da não continuidade no fornecimento de verbas para que fossem empregadas nas contas da massa falida, deixando de favorecer assim o trabalhador. Mais tarde, daqueles R\$ 500.000 emprestados pelo governo do estado de Pernambuco, a fim de quitar os débitos trabalhistas com o término da safra, acabou todo ele sendo devolvido pela gestão da cooperativa ao governo estadual, não restando a cooperativa nenhuma outra verba disponível para a manutenção do maquinário da usina, tampouco para manter a mão-de-obra dos trabalhadores na entressafra. O resultado disto foi as contas negativadas por mais um ano

Com o confisco de repasse de verbas por parte do governo estadual a usina, devido à auditoria feita conforme já descrito anteriormente, a maneira encontrada pelo

então governador Miguel Arraes para que houvesse algum tipo de pagamento e manutenção dos funcionários da usina foi através do fornecimento de cestas básicas, ou seja, nos primeiros seis meses da autogestão de Catende, os trabalhadores somente sobreviviam com o fornecimento dessas cestas básicas, sem que houvesse qualquer outro tipo de pagamento salarial.

Outro problema encontrado naquele período era referente ao tratamento por parte das lideranças da usina com o próprio trabalhador. Em muitos casos, a venda do açúcar era feito de maneira antecipada e, devido à questão da agiotagem, era vendido com valores inferiores ao preço que era justo no tocante à produção feita pela usina, o que impossibilitava o pagamento dos salários em dia.

Em outros casos, também havia o atraso do pagamento por parte dos compradores do açúcar refletindo assim também em atrasos salariais, situações estas que de certa forma acabavam gerando a desconfiança do trabalhador que não compreendia o porquê de estar trabalhando tanto e no final do mês não obter qualquer resultado favorável ao seu benefício. Mesmo assim, com todos estes problemas, a usina retomou a produção, chegando a produzir 700 mil sacas, em 2003 e movimentando recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

A expansão representada pelo acesso a terra por parte dos trabalhadores-credores sobre o aspecto de agricultura familiar, acabou obrigando a necessidade da organização de uso dos bens coletivos bem como os direitos e deveres de cada trabalhador (SCHÄFERS, 2007).

Assim foi criado o programa “Cana do Morador” que tem como principio o estímulo à plantação da sua própria cana-de-açúcar, e por meio do qual os trabalhadores tinham o dever de repassar toda a sua produção para a usina, aumentando assim as estimativas da safra, que já vem apresentando resultados desde os últimos anos onde a produção saltou de 13 mil toneladas para 130 mil toneladas. Com o tempo, foi distribuída uma renda de mais de R\$ 4 milhões para os trabalhadores, com a regularização parcial do pagamento dos salários, visto a falta de capital de giro que não possibilitava o concreto acerto salarial. Como conseqüência o pagamento era parcialmente efetuado, ou seja, pagava-se um mês, no mês seguinte o salário era

pago com cesta básica, outras vezes eram pagos dois meses de salários atrasados, e assim sucessivamente, além de projetos coletivos de diversificação produtiva que serviam como alternativa à cultura da cana tais como a agricultura familiar, fábrica de ração, piscicultura, pecuária, associação de jovens e o programa de saúde da mulher. A empresa também se destacou como a empresa que conseguiu erradicar a mão-de-obra infantil dos seus canaviais, graças ao esforço feito pela gestão da cooperativa, o que lhe rendeu o prêmio Empresa Amiga da Criança da ABRINQ.

Em se tratando da questão da diversificação produtiva, até antes da entrada do novo síndico, houve um grande destaque na produção de tais culturas e práticas diversificatórias que tiveram como parceiras várias instituições governamentais e ONG's tais como o Centro Josué de Castro. Vale ressaltar que áreas que antes eram utilizadas pela cultura da cana, deram acesso a novas modalidades de culturas agrícolas, configuradas como novas territorialidades, visto no sentido de dar uma nova qualidade ao território da cana, tais como banana, milho, feijão, batata e mandioca, conforme será visto posteriormente, onde a produção *a priori* era em escala de subsistência, mas com intenção de venda de excedentes em feiras locais, visando assim combater a exclusividade da atividade monocultora.

Estas atividades também se deram em áreas que não foram exploradas em sua totalidade pela cultura da cana, mas que também não se configuram em áreas de mata. A inclusão do processo de diversificação no território de Catende foi pensado para que pudesse haver a inclusão de um contingente populacional que não apresenta vocação para a produção da cana de açúcar, promovendo-a em outros segmentos que não sejam ligados à cana e também como forma de manter a população dos engenhos da usina em suas áreas de origem para que não haja a migração da mão-de-obra de Catende nos períodos de entressafra da cana.

Por se tratar de culturas que embora não sejam tão novas para a realidade local, mas sim inéditas sob o ponto de vista comercial, configurando um processo de reterritorialização de culturas conforme conceito citado no capítulo 1, foi feito pelo corpo autogestionado da usina a identificação dessas aptidões para as populações locais e a partir disso, a identificação das melhores áreas para a implantação de tais tipos diversificados de cultura. Além disso, também foram feitos esforços para que

fosse buscada a questão da sustentabilidade tanto pelo lado socioeconômico quanto ambiental.

Quanto ao destino dos produtos produzidos que foram originados da produção diversificada, a usina apresentou como solução a sua comercialização em mercados que oferecem potenciais de venda tais como as prefeituras através do fornecimento destas para a merenda escolar, através também da CONAB, associando a produção no programa de compra e venda antecipada (da mesma forma que é feita com a venda da cana) e também sua comercialização na CEASA do Recife, através de um plano logístico que se adéque ao escoamento desta produção.

Assim, demonstraremos de maneira breve a situação de algumas das culturas que já estão sendo empregadas enquanto culturas de diversificação produtiva no território da cana em Catende.

- a) Banana: atualmente, a cultura da banana é produzida por 400 produtores, já gerando uma pequena renda regular para cada produtor. Comparando-a com a produção de cana, a produção de bananas se caracteriza por ser relativamente pouco exigente de capitais e de mão-de-obra e sua cultura é desenvolvida as margens de rios, córregos e açudes, ocupando espaços produtivos complementares as da cana. Assim, a usina apresenta como proposta o cadastro e capacitação de produtores para que façam melhorias no plantio dentro do novo formato de zoneamento de áreas do assentamento através de locais mais adequados tanto economicamente quanto ambientalmente falando; providenciar espaços nos comércios locais (feiras livres de Palmares e Catende) para escoamento de mercadorias, além da implantação de uma unidade de processamento de doces, geléias e compotas para beneficiamento da banana.
- b) Pecuária: existem cerca de 1.536 cabeças de gado, mais 932 unidades de ovinos e caprinos em uma área de 1600 hectares de terra pertencentes à usina e que possui um contingente de cerca de 727 trabalhadores para essa finalidade.

- c) Piscicultura: a usina implantou cerca de 220 viveiros de peixes em 26 propriedades para consumo próprio (vide modelo na Figura 18). Entretanto, a cooperativa Harmonia afirma apresentar potencialidade para ter mais 400 tanques-rede em áreas de água armazenada para a criação de peixes, em barragens já existentes, sem que haja a necessidade para se cavar mais nenhum açude de acordo com a avaliação feita pela cooperativa. O principal tipo de peixe a ser utilizado é a tilápia por ser um dos peixes mais aceitos no mercado. Em se tratando de escala comercial, a cooperativa afirma ter uma produção em torno dos 43.500 alevinos por ano.
- d) Café: Embora já produzido experimentalmente (ver Figura 19), sua adaptação foi muito boa, entretanto o manejo e comercialização não foram encarados como prioridade o que levou a um resultado sofrível. A experiência pode ser retomada em um novo formato. Na época de sua produção, o café era cultivado numa área de 21 hectares de terra, tendo um contingente de trabalhadores da ordem de 30.



Figura 18: Viveiro de peixe no Engenho Monte Alegre. É em viveiros como este que são cultivados os peixes da espécie tilápia, onde nos períodos em que há excedentes, ou em tempos festivos como a quaresma, a população, além de usufruir, também comercializa. Fonte: Usina Catende, 2008



Figura 19: Trabalhador em uma das poucas áreas destinadas ao cultivo do Café do tipo conilon. Fonte: Usina Catende, 2008

Além destas, outras culturas podem ser exploradas, de acordo com estudos prévios feitos pela própria usina, nos quais se destacam a farinha de Mandioca; a Macaxeira (que apesar de ser mais cara que a mandioca, entre 2 e 3 vezes teria como lucro por hectare o valor de R\$2.500,00 e apresentando um custo de R\$500,00); o cultivo de Batata-doce; Inhame; o cultivo de Jerimum – com preço de venda de R\$0,50 por kg e possibilidade de consorcio com feijão e milho; o Abacaxi (cuja cultura seria feita no período do verão, abrigando a mão-de-obra familiar e tendo como destino principal tanto o consumo quanto a venda do excedente. Financeiramente, poderia gerar uma renda média de aproximadamente R\$ 920,00 para a família produtora, por safra); e a cultura de Frutas diversas: (onde pode-se viabilizar o escoamento da produção de jaca, manga, goiaba, caju, cajá e outros, além de utilizar parte para o beneficiamento e produção de polpa, doce, geléia, etc.)

Apesar de todos estes impasses iniciais (que serão agravados mais adiante), os conflitos pela terra, ou seja, as ocupações pelas organizações de luta pela terra, tais

como o MST e outros em Catende eram quase inexistentes na gênese da cooperativa. Foram 15 anos sem que houvessem conflitos pela terra devido a forma encontrada pelos líderes da gestão da massa falida, estimulando os trabalhadores para que aquela terra fosse cultivada com culturas de subsistência, a fim de recompor aqueles empregos perdidos por questões econômicas. Neste engajamento, além dos líderes da cooperativa que estavam à frente da usina, também colaboraram os sindicatos e o próprio Banco do Brasil que naquele período assumia o papel de administração judicial.

De acordo com Bruno Ribeiro, até o ano passado, ou seja, antes da atual gestão da massa falida,

a usina Catende era um ambiente que era cheio de imperfeições sim, mas, era um espaço em que se podia dialogar abertamente, além de ser possível a troca de idéias e pressões, ou seja, era um espaço mais livre e democrático.

E dentro deste contexto, por exemplo, iniciou e consolidou-se assim as práticas da agricultura familiar, pois ela havia passado pela mesma situação que as outras áreas de assentamento rural, ou seja pelo processo de destruição de sítios e grandes latifúndios e que possibilitou o trabalhador a replantar outras culturas tais como café, mandioca e outras já citadas, inclusive a cana, além da criação de animais. Entretanto, o que gerou a retomada da agricultura familiar nas terras de Catende não foi apenas a atuação dos sindicatos nem tampouco a visão progressista dos gestores da usina e sim a fome e a necessidade que foi fator determinante para tal.

Embora o programa de diversificação tenha apresentado bastante aceitação e resultados por parte dos trabalhadores de Catende, desde o seu surgimento até certo momento de sua fase, vale à pena fazer uma ressalva. Podemos adiantar que seu panorama atual é bem preocupante. Atualmente tal programa encontra-se abandonado na grande maioria dos engenhos que possuíam o modelo de diversificação.

Em muitos engenhos tais como o Tabaiaré, por exemplo, não existe mais o plantio das culturas voltadas à subsistência, devido à falta de acompanhamento técnico e em outros já não se tem mais os tanques de piscicultura, graças à atual crise que

paira sobre a usina visto que, desde que a nova gestão da cooperativa, como será visto mais adiante, deixou de pagar o PRONAF, tornando os trabalhadores sem condições de tomar empréstimos por estarem inadimplentes. As culturas diversificadas tiveram que ser abandonadas por falta de condições no trato e no investimento de insumos, tanto nas lavouras pessoais quanto também nos tanques da piscicultura.

Outro fato entretanto que contribuiu para que o trabalhador se inserisse no processo produtivo e conseqüentemente no processo solidário desenvolvido em Catende foi o esforço em assegurar que a maior parte dos trabalhadores, no período da safra, tivesse alguma ocupação ou trabalho, seja na indústria, seja nas terras da usina, evitando assim que os trabalhadores ficassem sem exercer atividade e conseqüentemente sem receber renda. A forma encontrada para que fosse assegurado o trabalho, era fazer com que, por exemplo, de uma família de cinco integrantes, pelo menos um integrante da família fosse empregado na fábrica. Desta forma, nenhuma família ficaria sem ter uma fonte de renda.

Um acontecimento de grande relevância ocorrido em Catende, sendo este uma das maiores conquistas dos trabalhadores foi o fato da assinatura, no dia 13 de Outubro de 2006 por parte do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, de três decretos presidenciais que desapropriavam 24 imóveis rurais dentro do complexo da usina e que chegou a corresponder até 23 mil hectares de terra para benefício das famílias que a integram, entretanto respeitando o modelo de autogestão, com a manutenção do projeto coletivo sem que haja a divisão das terras, combinando a produção coletiva com a familiar.

Assim, a partir deste decreto, a parte desapropriada correspondente ao campo passa a ser chamada de Assentamento Agroindustrial Governador Miguel Arraes em homenagem ao antigo governador do Estado e que sempre forneceu todo o apoio necessário à constituição de tal projeto. A formação de um assentamento acaba por também definir uma nova construção de identidades junto aos assentados.

Para Medeiros (2009), a ocupação de um determinado território se dá como sendo uma das vivências mais significativas onde o seu sentido está nas relações entre

ações que participam de um processo de constituição e de formação do movimento social. Assim sendo, este território se configura de outra forma organizacional de espaço geográfico, pois deixa de ser um espaço abstrato (apenas idealizado pelo grupo) passando a ser real expressa a partir da conquista da terra, da reconstrução da identidade bem como da territorialidade, surgindo, contudo, novas relações, por exemplo com a terra, com os meios de produção e com a utilização de outras culturas agrícolas em substituição as antigas antes dominantes tais como a cana, tudo isso possibilitado pela formação de um novo território.

Entretanto, o processo de desapropriação das terras de Catende foi marcado também por um longo processo de lutas. Assim que saiu o processo de falência decretada pelo juiz da comarca do Recife, ainda no ano de 1995, logo fora constatado que houve uma tentativa de fraudar a usina, num processo definido hoje por Bruno Ribeiro como "*Fraude contra credores*" significando que, de um quarto dos engenhos de Catende, ou melhor, cerca de 9000 hectares da totalidade de 28.000 hectares de terra, havia sido transferido, há seis meses anteriores à decretação da falência, para três pessoas jurídicas sendo duas delas correspondentes aos antigos donos da usina, correspondendo a um terço da totalidade dos valores das terras da mesma. Isto sem falar que tais terras correspondiam à parte mais produtiva da usina, correspondendo à metade do seu valor econômico. Era dentro destas terras que estavam situadas a hidrelétrica, os açudes dentre outros que, por causa do golpe, já não faziam parte mais do domínio da Cia. Industrial do Nordeste Brasileiro e sim em nome de outras companhias.

Assim, com a concretização desta fraude, a partir da tomada destas terras, não seria possível consolidar a usina como do trabalhador, tampouco formalizar o processo de indenização das famílias do processo falimentar, sendo, portanto necessário reaver tais terras. No ano de 2007, tal ação começou a se encerrar quando houve um entendimento extra-judicial com os empresários falidos, que depois do processo de consolidação da reforma agrária, abdicaram do desejo de retornar a Catende visto que já haviam perdido todas as terras por causa do processo da reforma, ficando apenas como situação de falido, e assim apresentaram sinais de desistência. Foi quando os advogados da usina Catende entraram com pedido de anulação da fraude.

Pode-se hoje afirmar que a situação atual em que se encontra Catende não se agravou pelo fato da desapropriação das terras pelo ex-presidente Lula e a retomada das terras que haviam sido fraudadas terem sido feitas antes da implantação da atual gestão, uma vez que, se não houvesse sido feita tal desapropriação com antecedência, a situação dos cooperativados seria certamente muito pior visto que, as pressões exercidas pelos políticos e usineiros locais seria muito mais intensa conforme relata o ex-diretor de produção sobre a situação ocorrida durante o processo de desapropriação:

Em 2007, logo depois que houve a transferência das terras da usina, ou melhor, a reintegração de posse das terras que haviam sido anteriormente tomadas pelos antigos proprietários da usina, através da assinatura da ação revocatória, começou agora um grande interesse de pessoas tentando, de empresas, até gente do estrangeiro querendo fazer negócio, propondo negócio para o juiz da falência e a gente foi sentindo isso. Então quando foi percebido essas lideranças políticas, a FETAPE, os sindicatos recorreram a desapropriação das terras, vamos ver se a gente desapropria as terras porque acaba com este assédio, na verdade. Depois de desapropriado, indenizado pelo INCRA é dos trabalhadores e aí a gente já garante... né, então se correu atrás dessa desapropriação que de imediato, o governo Lula entendendo que ia ser um impacto muito forte na região caso se não consegue fazer, ninguém ia sustentar por muito tempo também esta situação, a própria justiça já começava a dar alguns sinais que era importante fazer um negócio, tentando se livrar na verdade do fardo né? então, se conseguiu a desapropriação.

Cada safra se configura como um desafio tanto para os novos gestores da cooperativa e da massa falida, como também para os trabalhadores de Catende. De todo aquele patrimônio erguido no período do Sr. Tenente, não sobrou muito. Nem condições de modernização do parque industrial estão sendo feitos. Pelo contrário, muitas das peças e maquinários existentes datam da inauguração da usina, ou seja, maquinário antigo do século XIX (ver Figuras 20 e 21).

Vários problemas também interferiram no processo de produção da usina Catende como o da enchente no ano de 2000 que destruiu parte do parque industrial que como já visto anteriormente, a usina é cortada por dois afluentes do rio Pirangi, o que torna a usina propícia a inundações. Outro problema sério foi um incêndio ocorrido no ano de 2002 que atingiu o gerador geral da usina, fatos estes que somados geraram um prejuízo da ordem de R\$ 12 milhões, e agravado devido a falta de capital de giro, a venda de açúcar e mel antecipada e muitas vezes com o



Figura 20: Aspecto do antigo maquinário da usina Catende. Em alguns casos, existem peças datadas do início das atividades da usina, no final do século XIX. Autor: Girlan Cândido, 2006



Figura 21: Aspecto do antigo maquinário da usina Catende visto de outro ângulo. Autor: Girlan Cândido, 2006

pagamento de ágio pela falta da entrega e que as vezes eram superiores a 100%, dentre outros problemas.

A situação de Catende começou a melhorar, desta vez economicamente falando, a partir do segundo ano do governo Lula, onde a aquisição (compra) do açúcar passou a ser feita pela CONAB, bem como através de incentivos financeiros tais como a liberação de créditos do PRONAF onde tal empréstimo era aplicado no plantio e trato da cana coletiva e do morador e assim possibilitando a inclusão de mais pessoas no campo, ou seja, inserindo o trabalhador na cadeia produtiva, apesar da maior parte deste dinheiro do PRONAF ficar nas mãos da cooperativa.

Em 2004 já eram mais de 1.500 produtores atuando no cultivo da cana. São estes fatos que, segundo as lideranças da cooperativa, caracterizam-se como sendo desafios e passos que a cada dia devem ser superados.

Contudo, um outro problema que existe em Catende é a questão da diferença salarial. Como vimos anteriormente no primeiro capítulo, em uma empresa de cunho cooperativo, tais cooperados não devem receber salário e isto é um dos motivos básicos que difere uma empresa capitalista de uma empresa cooperativa. Tais retiradas (que por sua vez, não é salário) devem ser equitativas para os sócios e comum para todos eles. Entretanto em Catende não é bem esta a situação.

Enquanto que funcionários da cooperativa e os que trabalham diretamente com a massa falida ganham um salário bem superior, os trabalhadores que atuam no corte da cana mal recebem o básico, ou seja, enquanto que os primeiros recebem em média valor igual a R\$1.500,00 aproximadamente, os cortadores de cana não ganham sequer o equivalente a um salário mínimo. Isto sem falar do salário dos assessores que é o dobro dos funcionários da cooperativa e o salário do síndico que chega a R\$ 22.000,00 (SCHÄFERS, 2007). Situação esta que acaba gerando uma diferença de classes sociais onde não deveria existir numa empresa de base cooperativa.

Tal situação é tão séria que nem sempre os trabalhadores recebem suas “retiradas” de maneira integral. Como já visto, em muitos casos, o valor que é recebido vem

com atraso e quando não recebem o total líquido, é oferecida ainda a cesta básica como pagamento e o valor de R\$ 50,00 ou R\$100,00 por quinzena, fazendo que tais trabalhadores que têm compromissos junto a estabelecimentos comerciais ou contas gerais a pagar, acabem não honrando com seus compromissos.

E não é de se estranhar, como já citado que tal situação gerada acabe provocando a desconfiança dos próprios trabalhadores em relação à gestão da usina. Assim, para muitos, quem sempre tira proveito da situação dos trabalhadores é sempre quem trabalha ou na cooperativa ou os que trabalham diretamente na usina, acusando-os de enriquecimento às suas custas, o que acaba a cooperativa sendo vista com aviltamento.

Na verdade, as cooperativas na região da Zona da Mata sempre foram vistas com péssimos olhos principalmente por parte dos trabalhadores. Isto nos remete a uma questão histórica quando existia o domínio dos senhores de engenho neste território, atuante de maneira mais rígida. Era comum neste período os usineiros terem uma espécie de “cooperativa de consumo”. Nestas os trabalhadores eram obrigados a comprar os produtos de primeira necessidade diretamente na cooperativa, ou seja, tal cooperativa se tratava do sistema de barracão, sistema este já visto no primeiro capítulo, e somente para que relembremos, servia como uma espécie de controle dos trabalhadores por parte dos patrões e que por sua vez podia ser caracterizada como um modo de escravidão. Por isso, tendo como parâmetro esta fase da história e tendo como conhecimento do que seria um modelo de cooperativa este tipo de formato, tais trabalhadores não acreditavam que uma cooperativa fosse um empreendimento viável, olhando-a sempre com descrédito.

Entretanto, os gestores anteriores se defendiam afirmando que tal situação de não pagamento destes valores aos trabalhadores, referentes ao pagamento da produção do açúcar, provém justamente da falta de pagamento dos compradores de seus produtos, ou seja, que o Governo Federal não repassa o valor que seria correspondente ao pagamento dos salários. Além do mais, todo este procedimento é posto em votação e que, por sua vez, são os próprios trabalhadores que optam por tal decisão de receber cestas básicas em tempos de crise. Porém, como visto anteriormente como é feito o processo de votação, será que isso representa a

totalidade dos trabalhadores em abrir mão dos seus vencimentos por causa da crise apenas?

Apesar das irregularidades cometidas pelos dirigentes da cooperativa, o processo que atrapalhou e desgastou a gestão anterior, fazendo com que a cooperativa perdesse a credibilidade dos trabalhadores, não deve ser atribuído exclusivamente por essas falhas, mas também deve se levar em conta o formato em que está calcado o processo da reforma agrária proposta pelo INCRA, no tocante ao processo produtivo e de organização do assentamento, que depende diretamente do OGU. Esta, por sua vez, nem sempre dispõe de recursos suficientemente necessários para a manutenção dos projetos de reforma agrária do país, gerando, contudo atrasos no repasse de verbas para tais projetos de assentamento e que assim, de acordo com Bruno Ribeiro, tais projetos

não podem dar certo em qualquer lugar nenhum do mundo visto que em novembro [o orçamento geral da união] já não tem mais dinheiro, e em princípio era para ter em março e muitas vezes é contingenciado e vai pra julho... assim é impossível de você produzir.

Neste formato de reforma agrária proposta pelo INCRA, o trabalhador é assentado, fica acampado em um assentamento da Zona da Mata e, no momento que vai produzir, não dispõe de nenhum subsídio por parte governamental, sendo este não só o modelo visto em Catende, mas como em grande parte das áreas de assentamentos rurais.

E foi por acreditar no repasse de verbas que deveria ter sido feito pelo governo, a partir do OGU, um dos fatores que fez com que a cooperativa acabasse perdendo a credibilidade em relação aos demais trabalhadores que os acusavam de falsas promessas. Um exemplo concreto disto eram as reuniões que aconteciam em Catende. Em muitos casos onde, no final da safra, os pagamentos da venda do açúcar eram bastante inferiores àqueles que eram vendidos e tinha-se que "arrumar" dinheiro para pagar as contas credoras tais como a do PRONAF e da CONAB para renovação de créditos, por exemplo, além da falta de capital para o pagamento dos salários, eram feitas reuniões com os trabalhadores no final da safra onde ficava

acertado que o pagamento do mês trabalhado, que só seria efetuado quando houvesse a renovação do crédito, e assim fornecia a já referida cesta básica.

Estes acordos eram feitos para que se pudesse suportar a fase de transição da safra com a renda gerada e da entressafra que dependia do crédito. Entretanto, tais acordos acabavam atrasando demais. Era feito esse tipo de acordo com trabalhador, por exemplo, no mês de janeiro e a verba fornecida pelo INCRA só seria disponibilizada no mês de julho, ou seja, a cesta básica fornecida e paga pela cooperativa, que deveria ser fornecida para passar apenas um mês, acabava sendo estendida por mais cinco.

O resultado disto é que a cooperativa e o síndico anterior foram acusados de desvios de verbas por parte de muitos trabalhadores que acusavam os gestores de recebimento e apropriação ilícita das verbas da cana uma vez que tais valores não eram repassados para os trabalhadores, conforme era determinado nas reuniões. Este fato acabou desgastando de vez a sua imagem perante os outros trabalhadores o que contribuiu para que houvesse o embargo por parte do excelentíssimo juiz, o Sr. Silvio Beltrão, indicando-lhe um novo síndico de sua confiança, sem que fosse consultada a opinião dos trabalhadores que eram credores como é determinado por lei, em contrapartida da destituição do então síndico, o Sr. Marivaldo Silva de Andrade.

Embora houvesse o descrédito por parte de alguns trabalhadores sobre a administração de Marivaldo Andrade, o antigo síndico da usina, onde muitos alegam que ele realmente estava envolvido na questão de desaparecimento de dinheiro dos trabalhadores a partir do não-repasse das verbas do PRONAF para os mesmos, muitos outros trabalhadores acreditam que ele foi a maior vítima dos seus “companheiros” que também pertencem a gestão da usina, ou seja, confiam na sua inocência:

O problema de Marivaldo era confiar no povo lá dentro. Este novo está metendo a mão no dinheiro do trabalhador que Marivaldo não fazia. Aqui quem sai perdendo é o trabalhador. Moradora de Bálamo da Linha, 37 anos

Apesar de todas essas dificuldades vistas no início do processo solidário em Catende, a atuação das lideranças ainda estava conseguindo manter os empregos e o processo da agricultura familiar que embora, diga-se de passagem, sempre apresentou sérios problemas na aquisição de recursos, ficando apenas na escala de subsistência, sem que houvesse a possibilidade de investimentos necessários para se chegar à escala comercial, bem como a geração de renda para as famílias envolvidas.

Entretanto como visto no primeiro capítulo, as disputas pelo território são constantes, principalmente naquela região da Zona da Mata, em que os conflitos pela terra e as relações de poder entre usineiros e trabalhadores é bem díspar. E a situação de Catende atual nada mais é do que uma mostra completa destas relações e disputas de poder, onde de um lado estão poderosos representados por deputados, juizes e usineiros e de outro lado os trabalhadores e a cooperativa.

Estas relações de poder se devem devido ao fato de que tais oligarquias se sentiram ameaçadas devido ao progresso visto em Catende e se articularam para que houvesse a sua desestruturação, conforme cita um dos técnicos da cooperativa:

(...) isto para todo mundo foi uma surpresa. Rapaz como é que o trabalhador sai do corte da cana acostumado a vender força de trabalho consegue crescer tanto. E na verdade começou uma ciúmeira do setor né? Em todo o tempo a gente teve ataque do empresariado do setor tentando ver... o deputado Henrique Queiroz que teve aqui por último, agora há pouco, ele sempre esteve tentando ver de alguma forma como é que se faria para atrapalhar esse processo aqui. Tanto é que logo depois da saída do governo Arraes e início do governo Jarbas houve aqui uma CPI eles tentando ver se detonavam logo naquele momento. Mas aí, com a força dos trabalhadores, a gente conseguiu ir avançando. (Ex-diretor de produção).

Entretanto, a investida de tais oligarquias não ficou restrita apenas a isso, como será visto a seguir.

3.7 A ATUAL SITUAÇÃO DA COOPERATIVA HARMONIA E A ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS

Não foram poucas as vezes que tentou se fechar as portas da usina Catende ou fazer com que ela passasse a pertencer a outras mãos que não fosse a dos trabalhadores. No primeiro momento destas tentativas, o próprio Banco do Brasil

tentou liquidar a usina, mas não obteve êxito devido ao movimento feito pelos trabalhadores junto à sua administração e advogados que evitaram tal situação. Em outro momento, houve a atuação dos fornecedores de cana que sempre tentou tirar a usina Catende das mãos dos trabalhadores e o ápice atualmente está configurada junto a esta nova "Administração" da massa falida (formada por deputados, juízes e usineiros) que está pondo por terra todos os planos de uma verdadeira administração solidária e conseqüentemente acabar com um território mais solidário para o trabalhador. Sobre este assunto, afirma Elenildo Pena, presidente da cooperativa que:

Há essa questão (...) uma disputa para acabar mesmo e aí quando se fala em acabar com a cooperativa, cooperativa é dos assentados então é para acabar de vez com o assentamento

Pode-se afirmar com veemência que atualmente o eixo de Catende está seguindo para o lado inverso àquele que foi pensado em seu processo inicial. *A priori*, os trabalhadores envolvidos no projeto era quem deveriam ter vez e voz em todo o processo de condução econômico-solidário (até mesmo como se recomenda toda a sociedade calcada sob o prisma da economia solidária), mas que, atualmente, conforme Bruno Ribeiro

Não só os trabalhadores, mas também os sindicatos de Catende perderam a sua voz para a nova gestão justamente pela falta de engajamento não somente dos próprios trabalhadores sobre o projeto, como também pelos líderes sindicais.

Estes líderes sindicais, em sua grande maioria, foram cooptados pelos poderes locais, conforme será visto mais adiante, e que resulta na perda dos interesses coletivos como visto anteriormente, possibilitando o agravamento da situação a partir da falta de confiança pelos trabalhadores em relação à cooperativa, conforme afirma o ex-diretor de produção:

A gente de agosto para cá vem numa luta muito grande, porque os trabalhadores agora ficam atônitos com tanta coisa em relação à cooperativa, (afirmando que) essa diretoria não dá certo, este pessoal está se aproveitando e tal... e quando entra o sindicato, a gente não conseguiu o apoio necessário do povo para mostrar a eles a realidade. Ex-diretor de produção.

Assim, por intermédio da observação destes eventos praticados pela gestão anterior e já citados no tópico passado neste trabalho, foi feita uma intervenção jurídica por

intercessão do decreto do juiz responsável pela falência da usina Catende, o Sr. Sílvio Beltrão, que usando do seu poder, junto com o apoio dos então deputados Henrique Queiroz, do Partido Progressista (PP)⁷ e Pedro Eurico do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), destituiu do cargo de síndico da massa falida a figura do Sr. Marivaldo Silva de Andrade, alegando que “os *interesses defendidos pelo síndico são da Cooperativa Harmonia, em face do seu projeto de reforma agrária, em prejuízo dos interesses da Massa Falida (...)*”. Desta forma, foi alegado que o síndico da usina somente se interessava em querer resolver apenas um lado da questão sobre a usina Catende que era apenas o lado da cooperativa, e além disso o destituiu sob acusação de irregularidades em sua gestão. Nesta ocasião foi instituído outro síndico, o Sr. Carlos Antônio Fernandes Ferreira (já interventor da usina Central Barreiros há menos de um ano) que, de acordo com os próprios trabalhadores, está desempenhando um papel mais drástico visto desde o período quando a usina era pertencente a um senhor de engenho, inclusive efetuando uma espécie de “lavagem cerebral” nos trabalhadores dos engenhos, colocando o trabalhador de Catende contra a gestão do síndico anterior bem como a gestão da cooperativa, conforme cita o presidente da cooperativa:

Essa gestão que chegou, ela começou a botar na cabeça do trabalhador que o grupo que estava antes era um bando de incompetentes, um monte de ladrão, que não tinha competência nenhuma de conduzir um processo deste. E no momento que o povo estava, confundiu a cabeça de todo mundo, que aí não teve como a associação se organizar para dizer (...) quando a associação colocava a versão dela e dizia que era mentira, mentiroso, o sindicato que é quem representa os trabalhadores assalariados, começaram a temer também por que era uma pressão muito forte em cima e terminou os trabalhadores a ficar tudinho sem direção (...)

Entretanto, através do Agravo de Instrumento nº 196645-2, datado de 14/08/2009, mostra que a atitude do Sr. Juiz Sílvio Beltrão em destituir do cargo o antigo síndico e colocar em seu lugar um outro síndico é totalmente ilegal sob o ponto de vista jurídico, visto que tal situação fere a Lei de Falências no artigo 60 uma vez que o indivíduo a ser colocado na função de síndico de Catende, estava a cargo de um outro processo falimentar, a da usina Central Barreiros, há pouco mais de seis meses antes de entrar como síndico de Catende.

⁷ Político este que, de acordo com as lideranças da cooperativa é um dos mais incomodados com a atuação de Catende enquanto empresa cooperativa, autogestionada pelos próprios trabalhadores, tentando desde o seu surgimento “atrapalhar” a sua formação e desenvolvimento, conforme já visto anteriormente.

Além disto, sua ascensão ao cargo foi feita de uma maneira em que não se levou em consideração a opinião do maior interessado na situação, ou seja, os credores e os trabalhadores do falido, uma vez que a lei diz o seguinte:

“Art. 60: O síndico será escolhido entre os maiores credores do falido, residentes ou domiciliados no fôro da falência, de reconhecida idoneidade moral e financeira.

§ 2º Se credores, sucessivamente nomeados, não aceitarem o cargo, o juiz, após a terceira recusa, poderá nomear pessoa estranha, idônea e de boa fama, de preferência comerciante.

§ 3º Não pode servir de síndico:

.....
IV - o que já houver sido nomeado pelo mesmo juiz síndico de outra falência há menos de um ano, sendo, em ambos os casos, pessoa estranha à falência; (<http://www.jusbrasil.com.br>)”

Da mesma forma, o juiz ainda fere o mesmo artigo em outros dois momentos além do período entre a intervenção da Central Barreiros e a de Catende, uma vez que o Sr. Carlos Antônio Fernandes Ferreira já havia sido nomeado síndico pelo próprio magistrado a integrar o processo falimentar de mais duas empresas na mesma situação falimentar, ou seja, a da loja Viana Leal, situada na cidade do Recife (processo nº 001.1992.011052-6) e a da COOPLAN (processo nº 001.1996.119073-7) em que foi nomeado, respectivamente, em 22.11.2007 e em 20.12.2007, ou seja, com intervalo de menos de um mês.

De acordo com a opinião das lideranças da cooperativa, esta seria uma manobra política e empresarial que estaria assediando o referido juiz a legislar contra a usina para que haja o enfraquecimento da mesma e a partir daí, a usina voltar a ser propriedade de um único dono, seja ele do capital nacional ou internacional conforme cita o ex-diretor de produção onde afirma que a entrada do atual síndico tem a ver com uma manobra das oligarquias dominantes na Zona da Mata:

Sempre acreditei que (o novo síndico) foi uma tentativa do setor sucroalcooleiro e eu acho que foi um golpe do setor a entrada deste cidadão aí. Qual é a intenção? A intenção é que o setor tome conta deste negócio de novo. Eu só vejo, minha cabeça só diz isso. Por quê? Porque foi uma tentativa incansável deles durante todo o tempo, quem coordenou aqui as reuniões na entrada deste cidadão aqui foi o deputado Henrique Queiroz ta certo? O deputado Henrique Queiroz ele é do setor, ele é um usineiro, um camarada que é sócio aí de usina, e então está neste setor, e não foi a primeira vez que ele ‘entreviu’. Eles vieram com o suporte, com apoio dele e conseguiram marcar lá uma audiência, lá na assembléia legislativa onde, na

realidade quem estava lá, Henrique Queiroz, Pedro Eurico, ta certo, essas pessoas que têm assim o envolvimento mais assim aprofundado neste setor. Então, a intenção... ele já dizia: 'este negócio de coletivo, de assentamento coletivo isso não dá certo'. Então, a gente acredita mesmo que o setor que tá tentando retomar. Joel, ex-diretor de produção.

Independentemente do fato do capital interessado na aquisição de Catende, o fato é que existia uma barreira entre o magistrado e a administração da massa falida anterior, onde o maior prejudicado era, sem duvidas, o trabalhador. Isto se torna claro visto que o próprio juiz de direito impunha dificuldades de relacionamento com o ex-sindico da usina, se negando o despacho, nem tampouco a assinatura de ordem de venda de açúcar e melaço, bem como da ordem de pagamento e outros, conforme cita o instrumento de agravo:

Para evidenciar, ainda mais, a ausência de isenção e de legalidade na decisão, a Inicial do Agravo demonstrou e comprovou a omissão no exercício da jurisdição e na prestação jurisdicional por parte do Exmo. Juiz Agravado, que descumpriu o dever de dirigir e de superintender a falência em questão (art. 59, da LF), dentre outros motivos (1) ao não despachar com o ex-síndico, nem lhe dar qualquer determinação ou orientação; (2) ao proferir apenas 04 despachos em 02 anos e 04 meses de jurisdição; (3) ao não despachar 131 petições que lhe foram apresentadas nesse mesmo período; (4) ao não dar impulso oficial para o encerramento da falência. A Inicial demonstrou, também, que após nomear o síndico de sua preferência, ignorando vedação da Lei de Falências, o magistrado agravado proferiu inúmeras decisões em pouco mais de 10 dias (50 % a mais do que nos 02 anos anteriores), desta feita sem ouvir credores, interessados e falidos e sem garantir publicidade às suas decisões (INSTRUMENTO DE AGRAVO, 2009).

O fato mais grave destas relações (ou da falta dela) com o antigo síndico foi o empecilho da moagem no ano de 2007, justamente no inicio. Como qualquer fato relativo à questão da usina deve-se passar pelo crivo da justiça, então os trabalhadores tiveram que recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado. Como consequência, cerca de 2000 trabalhadores, em caravana, foram ao Recife solicitar uma audiência junto ao Governo do Estado pedindo o apoio do governador Eduardo Campos para evitar uma “falência dentro da falência”. Assim, com o apoio do então governador, o TJPE expediu uma liminar revogando a ação do juiz e autorizando o prosseguimento da moagem que se deu no dia 28 de Outubro, ou seja, com 48 dias de atraso da data prevista para inicio da mesma.

Por causa disso, foi decretada uma verdadeira “richa” pessoal entre o ex-sindico da usina e o ex-advogado da usina Bruno Ribeiro com o Juiz Silvio Beltrão, onde o

magistrado passou a exigir que as prestações de contas que antes eram fornecidas mensalmente, passassem a ser fornecidas quinzenalmente o que era praticamente impossível devido ao montante de informações que não tinham como ser passadas quinzenalmente e sim por mês e ainda com o magistrado se negando em querer despachar as solicitações feitas pelo ex-sindico da usina, conforme descrito anteriormente e relatado pelo ex-diretor de produção da usina que afirma que:

Desse período para cá foi só desacerto porque tudo o que se pensava fazer, ele (o juiz) tentava travar, como no caso da prestação de contas (...) onde tinha documento que ele queria toda semana, sem receber o sindico né? mas queria aquele documento toda semana. Exigia. Só de uma vez foi mais de 300 kg de documento pra ele e ele sempre estava tentando questionar... e isso aqui... e tal... impondo dificuldades

Por causa desta situação os principais prejudicados foram os próprios trabalhadores porque não puderam fazer melhorias em sua produção, nem tampouco colhê-la visto as restrições feitas pelo juiz. Assim, a destituição do antigo sindico do cargo em agosto de 2009, de acordo com a cooperativa, acredita-se que foi por questões pessoais do magistrado, conforme nos deixa claro o próprio agravo e a citação do ex-diretor.

Desde agosto de 2009, quando o novo síndico foi “imposto” pela “justiça”, os trabalhadores de Catende vêm passando por uma série de dificuldades, principalmente no tocante a produção do açúcar. Na ocasião do corte da cana, apesar da cooperativa ter outras propostas de venda desta cana, optou-se pela venda do produto, tanto da parte individual como da parte coletiva na unidade industrial da massa falida, acordo este firmado mediante uma assinatura que seria feita entre o novo sindico da massa falida e a cooperativa, sob o testemunho do coordenador do INCRA no pólo de Catende, após corte da cana de um instrumento particular de compra e venda desta cana de açúcar. Entretanto, o síndico atual acabou descumprindo este acordo após o corte da cana, negando-se a assinar tal instrumento, sem que houvesse de sua parte uma contra-proposta sobre a cana já cortada.

Após muitas contradições, o referido sindico passou a adotar uma política desleal com a cooperativa a partir do não pagamento do devido valor da cana sob alegação

de que não sabia a quem fazer o referido pagamento. Apesar da intervenção feita pelo presidente do INCRA, a política feita pelo síndico atual foi a do “anonimato” (no sentido de fazer vista grossa), com a finalidade de não efetuar o pagamento da cana moída, comprometendo assim o pagamento que deveria ter sido efetuado ao PRONAF (sendo efetuado o pagamento de menos de 30% da totalidade).

Por causa desta falta de pagamento, o PRONAF custeio não foi renovado sendo o ano de 2010 o primeiro em que os trabalhadores não poderão retirar tal benefício e ainda por cima se tornaram inadimplentes, graças à falta do restante do pagamento não efetuado pelo síndico, situação esta comprovada de acordo com as palavras do ex-diretor de produção:

Então, no primeiro ano agora, a primeira safra aqui, com a substituição do síndico, não há pagamento do PRONAF custeio, que é tirado todo o ano, mas na safra seguinte ele é liquidado, com nova renovação do custeio. Então, este ano não houve renovação do custeio porque foi pago (...) 2 milhões de reais, ou seja menos de 30% do valor total. Então ficou o trabalhador devendo.

Para tentar contornar os problemas da falta de recebimento daquilo que lhe é devido pela massa falida e com a finalidade de honrar os seus compromissos junto aos seus credores tais como o MDA e a CONAB, a cooperativa decide vender a sua produção de açúcar a outras empresas. Por sua vez, a gestão da massa falida decide fazer pressões junto aos produtores do assentamento que, impulsionados pelos administradores e cabos, acompanhados de seguranças, acabaram intimidando e ameaçando os trabalhadores cooperativados, inclusive de morte caso alguém descumprisse suas normas.

Também sob fim de intimidação, o síndico reuniu os funcionários da massa falida e os intimou a assinar a ata de pagamento da cana que correspondia ao pagamento de crédito do PRONAF que deveria ser pago por cada assentado diretamente ao Banco do Brasil e não em nome da cooperativa Harmonia como deveria ter sido feito, sob penalidade de não recebimento dos salários. Sobre tais ameaças feitas pelo novo síndico, cita o presidente da cooperativa:

Esta equipe aqui que tem passado de morrer, tem passado de morrer. Vocês não imaginam a perseguição que este povo aqui passou, todos nós

para hoje, pelo menos o governo federal o estadual tem conhecimento que quem geria anterior tinham uma outra visão de pensar, uma outra visão de vida. Esse é o que demonstra o documento que foi colocado por eles (pelo governo federal) porque antes tinha dúvida como todo mundo. Para vocês terem idéia, no documento (...) pediram ao governo federal 22 milhões de reais que era para botar a usina para moer, nois questionou e aí foi constituída uma equipe pra vir olhar se era mesmo ou não. Quando a equipe veio, dos 22 que eles pediram, só precisava de R\$ 6.020.000. Então, o pessoal do governo também... começaram a perceber também que eles (o síndico e a sua equipe) tiraram dinheiro da onde não deveria ter... que, no caso, toda moagem que ele fez ele dizia que ia pagar e nós 'dizia' que ele não pagava por que não assinou nada, nem contrato, nem nenhum termo que desse garantia a nós, então nois juntamos esta equipe aqui, então vamos 'sambar' com ele. Botemos fogo (na cana) ai, os caras... foi gente na porta do menino aqui que trabalha com nós, com facão na mão, riscando na porta e tudo e nós botou fogo numa parte de cana e botemos noutra usina.

Além disso, na safra 2010, o síndico atual ainda utilizou-se das canas do assentamento, porém não honrou os compromissos de pagamento de tais canas processadas á cooperativa e tampouco pagou ao INCRA o que lhe era devido, ou seja, deixando de pagar mais de 14 milhões de reais a ambos.

Da mesma forma, a massa falida na gestão do atual síndico não pagou os débitos contraídos pelos trabalhadores sob a forma de empréstimos nem a CONAB, nem ao MDA, descumprindo assim um acordo feito entre a massa falida e os trabalhadores, visto que, nos anos anteriores, os trabalhadores haviam repassado tais recursos para que fosse custeada pela massa falida a fim de quitar despesas com salários e com a produção. Assim, da mesma forma que com o PRONAF, os trabalhadores de Catende se tornaram inadimplentes também com a CONAB, como nos explica o ex-diretor de produção:

A CONAB que a gente também tinha negócio, tinha operações com a CONAB desde 2008 e que devia se encerrar este ano, ele (o síndico) fez uma renegociação e também não pagou. Teve uma produção de, conseguiu fazer, produzir, industrializar mais de 800.000 sacos de açúcar né?, Parece que 840.000 sacos... até as informações aí eles proibiram, não estamos com informação aí mais que, eles sempre... como credores também da falência a gente também tinha direito e até certo momento vinha se dando estas informações, a partir de um tempo aí eles deixaram de dar esta informação, mas produziram mais de 840.000 sacos de açúcar, tiveram um faturamento de mais ou menos 60 milhões de reais, só no açúcar né? Fora o melaço, ta certo? Que aí a gente não teve informações em relação ao melaço e aí é o primeiro ano que dentro do projeto de Catende, nesta luta de quase 17 anos de luta, de 93 para cá, não se paga o PRONAF custeio ta certo? e se faz renegociação de duas coisas ao mesmo tempo: tanto de PRONAF quanto de açúcar que foi vendido antecipado a CONAB. Então, o síndico fez a moagem, pagou aí 25% do que devia em relação ao PRONAF, pagou 20% do débito que devia ter sido liquidado este ano com a CONAB e

ainda ficou devendo cana aos fornecedores de dentro do projeto, as pessoas que deram a ele toda a condição.

Entretanto, a administração da massa falida, chefiada pelo novo síndico, provocou um calote, como visto na citação anterior, da ordem de mais de oito milhões de reais por não ter efetuado o pagamento destes débitos junto aos dois órgãos. Os gestores da cooperativa nos informaram que tais calotes ocorreram no período em que houve uma safra cujos valores tanto do açúcar quanto do melaço foram os melhores dos últimos trinta anos.

Em Março de 2010, chegou ao fim mais uma moagem da usina (safra 2009/2010) o que totalizou cerca de 225 mil toneladas de cana em nome da cooperativa. Por sua vez, o síndico afirmou que tal valor monetário relativo a esta cana produzida seria utilizado para o pagamento do PRONAF A/C que teria como prazo de vencimento o final do mês em curso, bem como para o pagamento de salários. Entretanto o síndico, mais uma vez, não honrou tal compromisso e o pagamento não foi realizado, tendo o Banco do Brasil comunicado a cooperativa a impossibilidade de liberação dos recursos do PRONAF devido a falta de pagamento, o que deixou um prejuízo na produção e no trato de suas fazendas para o conjunto final dos assentados, bem como o não pagamento dos salários que continuam atrasados, o que faz com que o trabalhador de Catende, comparando a época em que havia um dono, ache que a situação atual está pior ainda:

[...] agora Catende não está bem não. A quinzena está atrasada já faz mais de dois meses e quando a gente vai lá saber, o povo diz que não sabe quando vai pagar não [...] no período dos donos era melhor porque o pagamento era em dia e agora a gente nem sabe quando recebe.
Moradora de Bálsamo da Linha, 33 anos

Assim, o presidente da cooperativa nos faz um apanhado geral sobre a atuação do novo síndico, afirmando que:

Na gestão deles, os trabalhadores passaram três meses sem receber, não pagava dinheiro da demissão, sempre se pedia para que pagasse os trabalhador, se plantava, na última gestão, que é a cana que está colhendo agora, se plantou 840 hectares, que é toda cana boa, toda cuidada, e nessa gestão pegaram nove milhões dos demitidos dizendo que devolvia e não devolveu, pegaram mais quase dez (milhões) da cana, não cuidaram da cana e nem fizeram reparo. Então, tá o governo... tá todo o mundo... a associação dos fornecedores de cana, tão tudo perguntando e tem perguntado a ele o que foi que deu com este dinheiro que ninguém responde, ninguém faz... ninguém faz nada.

A partir daí, poderíamos fazer a seguinte indagação: porque existe e o que está por trás de um interesse deste porte à questão de Catende por parte dos poderes político e judiciário a fim de querer intervir em sua administração autogestionada?

Cogita-se que todo este interesse político que está por trás da nova administração de Catende se deve ao crescimento e da importância e representatividade de Catende na região. Quando a usina estava enfrentando todo aquele processo falimentar e, principalmente estava atolada em dívidas referente ao processo trabalhista, tirando a administração de Miguel Arraes, nenhuma outra representação política se interessou de fato pela questão.

A partir do ano de 2008, momento em que Catende se transforma em assentamento e começa a ter valor, representação de poder e ascensão principalmente da classe trabalhadora, sempre recebendo recursos seja do governo estadual, seja do governo federal, do PRONAF e CONAB, acabou por despertar o empenho e a ganância de determinados políticos que começaram a se "Interessar" pela questão de Catende, sob a alegação de querer "ajudar" na solução de problemas da cooperativa e massa falida, mas que, por sua vez, por trás disso buscam mesmo é a garantia de seus próprios interesses e os interesses das oligarquias locais. Como exemplo de tal interesse, pode-se mencionar a venda do parque industrial para outros grupos usineiros interessados ou no repasse das canas produzidas pelo assentamento de Catende aos industriais usineiros situados ao entorno da usina. Sobre este interesse das oligarquias sobre Catende, discorre o presidente da cooperativa, afirmando que:

Na realidade isso, muita gente por aqui por perto têm muito o olho nisso. É muita terra, tem água, tem um bocado de coisa. E a outra coisa mais grave é que o trabalhador não nasceu para se organizar em um negócio desse não. Isso aqui gerava... é cinco municípios, o FPM desses cinco municípios, Catende distribuía muito mais em renda ou seja, é uma coisa impressionante.

Tal interesse resultou na cooptação de alguns dos filiados dos sindicatos, que os transformou na maioria dos casos em cabos eleitorais dos então prefeitos e vereadores dos municípios da região, ou seja, tais práticas políticas feitas a partir dos sindicatos, da cooperativa e das associações representado pelas ações de

poder, acabaram sendo danosas para a usina visto que acabou desvirtuando os reais objetivos da comunidade e do conjunto.

Desta forma, quando houve o golpe final, ou seja, a intervenção por parte do juiz de direito, na figura do Dr. Sílvio Beltrão sobre Catende, não houve qualquer tipo de reação por parte dos sindicatos, visto que a base já estava organizada para atender os interesses dos poderes políticos locais, o que acabou influenciando para o resultado da atual situação encontrada atualmente.

Outro aspecto que também gerou problemas (e ainda gera) no tocante ao processo da reforma agrária, e um dos agravantes da atual crise de Catende foi o caso da desapropriação apenas das terras da usina e a não desapropriação do seu parque industrial, pois se a mesma tivesse sido consolidada, haveria a separação do processo produtivo com o processo judicial. Assim, com esta separação, a administração judicial não teria autoridades nem sobre a terra e tampouco sobre a fábrica, ou seja, não seria necessária a sua intervenção, tampouco a nomeação de síndicos influenciáveis a terceiros.

A desapropriação das terras sem a desapropriação do parque industrial acabou gerando uma inviabilidade na produção, pois de acordo com as palavras de Bruno Ribeiro, tal separação "*É como separar motor de carroceria: não anda*".

Daí pode-se fazer uma segunda indagação: por que o INCRA, ao mesmo tempo que desapropriou as terras da usina não desapropriou o parque industrial? Esta mesma indagação foi alvo de várias discussões nas mais variadas esferas governamentais locais e nacionais. Entretanto, afirmam os técnicos do INCRA que a desapropriação de um parque industrial, embora sendo dentro de uma área passível de desapropriação, não faz parte de sua competência.

Por sua vez, muitos afirmam que faltou apenas boa vontade no tocante a desapropriação do parque, situação esta que resultou em um dos graves problemas encontrados em Catende atualmente. Se torna até mesmo difícil de pensar como uma usina de cana-de-açúcar só pode dispor de terras para plantio sem que haja o

elemento principal que é o maquinário necessário para que haja a transformação da matéria prima em produto final.

Entretanto, as irregularidades feitas pela nova administração não ficam restritas apenas as relações entre a cooperativa e o novo síndico. Também se tem notícia sobre irregularidades que estão sendo feitas sobre a sua gestão. De acordo com um dossiê elaborado pela própria cooperativa no ano de 2010, a partir de uma carta-documento redigida pelo ex-secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco, o Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho, bem como pelo próprio assessor do Gabinete Pessoal da Presidência da República na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Sr. Diogo de Sant'Ana, provando que já é de conhecimento, ou ao menos de desconfiança por parte de ambas as instituições públicas, sobre irregularidades no tocante a nova gestão e até mesmo a algumas solicitações irregulares propostas pelo excelentíssimo Sr. Dr. Sílvio Romero Beltrão, o juiz de direito da 18ª vara cível da comarca do Recife e responsável pelo processo falimentar de Catende.

3.8 A CONSOLIDAÇÃO DE UMA CRISE

Como já visto, desde o mês de agosto do ano de 2009, o juiz Sílvio Romero acabou destituído do cargo de síndico da massa falida da usina Catende o Sr. Marivaldo e em seu lugar colocou um síndico de sua confiança. Desde aquele período, os trabalhadores de Catende têm sofrido com as mesmas ameaças vistas no período do Brasil-colonial, quando os senhores de engenho impunham as suas leis para com os seus escravos, com a única diferença de que, ao contrário da punição física, o trabalhador hoje pode ser demitido ou sofrer sanções de uma empresa que lhe pertence por direito. As palavras do ex-advogado da massa falida, Bruno Ribeiro, retratam bem esta realidade que Catende vem enfrentando nos últimos meses:

Para utilizar a linguagem da cana, safra e entressafra, ela ta numa entressafra péssima, a pior dos dezesseis anos. Pode ser que daí saia uma Catende melhor, pode virar uma Barreiros e arrastar junto todos os nossos sonhos também, não só de quem está ali, mas também dos outros movimentos que não despertaram ainda para isso. (...) Catende precisa de ajuda de fora, mas se aquele povo não se indignar, não sentir falta da liberdade que perdeu, ninguém vai pra canto nenhum não.

Com a entrada em cena do poder judiciário representado pelo Dr. Sílvio Beltrão bem como a introdução do novo síndico para a gestão da massa falida da usina Catende, relembrando o esquema gráfico do corpo humano, pode-se dizer que houve uma desestruturação do corpo como um todo (que corresponde a usina Catende), ou seja, com a quebra dos membros, houve também a quebra da base produtiva que por sua vez fazia o corpo trabalhar em movimento.

As irregularidades cometidas pela nova gestão da massa falida da usina acabaram causando grandes danos, tanto na figura dos assentados como também no próprio processo de reforma agrária iniciado nas terras de Catende. Com autorização do referido juiz, o síndico passou a utilizar os recursos da desapropriação das terras como forma de financiamento dos custos de sua administração, valores este da ordem de, aproximadamente, 20 milhões de reais em espécie que por sua vez estavam sendo guardados como indenização a massa falida pela desapropriação das terras e que tinha como única finalidade o pagamento dos direitos dos créditos dos trabalhadores acumulados desde o período dos usineiros na 7ª vara federal desde o ano de 2006, sem que houvesse posteriormente qualquer tipo de prestação de contas junto aos trabalhadores.

O atual presidente da cooperativa, o Sr. Elenildo Pena nos afirmou em entrevista que apesar de todas as crises vistas durante este período da decretação da falência em 1995 até o surgimento dessa nova administração, seja quando faltava recursos tanto para o apontamento das máquinas, quanto para o pagamento de salário, nunca havia sido cogitada a hipótese de mexer nesta indenização, conforme cita:

Eles mesmo foi quem usaram o dinheiro pegando ilegal, que este dinheiro é questão trabalhista. Para pegar, o credor trabalhista é quem tem que dar o aval. E ninguém deu, e eles pegaram. Então tá uma... mas aí ele quer a cana. Moer, não pagar de novo. A grande questão deles é acabar com o assentamento. Esta é a visão. - Presidente da Cooperativa.

Também sobre a apropriação indevida da indenização que deveriam ser utilizadas para pagamentos de dívidas trabalhistas, afirma o ex-diretor de produção que:

Sabe o que foi que fez, na verdade, eles começaram a moagem (de 2010)? 9 milhões de reais de recursos do pagamento da terra, da indenização da terra pelo INCRA que está na 7ª Vara Federal, tá certo? Lá tem 52 milhões

só que só tem 19 milhões em (...) espécie e o resto é em títulos de dívida agrária né? Então, ele usou 9 milhões de reais destes valores, tá certo? Houve lá um acordo, um acerto, pegaram R\$ 2.150.000 a princípio. Então, no movimento da D.R a gente já anunciava que os trabalhadores não permitiam aquilo de forma nenhuma, tá certo? Não permitiram aquilo de forma nenhuma porque aqueles valores, o destino deles tinha que ser a indenização e como os trabalhadores têm privilégio que são os créditos trabalhistas que devem ser pagos primeiro, aqueles valores eram dos trabalhadores, eles não podia meter a mão sem autorização, mas mesmo assim, depois daquele movimento todinho, eles conseguiram (...).

Esta situação deixou os trabalhadores da cooperativa indignados e com razão visto que, segundo o advogado Bruno Ribeiro, de acordo com a lei só poderia existir uma única destinação para este recurso, que seria o pagamento dos trabalhadores. Entretanto, até o presente momento, só deste recurso a atual gestão já fez uso de mais de 11 milhões de reais, sem prestação efetiva de contas de como este recurso fora gasto.

Como conseqüência da falta de pagamento e da não renovação do PRONAF conforme citado anteriormente, não houve plantio de novas áreas de cana tampouco o trato daquelas que já existia, seja no tocante a cana do morador, seja no tocante a cana coletiva, onde tais prejuízos foram consideravelmente altos no ano de 2010, que também terá conseqüências nas safras seguintes, e assim tornando tanto a renda quanto a vida dos mais de 4 mil trabalhadores assentados inviável.

Ainda de acordo com o presidente da cooperativa, esta é a primeira vez depois de dezesseis anos que a usina teve um atraso em sua moagem, gerando um grande prejuízo não somente para os trabalhadores como também para os cinco municípios nos quais Catende tem terras.

Para se ter uma idéia, a moagem que deveria ser iniciada no mês de setembro, somente teve início em Dezembro, ou seja, com quatro meses de atraso em relação à produção de outras usinas da região. Como se sabe, se a cana não for tratada como se deve em seu período hábil, o seu rendimento acaba caindo consideravelmente. Com quatro meses de atraso no processo de corte-moagem, não fica difícil compreender o quanto que a produção de Catende foi baixo neste período. Além disso, a massa falida está com os salários atrasados há mais de quatro meses, sem que haja previsão de pagamento.

Para agravar ainda mais a situação dos assentados, em 17 de junho de 2010 ocorreu uma forte cheia que devastou várias áreas da região da zona da mata sul do estado de Pernambuco, inclusive destruindo cidades inteiras tais como Palmares, Barreiros e outras, sendo esta considerada a maior enchente já vista em toda história do estado de Pernambuco. E como não podia deixar de ser, tal enchente também afetou em cheio a usina Catende (Figura 22), provocando um preocupante quadro de destruição, não somente no parque industrial bem como nas áreas de plantio onde muitas famílias perderam quase que em sua totalidade a produção de cana ou de agricultura.

Neste mesmo período das cheias, logo após a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva e do governador do Estado, o senhor Eduardo Campos, fora solicitada uma audiência por parte do síndico ao presidente da república para que fossem debatidas soluções para o atual quadro que se encontrava a usina.



Figura 22: Situação da usina Catende no dia 17/07/2010 – Autor: Arnaldo Neto, 2010

Tal pedido foi prontamente atendido e a audiência ocorreu no dia 15 de julho do mesmo ano. Na referida reunião, o síndico da massa falida bem como o juiz da

falência solicitou ao governo federal a liberação inicial de recursos da ordem de 12 milhões de reais para que a massa falida empregasse na moagem da cana relativa a safra de 2010/2011, e utilizando como fontes destes recursos:

- 1) a antecipação de cerca de 30 milhões de reais em TDA's que é relativa a desapropriação das terras da usina;
- 2) a realização de uma nova operação de compra antecipada de açúcar através da CONAB como uma forma de gerar fundos a massa falida e assim permitir a moagem;
- 3) a liberação dos créditos da usina perante a união na ordem de 300 milhões de reais em face do trânsito em julgado de ação promovida perante a justiça federal de Brasília.

De acordo com o Gabinete da Presidência da República, assim que recebida as reivindicações feitas tanto pelo síndico quanto pelo juiz, fora convocada uma reunião tanto com os agentes do Governo Federal bem como os órgãos envolvidos diretamente com a questão de Catende que são o Banco do Brasil, a CONAB, o INCRA, o MDA, o MDS e o MTE. Em tal reunião acontecida no dia 23 de agosto de 2010, ficou clara para os membros do Governo Federal que tais reivindicações feitas eram ilegais.

Sobre o primeiro ponto solicitado pela administração da massa falida, o Governo Federal justifica a sua negativa porque a:

"Antecipação dos TDA's era ilegal na medida em que colide com as disposições que regem a emissão de títulos da dívida agrária e do conselho monetário nacional. Além disso, ainda que houvesse a possibilidade jurídica não haveria qualquer impacto sobre a moagem, uma vez que a proposta apresentada destacava que este recurso não seria utilizado pela indústria, mas sim para pagamento de dívidas trabalhistas da massa" (GOVERNO FEDERAL, 2010).

Já a não realização da uma nova compra de açúcar pela CONAB como solicitada pelo síndico e pelo juiz não foi aceita justamente por causa da atuação omissa do próprio síndico no tocante suas dívidas com a própria CONAB. sendo assim, de acordo com o governo:

"O atendimento ao segundo pedido esbarrava em uma dívida com a CONAB relativa a uma antecipação de venda do açúcar. Esta dívida de respeito ao saldo devedor de uma operação realizada junto a CONAB que previa o pagamento do valor de 8 milhões de reais no ano de 2010. No entanto, deste valor só 3 milhões (pagos em açúcar) foram quitados. Sabendo das dificuldades enfrentadas pela usina a CONAB iniciou um processo de renegociação do saldo devedor de 5 milhões de reais, porém, ao contrário do que foi acordado com a companhia, não há manifestação formal do síndico da massa falida no sentido de assumir esta dívida, conforme havia sido acertado em documento firmado pelo próprio síndico em reunião entre a CONAB, a massa falida e as associações de trabalhadores em 26 de maio de 2010, ou seja, antes mesmo das chuvas (IDEM)"

E o documento ainda afirma sobre este assunto que:

"Se não houve sequer a manifestação do síndico sobre a dívida anterior, como poderia a CONAB realizar uma nova operação no valor de 12 milhões de reais com este valor em aberto? O este caminho seria juridicamente inviável (IDEM)."

Quanto o terceiro pedido, acabou sendo negado por que:

"[...] os créditos relativos a usina Catende não tem a massa falida como credora, mas sim um escritório de advocacia para o qual esses créditos foram transferidos de forma duvidosa. Portanto, esta seria uma falsa alternativa para a solução do problema, uma vez que, para além das análises técnicas sobre a constituição desse crédito junto à União, o pagamento do valor e controverso não se destinaria de maneira imediata a massa falida (IDEM)".

Assim, os representantes do Governo Federal notaram as irregularidades que seriam cometidas através da solicitação de tais verbas tanto pelo síndico quanto pelo magistrado, não sendo acatada nenhuma solicitação feita por ambos. Por sua vez, o próprio governo propôs a busca de novas alternativas para o problema, desta vez envolvendo tanto os representantes do poder judiciário, do próprio governo federal, o governo estadual e a representação dos trabalhadores e trabalhadoras da usina Catende.

Portanto, foram marcadas novas reuniões entre os dias 12 e 13 de agosto de 2010, em Recife, onde no primeiro dia do encontro reuniram-se os representantes do gabinete pessoal do presidente da república, do governo estadual e os trabalhadores representados pela cooperativa harmonia bem como os sindicatos regionais.

Nesta reunião ficou reafirmado pelos presentes o intuito de fortalecer cada vez mais o território da usina Catende através de políticas públicas que levassem ao seu desenvolvimento.

Entretanto, ao contrário do que foi afirmado pelo juiz Silvio Beltrão em um documento enviado para o governo estadual no qual faz um relato inverídico, afirmando que não haveria investimentos para Catende, foi apresentada uma série de soluções em forma de programas assistenciais a partir da implantação de um conjunto articulado de ações, visando combater os efeitos criados pela chuva naquele período bem como a promoção do desenvolvimento na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco, buscando medidas a fim de promover uma transição do processo da monocultura para o processo da diversificação de produção, reafirmado pela criação da agricultura familiar, onde seria contratada uma empresa que prestaria consultoria técnica a fim de prestar informações sobre o processo da diversificação produtiva e a organização econômica do assentamento.

Sendo assim foi disponibilizada a importância de R\$13.400.000 para que fossem iniciadas as atividades de recuperação da cana e empregadas na diversificação produtiva. Também entrou no mérito da questão a retomada de estudos sobre a criação de uma destilaria de álcool que seria patrocinada pela Petrobrás dentro das terras do assentamento.

Já para as famílias que perderam suas residências no período da cheia, como uma medida emergencial, foi autorizada construções e reformas de 2400 casas para os assentados, além da criação de mais 4259 casas a serem entregues para outras famílias dentro do território do assentamento.

Outro aspecto também a ser levado em consideração seria a realização de cursos de qualificação social e profissional para mais de 1200 trabalhadores assalariados rurais da usina Catende mediante acordo coletivo de trabalho, a fim de que fosse promovida sua reciclagem no tocante as formas de produção, sendo o mesmo projeto acompanhado pelos SENAES e pelo INCRA.

Além de todos os projetos citados acima, ainda ficou ressaltado o compromisso da criação de novos projetos e idéias que visassem apoiar e promover o desenvolvimento sócio-econômico do projeto do assentamento governador Miguel Arraes bem como da cooperativa harmonia. De acordo com o governo federal, estas medidas reunidas superavam a ordem de 100 milhões de reais em novos investimentos, e recomendou que tais medidas de ajuda a usina deveriam ser acompanhadas por uma solução definitiva sobre o processo de falência que já se arrastava por mais de 15 anos.

Sendo assim, para que houvesse uma maior discussão sobre as atividades acima propostas para o desenvolvimento de Catende, e a pedido do próprio juiz, fora marcada uma nova reunião para o dia 31 de agosto envolvendo os órgãos federais responsáveis pelos investimentos na região de Catende bem como o governo estadual, os representantes dos trabalhadores o síndico da massa falida e o próprio juiz.

Entretanto, sem que houvesse qualquer comunicação prévia, o magistrado que solicitou a reunião acabou não comparecendo a mesma, deixando com que qualquer resolução que fosse relativa à massa falida da usina Catende deveria ser resolvida e assinada pelo seu representante legal, ou seja, pelo síndico Carlos Antônio Fernandes Ferreira.

Por sua vez, o síndico acabou não concordando com o conteúdo das reuniões, alegando que não havia nenhuma proposta feita para beneficiar a massa falida da usina Catende e ainda criticou o Governo Federal, através de um ofício que foi entregue ao gabinete pessoal do Presidente da República, acusando-o de estar contra os empregos dos trabalhadores da massa falida, afirmando que:

Apesar das promessas de ajuda, restou demonstrado [...] a total falta de interesse político da administração pública do governo federal e do governo estadual para a realização da moagem e para a manutenção e garantia dos empregos de todos os trabalhadores ligados a massa falida da usina Catende.

Além disso, fica claro o seu desinteresse em fazer com que o assentamento se torne uma área de produção alternativa a cultura da cana-de-açúcar, a partir dos projetos

de diversificação produtiva salientado pelo Governo Federal e Estadual na reunião dos dias 12 e 13 de agosto de 2010, criticando, sobretudo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, conforme cita em suas próprias palavras segundo o ofício redigido pelo próprio:

A secretaria estadual de desenvolvimento econômico não aceita que a usina Catende volte a moer, pois, a sua pretensão declarada em reunião e manifestada no memorando é no sentido de encerrar suas atividades, sem discutir ou ofertar alternativas para o restabelecimento e a manutenção dos empregos (GOVERNO FEDERAL, 2010).

Este memorando ao qual cita o síndico da massa falida corresponde ao memorando de entendimentos no qual foi solicitado pelo síndico quatro dias antes da reunião ao juiz e que, de acordo com o gabinete da presidência, o memorando fazia parte do processo de discussão e sobre as ações conjuntas em Catende, sendo o mesmo um pedido do próprio juiz para que pudesse deixar registrado o entendimento no processo judicial.

Como podemos constatar acima, em nenhum momento deu-se a entender o descompromisso do Governo Federal e Estadual junto à representação de Catende como um todo, muito pelo contrário, salienta sempre que o processo de diversificação produtiva sempre foi uma importante alternativa para os trabalhadores de Catende e também esclareceu que não se coloca contra moagem uma vez que quem relatou a possibilidade da moagem por falta de recurso foi o próprio síndico da massa falida.

Assim, pode-se fazer mais uma indagação: ora, se a produção diversificada é uma maneira encontrada não somente pelo Governo mas também pela própria gestão da cooperativa para que haja produção em Catende e conseqüentemente a manutenção dos empregos, qual o interesse do síndico da massa falida em afirmar que não houve o interesse por parte do governo na manutenção dos empregos? E o que estaria por trás desta sua afirmação?

Provavelmente tem algo a ver com a manobra política das oligarquias locais e usineiros em querer manter a produção da cana na totalidade do território de Catende a fim de beneficiamento do próprio poder político local, a partir daquilo que

já está sendo visto na safra de 2010 onde houve quase que a totalidade da venda da produção da cana para outras usinas entorno a Catende, sendo a mesma comprada por um preço inferior a que realmente vale e agravado pelo não pagamento do valor desta cana fornecida pelos produtores de Catende por parte das usinas compradoras.

Como se não bastasse, o mais interessante disto foi o despacho feito pelo próprio juiz datado do dia 30 de agosto, ou seja, no dia anterior à reunião afirmando que:

[...] o memorando juntado aos autos não demonstra nenhuma proposta que viabilize a manutenção das atividades da indústria do açúcar, com a manutenção do emprego dos trabalhadores, pelo contrário, faz uma proposta de demissão dos trabalhadores, sem uma preocupação com suas necessidades atuais (IDEM).

Isto pegou de surpresa os representantes do gabinete da presidência, uma vez que não foi assinado nenhum auto, mesmo porque tais pontos das propostas existentes seriam discutidos no dia 31 de agosto. Além disto, deixa-se clara a impressão de que a demissão dos trabalhadores é sugestão do próprio Governo Federal através do seu memorando de entendimentos. Os representantes do governo rebatem as críticas afirmando que em nenhum momento foi mencionado o termo demissão em seus documentos.

E os representantes do Governo ainda fizeram uma alerta em nome do interesse público sobre de que maneira está sendo conduzido o processo de administração tanto da massa falida quando aos despachos feitos pelo próprio juiz de direito, denunciando algumas irregularidades feitas por ambos, como o caso do não pagamento integral das operações do PRONAF junto ao Banco do Brasil, deixando mais de 900 trabalhadores numa situação de insegurança em relação ao pagamento desta dívida; como a falta de pagamento junto a CONAB da quantia que foi acordada para o ano de 2010 bem como a não conclusão do processo de renegociação das dívidas, o que acarretou no comprometimento da capacidade de crédito das associações dos trabalhadores e assim impedindo com que fossem suspensas novas operações de venda antecipada e como a retirada de mais de R\$ 9 milhões da 7ª vara federal de seção judiciária de Pernambuco nos quais estão depositados os recursos provenientes da desapropriação das terras da usina como

pagamento dos créditos dos trabalhadores, de acordo com informações do próprio juiz Sílvio Beltrão.

Assim, analisando tais fatos, pode-se então afirmar que hoje o território dominado por Catende deixou de ser apenas um território formado pela cultura da cana-de-açúcar, como era visto no período colonial, ou um território voltado apenas para o agronegócio da cana-de-açúcar, com suas peculiaridades e características, ou de um território de práticas econômico-solidárias, ou seja, com uma forma de gestão territorial mais democrática e acessível aos trabalhadores, com menos conflitos como gostaria que fosse os próprios trabalhadores de Catende conforme já visto ao longo deste estudo, para se tornar um território político que tem como principais particularidades:

1. O retorno das relações de poder entre classes (ou seja, leia-se entre classes dominantes - representado pelo poder judiciário, por influentes políticos locais e por outros industriais usineiros da região - e pela classe dos dominados - que mais uma vez é representado pelo trabalhador);
2. As disputas por parte de tais oligarquias dominantes pelo território que deveria ser de cunho solidário, a partir de uma tentativa de retomada destas terras e dos modos de produção uma vez que não houve conformidade por parte de tais poderosos em ver o poder na mão do trabalhador de Catende, e com isto tentam a todo custo desestruturá-la, provocando conflitos internos e externos.

Apesar de tais tentativas feitas pelos agentes atuantes e transformadores do território político, os trabalhadores de Catende parece que aprenderam definitivamente a lutar pelos seus direitos e interesses, a ponto de reivindicá-los de tal modo a não querer a permanência deste território como sendo um território político, e assim, buscando dar uma nova característica a este mesmo território, seja ele reconcebido a partir de uma retransformação do território de cunho solidário ou não, através de greves, paralisações, ocupações de órgãos públicos e reuniões com outras autoridades tais como o governo do Estado de Pernambuco, o INCRA, dentre outros, fazendo valer a sua vontade, ou seja, aquilo que é melhor para ele e não para os outros (leia-se, para as tradicionais oligarquias).

Tal pontapé foi dado no dia 2 de fevereiro do corrente ano, onde uma comissão formada pelo sindicato dos trabalhadores rurais, associada à FETAPE, se reuniu com o secretário da agricultura e reforma agrária, com o secretário de articulação social e regional e o secretário de desenvolvimento econômico do estado de Pernambuco, a fim de encontrar soluções para a atual crise que vem ocorrendo durante os últimos meses.

Em tal reunião, ficou decidido que para que haja a solução dos problemas decorrentes da usina, os trabalhadores rurais solicitaram a saída imediata do atual síndico da usina, o Sr. Carlos Antônio Fernandes Ferreira, além do pagamento das irregularidades que foram cometidas em sua gestão, tais como salários atrasados, férias vencidas, 13º atrasado dentre outras.

Aliás, desde o início do mês de fevereiro de 2011, os trabalhadores de Catende vêm protestando contra o que os poderes locais e usineiros vêm querendo fazer com o território que é seu por direito, a partir de reuniões com outras lideranças políticas e entidades sindicais como a FETAPE, conforme já descrito, denunciando o fato à opinião pública. O último protesto feito ocorreu no dia 21 de fevereiro do corrente ano onde as atividades da usina foram paralisadas, com a mobilização de cerca de 400 trabalhadores, entretanto com possibilidade de aumento pra mais de mil trabalhadores e como pauta principal de reivindicação, a exigência da imediata saída do síndico.

No dia seguinte, 22/02, os manifestantes deixaram a sede da usina em Catende e se deslocaram a BR 101 Sul, no município de Palmares, e interditaram a principal via de escoamento de mercadorias tanto no sentido a outros estados nordestinos situados ao sul de Pernambuco e a outras regiões tais como o Sudeste, bem como a entrada de outras mercadorias que eram provenientes destes referidos estados e regiões para outros ao Norte de Pernambuco. Tal manifesto foi feito mediante a queima de pneus e galhos de árvores na pista que impediu a passagem dos veículos e provocou um congestionamento de mais de 10 km, inclusive com confronto entre trabalhadores e policiais que tentavam desobstruir a rodovia.

Com isso, fica claro o desejo por parte dos trabalhadores de que hajam

transformações no território de Catende, ou seja, com as reivindicações pela saída do síndico (que pertence às oligarquias dominantes na região conforme já visto), também há o desejo de que o território político, palco do retorno das relações de poder, disputas, conflitos e contradições seja extinto de uma vez e que seja novamente implementado um novo modelo territorial que melhor se adéqüe as necessidades do trabalhador de Catende.

Quais características teria este novo território? Seria o retorno de um território solidário? De um território comercial? De um território fragmentado pondo um ponto final definitivo ao projeto Catende? Ainda não se sabe ao certo, mas concretamente se sabe que o desejo do trabalhador de Catende é que o novo território a ser construído e constituído seja um território mais próspero que o atual.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, constatamos a partir do trabalho exposto, o quão complexas são as relações dentro dos territórios da Zona da Mata Pernambucana e em especial as relações, seja de trabalho, seja pela disputa por território existentes na usina Catende, onde um território que tinha tudo pra dar certo, seguindo os moldes da solidariedade e fazendo com que os trabalhadores tivessem maior mobilidade em relação tanto as funções que desempenham como também uma maior e melhor mobilidade econômica, no que tange a novas formas de não-exploração apenas pela da cultura da cana-de-açúcar como se foi visto em mais de quinhentos anos de historia, conforme discutido no capítulo dois, mas sim em sua substituição a outras culturas que lhe dessem maior mobilidade e, ao mesmo tempo, lhe alimentasse bem como o libertasse das garras da monocultura, não prosseguiu devido à ganância do poder oligárquico regional, que não aceita ver uma usina do porte que tem a Catende nas mãos do trabalhador.

E também, como discutido neste trabalho, podemos observar que as oligarquias estão fazendo aquilo que podem e o que não podem, inclusive passando por cima da própria lei como no caso da nomeação do novo sindico que foi feito de uma maneira obscura e contestável, para tentar controlar a situação e tirar das mãos dos trabalhadores a usina, a partir da desestruturação da cooperativa, num típico processo de representação de poder e controle do território como sempre foi característico da região da Zona da Mata na época dos senhores de engenho.

Entretanto, o papel das oligarquias não foi o fator exclusivo para os problemas de Catende, devendo-se também a questão da má estruturação e da falta de formação suficiente da gestão da cooperativa, que também contribuiu para que a situação chegasse ao estagio atual, ou seja, a atividade da cooperativa em vários momentos não ficou clara, como no caso do PRONAF, por exemplo, e que resultou na acusação de roubo por parte dos trabalhadores cooperados à gestão da cooperativa, fazendo com que os mesmos acabassem perdendo a credibilidade junto aos demais trabalhadores. Assim, justamente quando a cooperativa mais necessitou de apoio dos cooperados quando o novo síndico foi nomeado, tal apoio foi negado proporcionando conseqüentemente o atual quadro.

Ainda podemos chegar à seguinte consideração sobre os assuntos que foram abordados neste trabalho e que também contribuíram para o não sucesso de Catende: Como pode haver economia solidária com assalariamento como acontece na usina?

O trabalhador que é cooperativado tem que ter em mente que ele não é mais um assalariado e sim um dono, devendo deixar de lado a cultura de assalariado, como de subalterno a um superior, visto que a economia solidária trata todos com a igualdade, ou seja, com a filosofia de que "eu também sou dono, eu sou seu parceiro e não o seu patrão", uma vez também que a própria economia solidária condena que um empreendimento no qual exista relação empregatícia, não pode ser considerado como um empreendimento solidário puro e sim como uma fraude, conforme cita os seus preceitos. Se em Catende existe ainda a relação entre empregados, uma vez que ainda existem trabalhadores fichados, então, apesar da boa vontade em se querer levar os conceitos de economia solidária para o conceito que é Catende, pode-se então afirmar que Catende não chegou a se consolidar como uma economia solidária de fato.

Mas como deixar de lado a cultura de assalariamento no território dominado por tais relações entre patrão e empregado? Como fazer com que os trabalhadores deixem de pensar em tais relações e se transformar de fato em cooperado? Somente a partir da informação, ou melhor, de esclarecimentos acerca do que é a economia solidária e seu significado para os trabalhadores. Assim, na ocasião da implantação da economia solidária em Catende foram feitas palestras, cursos, cartilhas mostrando para o trabalhador o que é o processo solidário, porém não se sabe compreender de que maneira o trabalhador recebeu e compreendeu estas informações, ou seja, de que maneira este entendimento chegou ao trabalhador visto que não foi possível desmistificar tal cultura de assalariado do povo de Catende.

E talvez este tenha sido uma das grandes falhas da cooperativa, em não investir mais profundamente na questão do esclarecimento da população sobre a prática da economia solidária e principalmente sobre seus direitos e deveres enquanto cooperativado, ou seja, explicar de fato que o trabalhador não é mais assalariado e

sim dono, assim talvez, de maneira mais esclarecida, não permitisse que houvesse a entrada do novo síndico, da maneira que entrou à gestão da massa falida.

Entretanto, a partir das relações que foram demonstradas a partir da introdução do novo síndico, que ao chegar para administrar Catende, bastou pagar os salários em dia que foi criado um sentimento de que "este novo 'patrão' paga em dia, ele é o melhor que os outros que só queria roubar sem pagar aquilo que me devia", mostrando que o sentimento de assalariado ainda se sobrepõe ao sentimento de cooperativado. É lógico que sabendo desta cultura de assalariado no território da cana de açúcar, onde o melhor é aquele que paga o salário em dia, é que as oligarquias representado pelo síndico pôs em dia logo no início de sua gestão os salários, ganhando assim a confiança de alguns trabalhadores que acabaram rompendo com a gestão da cooperativa, resultando com isso na divisão dos próprios trabalhadores. Entretanto, a título informativo, a gestão da massa já não paga os salários em dia há alguns meses.

Assim, levamos a crer que é o sentimento de assalariado que ainda está plantado na cabeça do trabalhador e basta uma ação como a do novo síndico para que tal sentimento aflore e se sobreponha a de cooperativado. O grande problema do povo de Catende é que ele ainda não se viu como dono, mas sim como subalterno a um dono.

Vale também salientar sobre a atuação dos mediadores em Catende. Embora saibamos que a economia solidária pregue a autogestão, ou seja, a independência tanto financeira quanto administrativa, a atuação dos mediadores se faz importante visto que é a partir do seu apoio que são feitos os programas e as idéias que dão suporte ao projeto, como no caso de Catende, aos projetos dos tanques de piscicultura e a diversificação de culturas por exemplo. Assim, se faz necessário um maior engajamento desses mediadores, inclusive das cabeças pensantes nas universidades para que dêem suporte aos empreendimentos de cunho solidário, com acompanhamentos periódicos, mas sem se esquecer que ali se tem um empreendimento solidário que precisa caminhar por si só. Ou seja, cabe aos mediadores dar a idéia, implementar, acompanhar mas sempre visando auto-suficiência para que posteriormente os produtores e a própria empresa possam

caminhar sobre suas próprias pernas, dando assim legitimidade ao conceito de autogestão

Um dos grandes problemas também identificado em Catende é a falta de uma política de estímulo dos mais jovens no tocante ao processo de economia solidária. Tal estímulo *a priori* ficou restrito a cursos de formação apenas na mão-de-obra do campo, a partir de capacitação no processo de diversificação e em artesanato, sem que houvesse um maior investimento naqueles que pudessem colaborar também na formação do processo econômico-solidário e como uma forma de evitar o êxodo rural destes trabalhadores mais jovens para os grandes centros urbanos, o que representa atualmente uma falta de engajamento desses jovens no cotidiano da cooperativa.

Sendo assim, o que se necessita atualmente é investir e preparar os jovens de Catende para que eles possam assumir o futuro da cooperativa, ou seja, a partir de criação de políticas que engajem estes jovens visando que futuramente eles possam assumir a condução deste projeto.

Assim, mediante os fatos que foram expostos ao longo deste trabalho, observamos que ainda existe alternativa para Catende desde que sejam levados em consideração:

- a) A prestação imediata de contas ou a devolução referente aos mais de 9 milhões de reais que foram retiradas da 7ª Vara Federal que tinham como destino final ser parte do pagamento das dívidas trabalhistas da massa falida, bem como a exoneração imediata do cargo do atual síndico, o Sr. Carlos Antônio Fernandes Ferreira, o que também representaria a saída definitiva das oligarquias locais das terras de Catende, ficando a cargo do próprio trabalhador a indicação de quem deveria ser o próximo síndico como manda a lei de falência;
- b) A consolidação do processo de falência e a definitiva desapropriação do parque industrial, o que representaria a saída definitiva do poder judiciário, fazendo com que os trabalhadores de Catende tivessem maior autonomia no

tocante as decisões entre a massa falida e a cooperativa, sem a necessidade intervenções por parte do próprio poder judiciário;

- c) A renovação tanto conceitual sobre os processos de economia solidária quanto profissional-prática do atual corpo de funcionários da cooperativa, a partir da capacitação, mostrando o que é uma empresa autogestionada;
- d) Um maior engajamento e capacitação de jovens para que os mesmos possam dar prosseguimento ao processo autogestionado de Catende, até mesmo como possibilidade de manter esta população no campo, evitando assim sua migração para os grandes centros urbanos em busca de outras atividades profissionais;
- e) Uma maior mobilização dos demais trabalhadores, através de ciclos de palestras, debates e afins para que se mostre os deveres e obrigações sobre o formato de autogestão, mais que isso seja extensivo a todos os trabalhadores e não apenas os presidentes de sindicatos e associações;
- f) A busca de parcerias com universidades e entidades para que possam ser mantidas ou fomentadas novas ações para o projeto de economia solidária em Catende, entretanto que tais projetos não fiquem as ações apenas restritas à época da formação da idéia a ser implantada, sendo necessário um acompanhamento periódico, mas sempre tendo em mente que na autogestão, a atuação destes mediadores deve existir um ponto limite, ou seja, os mediadores devem mostrar o modo de como fazer, capacitando o trabalhador para que o mesmo tenha o conhecimento necessário, mas possibilitando que o mesmo possa caminhar de forma autônoma futuramente.

Assim, a partir das observações feitas durante a referida pesquisa, chegamos a estas constatações que podem, por sua vez, não transformar o território de Catende como um todo. Ou seja, transformando-o em um território-modelo para a economia solidária e a autogestão, visto que, como já foi referido, tal território está inserido, onde as relações de poder, os contrastes e os conflitos, sempre serão manifestados. O estudo busca colaborar para que haja a melhoria de tal território, transformando-o

de fato num território democrático como recomenda a economia solidaria e desta forma contribuindo para que também haja o fortalecimento e desenvolvimento dos trabalhadores cooperados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola. Convênio IPEA/FIPE, 1998 *apud* CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas *In*: COSTA, Luiz Flávio Carvalho *Et Al*. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. Estratégia de desenvolvimento local de Pernambuco: Governo nos Municípios. Recife: CEPE, 2004.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. *In*: LAGES, Vinícius et al. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. A Evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50 (Modernização e Proletarização do Trabalhador Rural). 1984. – f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, 1984.

ANDRADE, Bonifácio. Evolução da Agroindústria do Açúcar em Pernambuco. Revista Pernambucana de Desenvolvimento. Recife, CONDEPE, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de et al. Atlas escolar de Pernambuco. João Pessoa: Grafset, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90 – impacto ambiental, sócio-econômico e político. Recife: Universitária, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. Área do sistema canavieiro. Recife: SUDENE-PSUSRE, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. Classes sociais e agricultura no Nordeste. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia econômica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTEAG. Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas e Emprego. Vol. 3, 2005.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito *et al.* Economia Solidária em Pernambuco: alternativa de emancipação frente ao desemprego e exclusão social? Recife: Ed Universitária da UFPE, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto NBR 10520 – Informação e documentação – Citações em documentos. ABNT. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS Projeto NBR 15285 – Estrutura do Projeto de Pesquisa. ABNT. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. Disponível em: <http://www.anteag.org.br> . Acesso feito em: 16/11/2008.

COOPERATIVA CATENDE HARMONIA. Disponível em: <http://www.catendeharmonia.com.br>. Acesso em: 20/02/2007

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

COSTA. A.Pereira da. Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife, 1945-1951. Recife, 1970.

CRUZ, Walter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. Access, 2007

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Políticas de economia solidária: da regulação do trabalho assalariado ao fomento do trabalho associativo. Recife: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia da UFPE, 2007.

DABAT, Christine Rufino. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a

literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife, ed. Universitária da UFPE., 2007. 800p

DANTAS, Bento. A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas. Recife: Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira no Nordeste – GERAN, 1971.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais No Brasil: Seu Papel Na Economia E Na Organização Do Espaço. Revista geo-paisagem (digital), Ano 5, nº 9, Jan./Jun 2006. Disponível /em: <http://www.feth.ggf.br/complexos.htm>. Acesso em 11/07/2010

ESCOLAR, Marcelo. Crítica ao discurso geográfico. In: TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol. 1, 2009. Disponível em <http://www.agbpp.com/doc/CPG31A-4.pdf>. Acesso em 19/11/2009

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A civilização do açúcar – séculos XVI a XVIII. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009

GONÇALVES, C. U. A importância das agências de mediação no ordenamento territorial dos assentamentos rurais. In.: GEOgraphia – Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF, 2004

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. Autogestão: Mudança Radical. RJ, Zahar, 1976 apud VIANA, Nildo. O que é Autogestão? Centro de Mídia Independente, 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/03/249340.shtml>. Acesso em 06/07/2010

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. X Encontro de Geógrafos da América Latina (Anais). Universidade de São Paulo: 2005.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas Ed. Marco Zero, 1989, 225p.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Brasil. Rio de Janeiro, 2005

KEIL, Ivete Manetzeder; MONTEIRO, Silvio Tavares. OS PIONEIROS DE ROCHDALE E AS DISTORÇÕES DO COOPERATIVISMO NA AMÉRICA LATINA. São Leopoldo, 1982. Disponível em: http://www.cootrade.com.br/textos_artigos/artigo_pioneiros_rochdale.pdf. Acesso em 30/06/2010

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. 1ª Ed. Barcelona (Espanha): Ediciones Península, 1978.

LEPSCH, Igo. Formação e Conservação dos Solos. Ed. Oficina de Textos. São Paulo, 2002.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José *Et Al.* Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MENDONÇA, Sonia. Cooperativismo agrícola In. MOTTA, Márcia. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELO, Mário Lacerda de. O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MELO, Mário. Rios de Pernambuco. Separata da Revista do Instituto Archeologico e Geographico, Recife: Imprensa Industrial, 1920.

MINTZ, Sidney W. O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. DABAT, Christine Rufino. Recife, Ed. Universitária UFPE, 2003.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. 1991 in. WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Complexidade>. Acesso em: 23/02/2011

MOTTA, Márcia. (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. A autogestão e o “novo cooperativismo”. Brasília: MTE/SENAES, 2004. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf. acesso em 01/07/2010

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

PANZUTTI, Ralph. Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo. Caso da Cooperativa dos Agricultores da região de Orlandia. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3ªEd. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. Circulo do Livro, 1976.

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1945. 364p.

PROUDHON, P. J. de La capacité politique des classes ouvrières. Paris: Marcel Rivière, 1924 apud SCHÄFERS, Astrid. Reforma agrária e economia solidária: o caso da Usina Catende. Estudos: Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

QUERO, Caio. Nem patrões nem empregados. Centro de Mídia Independente, 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/07/257665.shtml>. Acesso em 06/07/2010

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993
RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999

REVISTA GESTÃO COOPERATIVA. A Primeira Cooperativa. Disponível em: <http://www.gestaocooperativa.com.br/tabid/470/articleType/ArticleView/articleId/22/A-primeira-cooperativa--Rochdale.aspx>. Acesso em: 26/06/2010.

RIQUE, Monica, Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo. Disponível em: http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/breve_hist_leia.php. Acesso em 26/06/2010.

ROCHA, Elisa Emília Rezende Bernardo. O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ROSENFELD, Cínara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade in VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social no novo milênio. Coimbra, 2004

SABOURIN, Eric. Economia Solidária No Meio Rural Brasileiro: Uma Análise A Partir Da Noção De Reciprocidade. VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural: Quito, 2006. Disponível em: www.alasru.org/cdaldasru2006/09%20GT%20Eric%20Sabourin.pdf. Acesso em: 08/07/2010

SACK, R. Human Territoriality : its theory and history. Cambridge : Cambridge University Press, 1986. In: HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. X Encontro de Geógrafos da América Latina (Anais). Universidade de São Paulo: 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções do Território. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo. MOTTA, Márcia. Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTMA. Atlas de Bacias Hidrográficas de Pernambuco. Recife, 2006.

SENAES. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, 2006.
SENAES. Especificações Complementares para Apoio a Projetos de Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão. Brasília: MTE, 2010.

SILVA, Girlan Cândido da. A Agroindústria Canavieira na Zona da Mata Sul de Pernambuco: o caso de Catende. UFPE, 2008. Monografia (Graduação em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 111p.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidaria no Brasil. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SINGER, Paul. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003

SINGER, Paul. Introdução a economia solidária. 4ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas da; GALENO, Alex (Orgs.) Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

TAUILE, José Ricardo *Et Al.* Referências conceituais para ações integradas: Uma tipologia da autogestão: cooperativas e Empreendimentos de produção industrial Autogestionários provenientes de massas falidas ou em Estado pré-falimentar. Brasília: SENAES/MTE, 2005.

TERRA, Ademir. Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol. 1, 2009. Disponível em: <http://www.agbpp.com/doc/CPG31A-4.pdf>. Acesso em 19/11/2009